

Diário do Legislativo de 04/03/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 2ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Sr. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.2 - 7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/2/2008

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Entrega de título - Palavras do Sr. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes - Apresentação musical - Palavras do Secretário Danilo de Castro - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Ademir Lucas - Arlen Santiago - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Fábio Avelar - Gil Pereira - Irani Barbosa - Maria Lúcia Mendonça - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, Diretor-Presidente da Copasa; Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão de Carvalho; Deputado Federal Antônio Roberto; Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema Fiemg; e Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Herculano Anghinetti, Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho, Marcos Antônio Teixeira, Ricardo Augusto Simões Campos, Gelton Palmieri Abud, Juarez Amorim, membros da diretoria da Copasa; Márcio Luiz Murta Kangussu, ex-Deputado desta Casa; Aluísio Pimenta, professor e ex-Ministro da Cultura; da Exma. Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, representando neste ato o Secretário dessa Secretaria, Deputado Dilzon Melo; dos Exmos. Srs. Raphael Andrade, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico; Ricardo Castilho de Souza, Coordenador Regional de Relações Institucionais da Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale; Joel Gomes Moreira Filho, Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Contribuinte e do Cidadão - INDC -; Kemil Kumaira, Secretário de Relações Institucionais da Copasa e ex-Deputado e ex-Presidente desta Assembléia; da Exma. Sra. Celeste Leite Fróes, representando o Magnífico Reitor Paulo César Almeida, da Unimontes; e dos Exmos. Srs. Eujácio Antônio Silva, Diretor do jornal "Edição do Brasil"; Paulo César de Oliveira, Diretor-Presidente da revista "Encontro"; Paulino Cícero, ex-Ministro; Getúlio Gontijo de Amorim, assessor parlamentar do IEF, representando o Diretor-Geral dessa instituição, Humberto Candeias Cavalcanti; Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão; e Diego Leonardo de Andrade Carvalho, também membro da diretoria da Copasa.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Governador do Estado por meio do decreto publicado em 15/6/2006, a requerimento dos Deputados Fábio Avelar e Alberto Pinto Coelho.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste instante ouviremos o Hino Nacional, que será executado pelo Coral da Copasa sob a regência de Eliane Faggioli.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-noite a todos. Inicialmente, quero cumprimentar os Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, meu querido amigo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e co-autor do requerimento em que se solicitou a concessão do título ao homenageado; Danilo de Casto, Secretário de Estado do Governo de Minas Gerais, representando o Governador Aécio Neves; Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, nosso querido amigo, Diretor-Presidente da Copasa; Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão de Carvalho; Deputado Federal Antônio Roberto; Robson Braga de Andrade, Presidente da Fiemg; Drs. Ricardo Augusto, Carlos Gonçalves, Juarez Amorim e Márcio Kangussu, querido amigo e ex-Deputado desta Casa; e Kemil Kumaira, nosso ex-Presidente.

Na pessoa dos nossos amigos Paulo César de Oliveira e Eujácio, cumprimento a imprensa presente. Cumprimento também os Deputados Arlen Santiago, Ademir Lucas, Rêmolo Aloise, Irani Barbosa, Maria Lúcia Mendonça e Gil Pereira; e todos os companheiros, colegas e amigos da Copasa. É com satisfação que cumprimentamos o nosso querido Coral da Copasa, que há tantos anos encanta a todos, e todas as pessoas que hoje estão para, juntos, compartilharmos a grande alegria de prestar esta justa homenagem ao nosso querido Presidente da Copasa, Dr. Márcio. Cumprimentamos ainda os nossos telespectadores da TV Assembléia, hoje presente em muitos Municípios do Estado de Minas Gerais.

Inicialmente, gostaria de registrar a satisfação com que apresentei, juntamente com o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, o requerimento, devidamente apoiado pelos colegas Deputados e logo aprovado pelo Governador Aécio Neves, dando origem a esta cerimônia de entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Presidente da nossa querida Copasa, Eng. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes.

Para mim, um copasiano de carreira e de coração, é motivo de realização e de orgulho compartilhar dos eventos que confirmam a posição de singular destaque alcançada por essa grande empresa em Minas Gerais e no Brasil, bem como exaltar o trabalho daqueles que a têm construído e levado a tão alto patamar. Faço sempre questão de dizer que dediquei 25 anos de minha vida profissional à Copasa, como seu funcionário e Diretor. Vi a empresa nascer e crescer até tornar-se essa instituição que hoje é orgulho de todos nós.

Criada no início da década de 70, época em que ainda era grande o déficit de saneamento no Estado, a Copasa rapidamente fez chegar os benefícios dos seus serviços a centenas de Municípios mineiros, eliminando as chamadas doenças de veiculação hídrica, elevando o nível de qualidade de vida das populações e assegurando condições para o desenvolvimento socioeconômico. Tudo isso graças ao trabalho, esforço e competência do seu dedicado corpo técnico aliado a sucessivas administrações comprometidas com os altos objetivos da organização, que tornaram a Copasa um modelo de empresa de saneamento em nível nacional e internacional.

Hoje todos reconhecem a importância da Copasa para o nosso Estado e, mais do que isso, a sua legitimidade e competência. Conforme afirmou anteriormente, este é o resultado do trabalho de seus administradores e colaboradores, entre eles, o Dr. Márcio Nunes, importante membro da competente equipe do Governador Aécio Neves. O Dr. Márcio Nunes é, nesta data, merecidamente homenageado com o Título de Cidadania Honorária de Minas Gerais, como resultado de um trabalho em favor da população mineira, cujo alcance social e econômico se fará sentir ao longo do tempo.

Para que todos tenham noção da trajetória profissional do Dr. Márcio Nunes, informo que ele, embora de atuação relativamente recente no setor de saneamento, além de Presidente da Copasa, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da empresa desde 2005. Tem formação em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi empregado da Eletrobrás por 28 anos e ocupou, entre outros cargos, os seguintes: Diretor Financeiro de Furnas Centrais Elétricas, Assessor do Ministro de Estado de Minas e Energia - de 1979 a 1984 e de 1999 a 2001 -, Presidente da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro e Secretário-Geral da Organização Latino-Americana de Energia, sediada em Quito, no Equador. Além dessas atividades profissionais, Márcio Nunes atuou no Conselho Nacional de Política Energética,

coordenando o comitê técnico responsável pela elaboração da Matriz Energética Brasileira na Organização das Nações Unidas, como Vice-Presidente do Grupo Intergovernamental Ad Hoc de Especialistas em Energia e Desenvolvimento Sustentável no Mercosul, como Coordenador Nacional do Grupo Ad Hoc de Concessões. Foi ainda membro do Conselho Fiscal de Furnas Centrais Elétricas, do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro e do Conselho de Valorização de Parques do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão que deu origem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

Márcio Nunes é autor de vários artigos e trabalhos publicados, tendo participado, como conferencista convidado no Brasil e no exterior, em mais de 150 eventos organizados pelo Congresso Nacional, universidades, fundações, associações de classe, associações empresariais e governos estrangeiros.

Dentre as honrarias que recebeu, destacam-se a Ordem do Rio Branco, Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais; Cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro, Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, Cidadão Benemérito de Montes Claros e Cidadão Honorário de Conceição do Mato Dentro.

É sob a firme direção desse novo cidadão honorário de Minas Gerais que está entregue a nossa Copasa, uma empresa que, além do muito que já vem realizando na área de saneamento em todo o Estado, ainda investirá, durante o governo Aécio Neves, cerca de R\$3.000.000.000,00 em nossos Municípios, sendo R\$1.200.000.000,00 em água e R\$1.800.000.000,00 em esgotamento sanitário, inclusive no tratamento de efluentes.

Todo esse volume de obras, decorrente dos grandes investimentos que vem realizando, efetiva-se junto à atenção que a empresa vem dedicando ao aprimoramento da prestação dos seus serviços. Isso tem assegurado à Copasa a conquista de expressiva premiação pela qualidade de suas ações operacionais, administrativas, comerciais e de atendimento em geral aos seus milhões de clientes.

Assim é que a empresa, em sucessivos anos, tem obtido grande premiação no chamado Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS -, criado pela Associação Brasileira de Gerência Sanitária, em 1997, com o objetivo de premiar as melhores empresas de saneamento, agregando valor, estimulando ações para a melhoria dos processos operacionais e gerenciais das empresas e promover a excelência dos serviços prestados. É também importante a conquista pela Copasa do Prêmio Ser Humano-2007, Gestão de Pessoas, realizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais. Ainda de destaque foi a escolha da Copasa, pela terceira vez consecutiva, como a melhor empresa do setor de serviços públicos, premiação concedida pela "IstoÉ Dinheiro", levando-se em conta o balanço financeiro da organização, aspectos de responsabilidade social, meio ambiente, inovações tecnológicas, administração financeira, governança corporativa e recursos humanos.

Essa é a Copasa de hoje, confiada à direção do nosso Cidadão Honorário Mineiro, Márcio Nunes. A ele, os nossos parabéns, a manifestação da nossa confiança, amizade e apreço. Muito obrigado.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, passando-lhe às mãos o diploma. Anunciamos a entrada do Dragão da Inconfidência, militar Cb. Medeiros, portando o diploma, que contém os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto publicado no dia 15 de junho de 2006 e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao engenheiro Márcio Augusto Vasconcelos Nunes o Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Fábio Avelar, co-autor do requerimento, que acompanhe a Presidência nesse ato.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu estimado amigo e anfitrião desta solenidade; Danilo de Castro, Secretário de Estado, meu particular amigo e figura emblemática da política mineira que me integrou nessa generosa atmosfera que se respira em Minas Gerais, na pessoa de quem saúdo todos os colegas de governo; Deputado Fábio Avelar, na pessoa de quem saúdo todos os parlamentares presentes; Deputado Federal Antônio Roberto; Desembargador Rogério Medeiros de Lima; Robson Andrade; colegas da Copasa; senhoras e senhores, quando vim trabalhar na Copasa, defrontei-me com o desafio de promover e consolidar o choque de gestão idealizado pelo Governador Aécio Neves e ampliar o número de mineiros com acesso ao serviço de saneamento básico. Hoje tenho diante de mim os muitos amigos que fiz desde então, sem os quais não teria sido possível transformar a Copasa na melhor e mais premiada empresa de saneamento do Brasil, não apenas na minha opinião mas de acordo com as revistas "IstoÉ Dinheiro" e "Conjuntura Econômica", o jornal "Gazeta Mercantil" e outras importantes instituições e publicações.

Sei que o título que recebo nesta noite é muito mais uma homenagem aos empregados da Copasa e fruto da generosidade dos amigos que fiz nesta Casa Legislativa, em particular dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Fábio Avelar, do que mérito pessoal. Para retribuir a gentileza deste ato, assumo o compromisso de trabalhar ainda mais. Estar entre amigos é causa de felicidade; ser Cidadão Honorário de Minas Gerais é motivo de orgulho. Privilégio ainda maior é receber tal honraria neste momento histórico em que o Brasil reconhece e enaltece as ações do Governador Aécio Neves, cuja face mais visível tem sido a modernização da administração pública, o acelerado crescimento econômico do Estado e a melhoria da qualidade de vida dos mineiros.

Todos somos testemunhas de que novos e melhores tempos estão sendo construídos a cada instante em Minas Gerais. No caso específico da Copasa, nessa administração já foram investidos cerca de R\$3.000.000.000,00 em saneamento, e estamos estruturados para investir outros R\$3.000.000.000,00 até 2010. Entre os mais de 12 milhões de mineiros que recebem os serviços da Copasa, cerca de 2 milhões passaram a receber água potável e esgotamento sanitário nesta administração. Para incorporar esses novos consumidores, foi necessário construir mais de 5.000km de redes, uma extensão correspondente a mais de 12 viagens entre Belo Horizonte e Montes Claros. Os resultados obtidos pela Copasa só foram possíveis graças à orientação do Governador Aécio Neves e ao permanente apoio do nosso Vice-Governador Prof. Antônio Augusto Anastasia, referência nacional de administrador público capaz e eficiente.

É importante reconhecer que a nossa tarefa foi facilitada pelo período privilegiado que vivemos em nosso Estado, fruto da forte liderança política e da visão de estadista do Governador Aécio Neves, que conseguiu fazer com que a voz e a vontade de Minas seja ouvida e respeitada em todo o Brasil. Ao longo dos últimos anos, suas idéias e realizações tornaram-no uma referência na vida pública nacional, e, devido a sua carismática liderança e capacidade de aglutinação, ele é a única esperança que temos para transformar nosso país numa grande Minas Gerais. Mas os resultados obtidos pela Copasa não são motivo de orgulho apenas pelos números alcançados. Em função do aumento do volume de esgoto tratado, a vida está voltando aos rios de Minas Gerais: dourados, pias e outros peixes, todos extremamente exigentes em relação à qualidade da água, que estavam praticamente extintos, estão de volta ao Rio das Velhas.

Com a decisiva contribuição da Copasa, a Meta 2010, que para muitos era apenas uma promessa política, está sendo realizada por quem acredita em um sonho e trabalha para que ele se torne realidade. E, se a vida está ficando melhor para o meio ambiente, ela está melhorando ainda mais para os mineiros. Na região dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, várias comunidades já estão recebendo os serviços prestados pela Copanor, que é mais um projeto inovador do governo do Estado, discutido e aperfeiçoado por esta Casa, o qual está levando cidadania e dignidade aos excluídos pelos programas convencionais de saneamento.

Minas Gerais, mais uma vez, dá um exemplo que merece ser seguido em todo o Brasil, pois a solução idealizada pelo Governador Aécio Neves é a única capaz de garantir a universalização dos serviços de saneamento básico em áreas dispersas e carentes do nosso país. As nossas estâncias hidrominerais aguardam com ansiedade o relançamento das águas minerais Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, que voltam revigoradas, resgatando produtos tradicionais, e incrementando o turismo e os negócios naquelas cidades.

No Norte de Minas, a Copasa foi convocada para promover a revitalização e operar o Projeto Jaíba, contribuindo para o desenvolvimento econômico daquela região. Exemplos como esses não são exclusivos da Copasa, pois se multiplicam em todas as áreas e empresas do governo estadual. Não é por acaso que o Brasil vê em Minas, e no Governador Aécio Neves, um exemplo de transparência, eficiência de gestão e de excelência no trato da coisa pública.

Para mim é uma honra e um privilégio fazer parte dessa administração. Tornar-me mineiro é muito mais do que jamais ousei sonhar quando vim trabalhar em Minas Gerais. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem uma apresentação do Coral da Copasa, que executará as músicas "Carnavalito Quebradeño", letra de Hermanos Avals e arranjo de Virtu Maragno, e "Canções e Momentos", de Milton Nascimento e Fernando Brant.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Secretário Danilo de Castro

Gostaria de cumprimentar o meu caro amigo Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, pessoa que realmente vem realizando um excelente trabalho e que goza de uma confiança sem reserva do Governador Aécio Neves; o Sr. Márcio Nunes, meu amigo e homenageado desta noite; o Deputado Federal Antônio Roberto, representando aqui a nossa Câmara; o Deputado Fábio Avelar, co-autor do requerimento que presta esta justa homenagem à Márcio Nunes; o Sr. Robson Andrade, Presidente da Fiemg, nosso companheiro e amigo; o Desembargador Rogério Medeiros, representando aqui o Sr. Orlando Adão, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça; os Deputados Estaduais Arlen Santiago, Rêmoló Aloise, Ademir Lucas, Irani Barbosa, Domingos Sávio, Gil Pereira, Sebastião Costa, Dimas Fabiano e Doutor Viana e a Deputada Maria Lúcia Mendonça; os Srs. Aluísio Pimenta e Paulino Cícero, ilustres ex-Ministros; o ex-Deputado Márcio Kangussu, na pessoa de quem saúdo todos os funcionários e Diretores da Copasa.

É uma satisfação e uma alegria para mim, em meu nome e do Governador Aécio Neves, a quem represento com muita honra nesta solenidade, estar na Assembléia Legislativa de Minas Gerais num evento tão especial, onde a Casa que representa a síntese do pensamento e do sentimento do povo mineiro reconhece as qualidades pessoais e os valiosos serviços prestados pelo Eng. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes à frente da Copasa e lhe concede o honroso Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Poucas pessoas, tendo nascido em outras regiões do Brasil, como no caso do gaúcho Márcio Nunes, tiveram o privilégio de incluir Minas Gerais em suas vidas; e poucas dessas pessoas tiveram a alegria de receber tão valiosa honraria. A nossa Assembléia Legislativa, após já ter-lhe concedido a Medalha do Mérito Legislativo, homenagem que a Casa faz às personalidades que se destacaram por seus serviços ou méritos, agora o promove e o adota como cidadão de Minas Gerais.

A sua dinâmica gestão à frente da Copasa, que começou em janeiro de 2005, contribuiu para que a empresa hoje esteja presente em 610 Municípios mineiros, prestando serviço de abastecimento de água e beneficiando 11.500.000 pessoas, com um índice de atendimento de 97,9% da população nas localidades onde atua. A gestão de Márcio Nunes foi igualmente importante para que a Copasa também esteja presente em 177 Municípios, prestando o serviço de esgotamento sanitário. Aliás, são 5.700.000 pessoas beneficiadas, com índice de atendimento de 82,9% da população nas localidades onde atua.

Não bastasse a eficiência nas políticas de expansão e de qualidade de seus serviços, Márcio Nunes também conduziu a Copasa ao mercado de ações da Bovespa, abrindo o capital da empresa. Assim ela se transformou em lucrativa e atraente e se tornou um dos melhores exemplos de sucesso do choque de gestão do governo de Minas, transformando-se na mais premiada empresa brasileira da área de serviços.

Por essas qualidades profissionais e suas inúmeras qualidades pessoais, esse gaúcho, que, durante muitos anos, esteve estabelecido no Rio de Janeiro, onde ocupou diversos e importantes cargos, dá-nos grande orgulho e alegria em tornar-se nosso conterrâneo.

Senhoras e senhores, trago ao nosso homenageado os efusivos cumprimentos do Governador Aécio Neves, que tem no Presidente Márcio Nunes um de seus mais dinâmicos e importantes colaboradores nesta grande tarefa de fazer com que Minas seja um exemplo de gestão pública para o País.

Quero aqui parabenizar os Deputados Alberto Pinto Coelho e Fábio Avelar pela acertada iniciativa, com a qual o governo estadual e todos os mineiros se associam neste momento. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Peço permissão para cumprimentar todas as autoridades que compõem esta Mesa, assim como as autoridades nominadas, na pessoa do ilustre Secretário de Estado, dileto amigo, Danilo de Castro, nesta solenidade representando o ilustre Governador de Minas Gerais Aécio Neves.

Peço também permissão aos meus companheiros do Parlamento mineiro, ilustres Deputados e Deputadas, para saudá-los na figura de um ex-companheiro de parlamento por seis mandatos, ex-Presidente desta Casa, Kemil Kumaira. Saúdo toda a direção, o corpo gerencial, o corpo técnico, os ilustres funcionários da Copasa e seu coral, que nos brinda na pessoa deste grande parlamentar forjado em sua vida profissional na Copasa, co-autor do requerimento, companheiro e amigo Deputado Fábio Avelar.

Por último, gostaria de fazer uma saudação a todos os presentes, convidados e amigos que aqui vieram para saudar o mais novo mineiro, nesta figura referencial para todos nós do ex-Ministro de Estado da Cultura e Assessor Especial do Governador, Prof. Aluísio Pimenta.

O Eng. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes vem obtendo o reconhecimento dos mineiros pelo trabalho de grande alcance social e econômico que

vem realizando entre nós. Por isso já é cidadão benemérito de Montes Claros, Capital do Norte de Minas, e cidadão honorário da minha querida Conceição do Mato Dentro. Torna-se, nesta ocasião, cidadão honorário de todo o Estado, graças ao seu trabalho à frente da Copasa, melhorando a infra-estrutura e as condições sanitárias de Minas, tão importantes no aprimoramento da qualidade de vida de toda nossa população.

Depois de 28 anos de trabalho na Eletrobrás, tendo dirigido tanto a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro quanto a empresa Furnas Centrais Elétricas, esse engenheiro gaúcho, diplomado no Rio de Janeiro, conferencista em grandes eventos pelo País e pelo mundo, veio trazer, há três anos, seu talento e sua capacidade de organização para a Copasa.

Ao tornar-se, sob a sua direção, a empresa de serviços públicos mais premiada do Brasil, figura a Companhia de Saneamento de Minas Gerais como o melhor exemplo de resultados do choque de gestão do governo estadual.

Nós, mineiros, aprendemos a conviver com esse líder nato, de quem admiramos a determinação e a competência, associados à grande afabilidade e fraternidade que expressa na convivência com todos.

Gaúcho de Passo Fundo, terra de história e cultura, palco da Revolução Farroupilha e berço do Movimento Republicano, oficialmente considerada a Capital Nacional da Literatura, por sua jornada literária, aperfeiçoou na vida acadêmica e profissional, no Rio de Janeiro, sua inata vocação social como promotor ativo do desenvolvimento sustentável.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais é hoje perfeito exemplo de uma empresa cidadã, com forte responsabilidade ética e social, em permanente diálogo com as comunidades em que está inserida, promovendo uma sociedade mais justa e saudável.

Um dos grandes destaques da atual gestão é, sem dúvida, seu novo patamar de investimentos. Até o ano de 2010, estão assegurados nada menos de R\$3.000.000.000,00 em investimentos, o maior de toda a história de Minas Gerais em saneamento.

A criação da Copanor por lei votada por esta casa veio ensejar, de maneira inovadora, que, pela atuação dessa empresa, subsidiada da Copasa e presidida pelo ex-Deputado Márcio Kangussu, pequenas comunidades do Norte e Nordeste do Estado pudessem ter um acesso de qualidade ao tratamento de água e ao serviço de esgoto, com recursos assegurados pelo Estado, e que permitem ao usuário o pagamento apenas do custo das operações.

Ao assumir, há um ano, o projeto de irrigação do Jaíba, a Copasa tornou-se o braço direito do governo para assegurar a operação de todo um importante pólo de desenvolvimento.

Um patrimônio do Estado também está sendo resgatado pela Companhia. As águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, tidas como das melhores do mundo, voltarão ao mercado, com sua produção e comercialização a cargo da Copasa, gerando "royalties" e renda para a conservação e modernização dos parques, atraindo turistas e levantando a auto-estima da população.

Respondendo por todas essas operações, nosso mais novo cidadão mineiro, ainda tão jovem, mostrou-se não só um executivo dinâmico e criativo como alguém profundamente interessado em preservar os bens e recursos naturais de Minas.

Temos, então, a honra de poder dizer que Márcio Augusto Vasconcelos Nunes é, desde hoje, também mineiro. Mineiro por merecimento e pelo reconhecimento à sua profunda identificação com esta terra e seus valores, tendo revelado total identidade com os traços marcantes da mineiridade.

Sua dimensão humana, meu caro Márcio, suscita-nos a alusão feita a Miguel de Cervantes pelo poeta e cientista Antônio Gedeão: "Cada um é de seus caminhos./ Onde Sancho vê moinhos/ Dom Quixote vê gigantes./ Vê moinhos?/ São moinhos./ Vê gigantes?/ São gigantes".

A honrada e brilhante trajetória de vida de Márcio Nunes permite-nos dela extrair uma lição. Construiremos uma nova realidade, acreditando em nossa capacidade e na concretude das ilusões e na realidade dos sonhos. Muito obrigado!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 4, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de terça-feira, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 4/3/2008.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/2/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.024; discursos dos Deputados Padre João e Carlin Moura; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; renovação da votação secreta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.073; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; renovação da votação secreta; manutenção; declarações de voto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes -

Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acompanhei, pelos informes da TV Assembléia, bem como pelos informes internos desta Casa, que hoje a Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa esteve na BR-381, que tanto tem preocupado a todos nós e ao movimento a que vários Deputados deste Parlamento subscrevem, a frente parlamentar. Fui, de alguma forma, interpelado veementemente, por diversas pessoas de Congonhas, de Lafaiete e mesmo de Belo Horizonte, sobre a situação da BR-040 entre Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete. Sr. Presidente, quero mostrar a situação da referida BR, que liga o Estado do Rio de Janeiro a Brasília, passando por Belo Horizonte. Há buracos e crateras, problema agravado pelos caminhões que transportam minério, jogando-o na pista. Não há mais sinalização, ocasionando constantes acidentes. As pessoas tiveram o cuidado de mandar os jornais da região, mostrando os acidentes naquela BR. Se preocupa a esta Casa a situação da BR-381 até João Monlevade e Governador Valadares, observem, pelo jornal que estou lhes mostrando, a situação da BR-040. A Polícia Rodoviária Federal informa que o contrato de manutenção desse trecho com uma empreiteira está vencido desde dezembro. Portanto, não temos manutenção nessa rodovia federal desde dezembro. Vejam bem, desde o final do ano, não é feito absolutamente nada, mesmo com as chuvas e com o trânsito pesado. Algumas empresas até fazem dessa rodovia, que é pública, uma via privada, carregando o minério e estragando a pista. Enquanto isso, os cidadãos de Minas Gerais ficam expostos a essa situação. Isso é tão grave que Conselheiro Lafaiete criou uma associação, chamada Movimento pela Vida, com diretoria e outros cargos. Estou oficiando, Sr. Presidente, ao DNIT, para que tome providências. É uma irresponsabilidade do governo federal deixar uma estrada tão importante nessa situação. Represento aqui tanto cidadãos dessas cidades como os de Belo Horizonte, que utilizam essa estrada, que se tornou um verdadeiro risco para a nossa população. Muito obrigado.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça - Gostaria de acrescentar à fala do Deputado João Leite o meu testemunho vivo. Todas as segundas e sextas-feiras passo pela BR-040, em direção à minha querida cidade de Cataguases. É um absurdo o descaso do nosso governo federal com aquela estrada. O mais importante é que já fiz vários ofícios para o DNIT, inclusive testemunhando com fotografias o caos em que aquela estrada se encontra, mas nenhuma atitude é tomada. Todas as semanas, Sr. Presidente e Deputado que me precedeu, vemos um, dois ou três desastres naquela rodovia. Muitas vidas são perdidas ali. Toda semana, Sr. Presidente, Deputado João Leite, vemos vários desastres com a perda de muitas vidas. Não consegui chegar a tempo do enterro do nosso grande amigo e companheiro Agostinho Patrús, impedida pelo movimento caótico da estrada de Conselheiro Lafaiete a Belo Horizonte. É preciso que se tome imediatamente alguma atitude. Por toda a estrada existem "out doors" dizendo: "Cuidado, você está trafegando na rodovia da morte". Isso é um absurdo porque predispõe aqueles que não têm compromisso a se entregarem ao descuido quando transitam por aquela rodovia. Não temos mais buracos, mas crateras. Se o motorista não for cauteloso, terá a roda do carro quebrada. Isso tem acontecido com frequência naquela estrada. É preciso que atitudes sejam tomadas com urgência, porque aquela é uma estrada importantíssima que liga a Capital ao interior. Por ela transitam caminhões de minério. Há muito barro, muito descaso. É preciso que se tomem as atitudes que se fazem necessárias. Fica aqui meu protesto e meu apoio ao Deputado João Leite pela sua fala. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, concordo em parte com a fala dos Deputados que me antecederam com relação à gravidade da situação desse trecho. Toda semana também passo por aquela estrada e, na verdade, em menos de 20 dias abriram-se buracos enormes. Em dezembro, não havia buracos, a coisa se agravou de meados de janeiro para cá. Queria discordar em relação às ações nesse trecho da BR-040, sobretudo do trevo de Ouro Preto a Conselheiro Lafaiete. Esta Casa realizou mais de uma audiência pública para discutir a gravidade e a situação precária da estrada, até mesmo dando um tratamento especial à situação do viaduto Vila Rica, também denominado "Viaduto das Almas". O entendimento que houve foi o de se fazer uma rodovia do minério paralela. O Sindiextra veio aqui apresentar o projeto e o que está travando, segundo informações que temos, são as licenças. Então, precisamos que esta Casa solicite uma atenção especial da Feam e de seus técnicos para apresentar ao Copam, de forma urgente, a apreciação e as devidas licenças, para permitir a construção dessa rodovia do minério e a construção de um outro viaduto, o que possibilitará melhor conservação desse trecho, evitando minério na estrada. O que podemos comprovar, através de estudos, foi que o minério que está na estrada não é só o que cai da caçamba, mas o minério que está grudado nos pneus dos caminhões e uma série de outros fatores. Perto de Congonhas existe um buraco na ponte. Se dois carros se encontrarem no mesmo ponto, haverá um acidente. Mesmo se os buracos forem fechados, o problema não será resolvido, em razão do tráfego de carretas de minério, que irá triplicar com a expansão da Gerdau Açominas, da CSN, da Vale do Rio Doce, da V&M. Então, nesse sentido, a Casa se ocupou. Fizemos algumas coisas, e está aqui o Deputado Fábio Avelar, que acolheu a apresentação e a proposta feita pelo Fernando Coura, do Sindextra. A Companhia Vale do Rio Doce estaria cedendo o terreno, e a CSN arcando com a construção da Rodovia do Minério. A notícia que tivemos da semana passada, é a da privatização desse trecho, de Ouro Preto a Conselheiro Lafaiete. Discordo disso, mas, infelizmente, essa foi a última posição do governo federal, embora saibamos que o processo é demorado. Porém, existe uma urgência para a recuperação desse trecho, como já disseram os colegas que me antecederam.

O Deputado Arlen Santiago - Caro Presidente Doutor Viana, precisamos nos solidarizar com esse comentário feito pelos Deputados que nos antecederam: o Deputado João Leite, a Deputada Maria Lúcia Mendonça, que sempre está na BR-040, e também o colega Padre João, da região de Lafaiete, que falou brilhantemente. Ficamos bastante impressionados com a facilidade como a situação pode ser resolvida. Vivemos essa tragédia que são as BRs federais, que estão matando dezenas de milhares de pessoas, e nem a operação tapa-buracos é feita na maioria delas. Fiquei realmente impressionado porque, segundo entendi, se resolverem a licença ambiental, o problema da rodovia estará resolvido sem sombra de dúvida. Então, gostaria de citar um fato e pedir o apoio de todos os colegas, principalmente do Deputado Padre João, que expôs o fato de que o governo do Estado não está conseguindo resolver a questão da licença ambiental. Se isso acontecer, o problema da BR-040, naquele trecho, será resolvido. Queria lembrar outro trecho dessa rodovia: o que sai de Belo Horizonte e passa por Sete Lagoas e pelo qual o Doutor Viana passa toda segunda e sexta-feira. Lá também a estrada está uma tragédia, e a região não tem minério, aliás, pelo contrário, ela

vive muitas dificuldades. Por lá passam bois, alguns produtos têxteis e poucos artigos de indústria. A rodovia, entretanto, está uma tragédia, e não conseguimos que o governo federal conserte o trecho. E pior ainda: no que se refere à BR-135, Deputado Doutor Viana, que encaixa na BR-040, já vimos promessas de vários Ministros do primeiro mandato do Presidente Lula. O Ministro Anderson Adauto, que foi Presidente desta Casa, foi a Montes Claros e assinou o documento para as obras da BR-135 - uma, duas vezes. Missões da bancada estadual e da bancada federal foram a Brasília para falar com todo o mundo, Presidente, Vice-Presidente, Ministro, mas a situação não caminha, não tem solução, Deputado Doutor Viana. O projeto foi feito, pois o governo federal nem sequer conseguia fazer o projeto da BR-135, que encaixa com a BR-040. A Associação Comercial de Montes Claros o fez, e o governo federal disse que não poderia executá-lo, pois, em Joaquim Felício, teriam de desapropriar 50m de uma fazenda, o que tornaria o projeto inviável. Fomos atrás de todos os Prefeitos, como a Prefeita Eliana, de Joaquim Felício, e eles se comprometeram a desapropriar. O projeto foi feito e o DNIT disse que não, que tem de fazer a licença ambiental para duplicação das pontes. Foram feitas todas as licenças ambientais, e o DNIT agora diz que tem de mudar o projeto porque, se for fazer esses trevos grandes nas entradas das cidades, visando a não matar as pessoas, atrapalhará o projeto. Então, mudou-se o projeto, está no DNIT; viaja gente, e morre gente. Em Curvelo, quantas pessoas sofrem acidentes naquela estrada? Observo aqui, Deputado João Leite, e fico embasbacado porque, se o Estado resolver um problema ambiental, todo o problema de Congonhas acabará, todo o problema de Conselheiro Lafaiete acabará, porque, provavelmente, terá a atuação da Vale do Rio Doce. Então, Deputado Getúlio Neiva, será que o povo que nos assiste vê a questão das BRs, que é uma obrigação do governo federal? Pode até falar que essa é uma herança maldita, que isso tem de ficar, porque os outros Presidentes não fizeram. Daí, chegaremos no Presidente JK, que fez, no Presidente Getúlio Vargas, que fez, e como ninguém mais consegue fazer, vão falar na herança maldita e vão deixar o povo morrendo, vítima de acidentes. E o telespectador que assiste à TV Assembléia ouve falar que, se não resolver o problema ambiental, a culpa é do Estado, se resolver o problema ambiental, está resolvido. Por esse motivo, Sr. Presidente, tive de pedir pela ordem. Quando vamos a Montes Claros, temos de ir de avião, porque ir de carro é risco de vida, risco de morte maior do que andar na BR-040, até Conselheiro Lafaiete ou Barbacena. Fico impressionado. Parabéns-o, Deputado João Leite, V. Exa. abordou um problema que não podemos esquecer. Chega de sermos tapeados.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, eu perguntaria à Mesa qual foi o destino dado ao requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que pede o reconhecimento do decurso de prazo na Comissão de Assuntos Municipais do projeto de reorganização do Judiciário. No meu último pronunciamento do ano passado, eu dizia, de forma clara, que duas questões me trariam à tribuna neste ano. A primeira delas seria o ICMS Solidário. Já fizemos uma reunião do grupo de trabalho, fizemos uma reunião específica com o Deputado Zé Maia, e, na próxima segunda-feira, às 14 horas haverá outra reunião, para que coloquemos na pauta o projeto do ICMS Solidário, em que houve esse equívoco de tramitação, como está havendo com o projeto de reorganização do judiciário. Gostaria de saber de V. Exa. se o pedido está na Mesa, se será colocado em votação ou se vamos negociar o dia em que será colocado em votação o pedido de decurso de prazo da Comissão de Assuntos Municipais. Aproveito, Sr. Presidente, para comentar o assunto da BR-040 - eu que estou à margem da BR-116, também esburacada e arrebentada. Gostaria de lembrar o que o Deputado João Leite esqueceu. O jornal apresenta, de forma bem clara, que entre o Km 600 e o Km 650, entre Belo Horizonte e Cristiano Otôni, ocorrem 62,3% das mortes na BR-040. É um absurdo, Sr. Presidente. Têm razão os nobres companheiros, ao levantarem a questão da BR-040 e das demais estradas federais de Minas Gerais, a proposta que o Governador fez. Por que o Presidente Lula não entrega para o governo do Estado, repassa o dinheiro para tomarmos conta? Não há problema, repassa o dinheiro, que tomamos conta. Minas Gerais faz tudo. Está resolvendo o problema das nossas cidades, ligando todas elas pelo Pró-Acesso. Temos competência instalada, em Minas Gerais, para resolver os problemas que o governo federal não tem. Apelamos a V. Exa., para nos permitir esse comentário, mas gostaria de continuar com a perquirição. O requerimento feito pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva vai ser lido? Vamos votá-lo? Ou vamos, mais uma vez, fazer aquele episódio estranho que aconteceu com o ICMS Solidário, em que o projeto desapareceu nas Comissões. Não podemos deixar que isso aconteça nesta Casa, Sr. Presidente. Já havíamos decidido, no final de 2007, que esses dois assuntos seriam amplamente debatidos neste ano pelos Deputados, por dois motivos principais: primeiro, abrimos mão de um ano da vigência do ICMS Solidário, que já deveria estar vigendo em homenagem ao Triângulo. O segundo motivo é a questão do Judiciário. Pelo que vimos da CPI Carcerária, temos de ampliar o Poder Judiciário no Estado. O Judiciário não pode continuar com a atual estrutura, que precisa ser ampliada. Esta Casa, se for necessário, precisa buscar o apoio do Governador do Estado para ampliar o Orçamento do Tribunal de Justiça, a fim de que possamos ampliar as comarcas, criar instâncias especiais e parar de uma vez por todas, Sr. Presidente, com este episódio estranho, esquisito, ou seja, o fato de Juizes e Promotores passarem pelas comarcas maiores em alta velocidade, como se estivessem concorrendo a um grande prêmio. Juizes e Promotores ficam durante dois, três, quatro ou cinco meses em determinada cidade e saem correndo para Belo Horizonte, porque, caso contrário, não conseguem ser Desembargadores. É preciso parar com isso. Precisamos reestruturar a Justiça no Estado de Minas Gerais. Para isso, é necessário que o projeto venha à baila para discussão dos Deputados.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao colega que, atendendo à sua solicitação, buscaremos as informações o mais rápido possível, a fim de lhe darmos a resposta correta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.024, que dispõe sobre os organismos geneticamente modificados - OGMs - no Estado. A comissão especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Carlos Arantes opinou pela manutenção do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o colega Deputado Jayro Lessa, que, parece-me, se manifesta favoravelmente à derrubada desse veto, homem que defende a autonomia do Poder Legislativo. Precisamos reconhecer que esse projeto de lei, agora proposição de lei, foi exaustivamente discutido nesta Casa, recebendo pareceres favoráveis com a determinada adequação. O que se tornou proposição de lei foi um substitutivo ao projeto inicial, Deputada Ana Maria Resende. Esse substitutivo acolheu as notas técnicas fornecidas pelo Poder Executivo.

Houve rumores de que se trata de proibição de transgênicos ou de organismos geneticamente modificados. Não se trata disso. A essência, o que resume essa proposição, está no art. 2º. O que se pede é apenas o cadastro. Farei a leitura do art. 2º, para que fique claro para os nobres colegas o que estamos apreciando. O art. 2º diz: "Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, o Estado manterá cadastro das instituições que exercem as atividades previstas no art. 1º". O que está previsto no art. 1º? Estão previstos a pesquisa, a produção, o plantio, o armazenamento, o transporte, a manipulação e a liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados e de seus derivados. Além do estabelecido na legislação federal, deverão ser observadas as normas fixadas nesta lei, em sua regulamentação.

Na verdade, é um cadastro. O Estado terá um cadastro, o que já é previsto pelo governo federal, na Lei da Biosegurança. Isso é pedido nessa proposição de lei. Quanto às licenças, quem não se adequar pode sofrer uma multa de 500 Ufemgs, valor que dobrará caso haja reincidência. Na verdade, não há proibição nem restrição, apenas se pede a transparência no processo. Esse é o mérito da matéria.

Nobres colegas Deputados, temos de perceber que foi um projeto de lei que recebeu, desde o início da sua tramitação, um substitutivo, fruto de entendimentos do Legislativo com o Executivo. Isso, infelizmente, confirma que o Legislativo atua como um apêndice do Executivo. Até quando seremos submissos, em tudo, ao Executivo? E por que este mesmo governo, neste mandato, enviou a esta Casa, notas técnicas favoráveis ao projeto, desde que ele se adequasse às suas normas? E, então, foi apresentado um substitutivo em consenso com o governo. Todos os Deputados votaram favoravelmente ao projeto, que se tornou uma proposição de lei. E agora o Governador veta o projeto, desrespeitando não só esta Casa, mas parte do Executivo, que elaborou essas notas técnicas favoráveis ao projeto, desde que ele se adequasse ao que foi pedido.

Chamo a atenção dos colegas Deputados, dizendo-lhes que temos o dever moral, como legisladores e representantes de um poder autônomo, de derrubar o veto do Governador, apelo que faço aos meus pares. Não estamos impedindo o desenvolvimento, apenas exigindo o cadastro, para que qualquer cidadão tenha uma lista a fim de saber quais as empresas em que estão sendo pesquisados, cultivados ou manipulados

geneticamente determinados organismos. Queremos transparência e divulgação. Temos de assegurar este direito ao cidadão: o de saber o que é ou não transgênico.

Se os nobres Deputados querem preservar a natureza, a essência do Poder Legislativo, temos o dever de derrubar o veto, valorizando o trabalho dos Deputados e sendo coerentes com nosso voto favorável, dado no final do ano passado. Creio que cada Deputado deveria destacar o motivo pelo qual mudaria o seu voto.

Simplesmente pelo apelo de uma Liderança do governo? Desrespeitando outras lideranças do Executivo que enviaram a esta Casa notas técnicas favoráveis? Conto com o apoio de vocês. O projeto de lei foi bem trabalhado desde a legislatura passada pelos Deputados Ricardo Duarte e Edson Rezende. Demos continuidade ao estudo, aprofundando a matéria, pois alguns entenderam que era muito complexa. Tivemos todo esse trabalho. Demos a necessária atenção exigida pela matéria. Esta Casa votou em peso favoravelmente ao projeto. Pela coerência de nossos trabalhos e convicções, devemos derrubar esse veto ou vamos confirmar o que parte reduzida da imprensa e o consenso de alguns pontua: a subserviência desta Assembléia ao Poder Executivo.

Não podemos abrir mão da nossa missão, do nosso trabalho como Deputados. Nossa ação como Deputados preserva e resguarda a autonomia, a independência e a natureza do Poder Legislativo. Não podemos, por coerência, permitir a permanência desse veto. Conto com os nobres colegas para derrubá-lo, preservando esta Casa e valorizando o trabalho dos Consultores, dos Assessores das Comissões e dos técnicos do Executivo, sobretudo das Secretarias de Agricultura, de Meio Ambiente e de Saúde. As três deram pareceres favoráveis ao projeto. Este é meu apelo Sr. Presidente, este é meu apelo Deputado Mauri Torres, Líder do Governo. Derrubemos esse veto e preservemos esta Casa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos num momento especial nesta Casa. A manutenção deste veto por parte da Assembléia Legislativa de Minas Gerais criará um grave precedente na história do Legislativo mineiro. Esta Assembléia se debruçou sobre esse projeto de autoria do Deputado Padre João, que ora estamos discutindo, que foi transformado em proposição de lei. Ele vai ao encontro da legislação federal, que regulamenta a matéria.

No final de 2007, por meio de um amplo acordo entre o governo e a Oposição, chegamos a um consenso, a um substitutivo, que dá estabilidade na questão dos organismos geneticamente modificados, procurando oferecer transparência e segurança ao consumidor, protegendo nossas fronteiras agrícolas. Agora, sem mais nem menos, vem o veto do Executivo, desconsiderando todo o trabalho desenvolvido pelos parlamentares da Assembléia de Minas.

Se mantivermos esse veto, como propõe o Governador do Estado, estaremos cedendo na prerrogativa do parlamento, que é a de discutir e aprovar a matéria e apresentar leis para o povo de Minas Gerais, e acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que não podemos desistir dessa prerrogativa neste momento, o que seria um grave precedente. Minas Gerais não pode permitir uma coisa dessas. Estamos, portanto, encaminhando pela derrubada do veto.

Derrubar esse veto significa dizer ao povo de Minas Gerais que o Parlamento, o Deputado e a Deputada têm papel; significa mostrar para o povo de Minas Gerais que não somos meramente enfeite e que temos um papel a cumprir na sociedade. Temos um papel a cumprir em favor do povo de Minas Gerais, algo que fizemos e bem: a legislação que aprovamos é moderada e transparente. Não avançou muito, mas naquilo que foi possível o consenso. Agora até isso se joga por água abaixo, caso o veto seja mantido. Não podemos permitir isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, especialmente em um momento em que a agricultura e a agropecuária estão em questionamento. A nossa carne bovina, por exemplo, está sendo questionada na Europa, entre outros motivos, pela fragilidade das regras deste país. E Minas Gerais vai compactuar com isso? Vai-se permitir que Minas fique sem uma legislação sobre os organismos geneticamente modificados, as sementes transgênicas e toda essa variação genética que se admite na agricultura?

A legislação que ora aprovamos, com, repito, amplo consenso entre o governo e a Oposição, visa a dar transparência e estabilidade ao consumidor, ao produtor e ao povo de Minas Gerais. Quando exigimos das empresas que se utilizam desses organismos geneticamente modificados que tenham um mero cadastro, estamos dando garantias ao consumidor e protegendo a economia do Estado. Mas aí, depois de ampla discussão e acordo entre o governo e a Oposição, depois dos pareceres técnicos das comissões desta Casa, depois do aval do próprio Executivo, vem, de uma hora para outra e sem mais nem menos, uma caneta jogando tudo por água abaixo.

Esse tipo de comportamento, Sr. Presidente, leva-nos a questionamentos preocupantes. A quem interessa a manutenção desse veto? A quem desagradou a legislação aprovada nesta Casa? Será que houve um desagrado de última hora a alguns setores econômicos deste Estado que não tiveram a coragem de mostrar a cara durante o processo de tramitação do projeto? Será que é isso o que está em jogo? Será que alguns setores não tiveram a coragem de vir aqui debater pública e francamente com cada Deputado e Deputada, até mesmo para apresentar as suas formulações e preocupações? Esta Casa sempre esteve aberta a qualquer tipo de manifestações e interesses legítimos, porque esta é a Casa do povo; aqui qualquer tipo de interesse pode ser pública e democraticamente manifestado.

Ora, o projeto tramitou em todas as comissões; audiências públicas foram realizadas; um substitutivo foi apresentado; um consenso foi construído. Mas, ao chegar ao Executivo, o projeto foi vetado. Foi vetado em nome de que interesse? Será que em nome do interesse público? Será que foi o interesse da agricultura mineira o que protegido nesse veto? Acredito que não. Até porque os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas têm responsabilidade e elaboraram um projeto e um substitutivo que foi transformado em proposição de lei. Agora, não podemos permitir que todo um trabalho desenvolvido nos últimos oito anos nesta Casa seja derrubado pela canetada do Governador do Estado.

Isso é um desrespeito para com o Parlamento mineiro, com a democracia. Precisamos ser firmes nessa questão, por se tratar de um projeto que não teve polêmica, porque foi construído um consenso, um acordo, no final do ano de 2007.

Dessa forma, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para sermos coerentes com o nosso trabalho, com o amplo debate que fizemos aqui, nesta Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e com os pareceres técnicos, isto é, com o trabalho de nossas assessorias, dos nossos técnicos, que se debruçaram sobre o projeto, não podemos permitir que esse veto seja mantido. É importante votar "não" e derrubar o veto. "Não" ao veto. Esse veto não pode prevalecer em respeito à democracia e à independência deste Legislativo, como forma de continuarem a valer os entendimentos e os acordos. Isso porque, a partir do momento em que os acordos não são respeitados, nada mais vale na democracia, porque a democracia, acima de tudo, é o respeito aos acordos feitos, o respeito ao consenso e o respeito ao debate, e esse veto em nada contribui para isso.

Este projeto, esta proposição de lei, é uma proposição moderada, que vai ao encontro da legislação federal e que visa, única e exclusivamente, a resguardar o produtor e o consumidor mineiro na questão dos organismos geneticamente modificados, a qual exige um firme controle do Poder Legislativo, porque, se deixada solta, fugirá ao controle, por tratar-se de questão tecnológica muito complexa, que depende de profundo questionamento.

Portanto, não vai ser por meio de uma canetada do Governador do Estado que vamos permitir esse tipo de coisas. Sendo assim, o PCdO e o

PT encaminham contrariamente ao veto, solicitando a sua derrubada no Plenário desta Casa, para fazer prevalecer a autonomia e a independência do Poder Legislativo mineiro.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, o painel não registrou o meu voto.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, o painel não registrou o meu voto.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 36 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. A Presidência vai renovar a votação. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Rêmoló Aloise - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados; votou "não" 1 Deputado. Houve 1 voto em branco, totalizando 39 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.024. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.073, que estabelece normas para a instalação e a manutenção de sistema de ar condicionado em ambiente de uso coletivo. A comissão especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Domingos Sávio opinou pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 37 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito; no entanto, verifica a chegada de outros Deputados a Plenário e vai renovar a votação. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Rêmoló Aloise - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados; votaram "não" 2 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.073. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declarações de Voto

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, cumprimos o nosso dever parlamentar. Mais do que isso, prestamos um grande serviço a Minas Gerais de fazer uma reflexão melhor sobre essas duas matérias. Essa reflexão foi, obviamente, provocada pelo Governador Aécio Neves, que, no cumprimento da sua função constitucional e fazendo uma análise ponderada com a sua assessoria jurídica, verificou que, por mais bem-intencionadas e por melhor que fossem as proposições dos nobres colegas para torná-las leis, merecia o veto parcial o Projeto de Lei nº 18.073 e veto total, o projeto anterior.

Fui relator do projeto que acabamos de votar, que teve veto parcial. De forma muito apropriada, o Deputado Ivair Nogueira apresenta uma regulamentação para os serviços de manutenção, conservação de ar refrigerado, que passa a ser algo muito frequente, principalmente em ambientes coletivos. Obviamente, precisa haver critérios, até mesmo para preservar a saúde das pessoas. Mas, num dado momento, preocupou-se o parlamentar em regulamentar também alguns aspectos que estavam ligados à atividade profissional. Isso é matéria de lei federal, regida pelos conselhos das categorias, no caso a dos engenheiros, que eram, por sinal, ali mencionados, e pelo Crea. Portanto a nossa legislação não podia ferir esse princípio constitucional.

O projeto anterior, em que pese à preocupação extremamente justa e apropriada do nobre Deputado Padre João em relação às questões que envolvam o meio ambiente, para termos um desenvolvimento científico bem alicerçado na ética - com isso concordamos inteiramente -, por outro lado se criava a possibilidade de que Minas Gerais pudesse vir a ter algumas dificuldades competitivas, especialmente na agricultura. Cito um exemplo elementar que poderia levar, a partir dessa legislação, alguma dificuldade ou, na visão e na interpretação de alguns, despertar alguma dificuldade para a agricultura mineira competir no cenário nacional. O exemplo a que me refiro envolve o próprio governo federal e todos os instrumentos de pesquisa que temos hoje em relação a transgênicos.

Quando votamos, neste momento, para mantermos o veto do Governador e não termos uma legislação a mais em Minas Gerais, criando restrições ou a possibilidade de restrição a organismos transgênicos, nós o fizemos primeiro porque já existe uma legislação federal que cuida para que esses produtos, essas sementes, por exemplo, não prejudiquem o meio ambiente e apresentem risco para a saúde do cidadão.

Há pouco mais de uma semana, o Ministério da Agricultura aprovou a liberação do uso de dois tipos de sementes de milho com modificações de natureza genética, ou seja, geneticamente modificados, para que esse milho seja mais eficiente, para que produza uma safra melhor. Esse milho será comercializado em todo o Brasil. A partir de um procedimento dessa natureza, de criarmos uma legislação adicional aqui em Minas, chegaríamos, inevitavelmente, a uma situação em que o agricultor mineiro teria dificuldades porque em Goiás, em Mato Grosso, em São Paulo, no Paraná podem usar determinadas sementes, mas em Minas não. Como o agricultor mineiro vai competir dessa forma? Nossa agricultura vai andar para trás. Sabemos que Minas é um Estado agrícola, um Estado que gera milhares de empregos no campo. Portanto, reitero meu respeito pelo Deputado Padre João, minha preocupação de que temos que preservar o meio ambiente, a saúde do cidadão, mas a legislação federal já trata disso e já cuida de estabelecer esses parâmetros. Qualquer adição só para Minas Gerais, e não para o resto do Brasil, cria uma situação de desigualdade na hora de competirmos, o que não seria justo com a agricultura mineira, e não foi essa, com certeza, a intenção do Padre João, porque ele sempre defende o agricultor como eu. Então acredito que poderemos aprofundar esse debate em outro momento. Espero que a legislação federal, esta sim, possa regular melhor a matéria para todo o Brasil. Obrigado, Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, creio que o nobre colega Deputado Domingos Sávio não compreendeu bem a matéria porque em momento algum estamos proibindo ou dificultando alguma cultura e, em se tratando da cultura, o cultivar. O contrário, é simplesmente o cadastro. Não nos estamos colocando de forma diferente de outros Estados. A linha do nosso projeto é a exemplo do Rio Grande do Sul, onde esse cadastro é exigido. Minas Gerais não seria o primeiro Estado. Está em sintonia com a Lei Nacional da Biossegurança, que dá uma abertura para cada Estado ter um avanço na normatização. Na proposição de lei, outrora projeto de lei, no § 2º, está o cerne que é simplesmente o cadastro, em relação à produção, ao transporte, à manipulação de organismos geneticamente modificados, tanto plantas quanto animais. É dar ao povo mineiro o direito de saber se aquele milho, aquela soja, sofreram uma alteração genética. V. Exa., como médico, sabe que sobretudo uma criança pode ter alergia a uma determinada cultura. Pode ter alergia a soja. O que seria um organismo geneticamente modificado? Poderia ser o próprio milho que contém um gen da soja. A mãe poderia dar um alimento a uma criança, pensando ser simplesmente o amido do milho, e este, na verdade, conter o gen da soja, que pode trazer transtorno para aquela criança. Sabemos que organismos geneticamente modificados não são modificados simplesmente com gen de cereal para cereal.

Existem genes de outra cultura totalmente diferente que, na lógica científica, estariam garantindo àquela cultura uma resistência maior. Acredito que não tenha sido compreendido pelos colegas o mérito da matéria nem muito menos o fato de ela ter sido exaustivamente analisada em sintonia com o Executivo, ou seja, o que chegou ao Plenário foi fruto de consenso, de entendimento. E, por causa de uma minoria do governo, que acorda tarde ou que é arrogante, já que não vem examinar a matéria nem aprimorá-la nas audiências ou nas discussões em Plenário, pensando em cercar o assunto apenas no final, a situação fica assim. Então há uma falta de respeito a esta Casa. Por isso fomos contrários, embora depois tenhamos votado "sim" ao veto no que se refere à Proposição de Lei nº 18.073. Deixo, portanto, o meu protesto contra a postura do governo e meu protesto respeitoso, contra a atitude dos nobres colegas que não entenderam o espírito da autonomia desta Casa, comprometendo a democracia. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, este projeto de lei, de fato, foi muito discutido aqui, na Assembléia, entretanto nem todos os que votaram favoravelmente eram a favor dele, já que houve, no final do ano, uma obstrução, e existiam outros projetos importantes a serem votados, sendo um deles o do choque tributário que o Governador Aécio Neves apresentou e que foi muito importante para nos tornarmos mais competitivos e competir de forma melhor com São Paulo na questão tributária. Durante aquelas obstruções, do próprio PT, tivemos de fazer um acordo e votar daquela maneira, para que a pauta fosse desobstruída e os projetos fossem votados.

Sou ligado ao setor rural, ao campo e, com meu modesto entendimento, vejo que a legislação federal já é muito ampla, já foi muito discutida com todos os segmentos da sociedade interessada, chegando-se ao consenso de uma legislação que atende ao momento e à necessidade. Quando se cria uma legislação separada, em nível de Estado, criam-se, na realidade, motivos para que a pessoa busque adequar-se aos órgãos estaduais, o que aumenta a burocracia e os custos. Com todo o meu respeito por seu trabalho, acredito que o Deputado Padre João cometeu um equívoco, ao dizer que isso veio principalmente para proteger o pequeno produtor. Outros Deputados também se manifestaram dessa forma, mas acontece o contrário: quem mais perde é o pequeno. O grande empresário, o profissional que tem uma estrutura mais capacitada vence a burocracia, pois tem seu advogado, um departamento jurídico, um departamento técnico para resolver essas questões. O mais prejudicado seria o pequeno produtor da agricultura familiar, pois teria de preencher um formulário, ir aos órgãos de governo, sem contar que o próprio governo não está preparado, não tem estrutura nem para uma série de obrigações dentro da legislação, para uma série de necessidades do produtor. Assim, portanto, iríamos aumentar a burocracia e dificultar a vida do produtor. Além disso, se o mundo hoje produz o que produz e se o Brasil tem essa capacidade tecnológica e de alta produtividade, isso se deve ao avanço tecnológico e à tecnologia dos transgênicos, dos organismos geneticamente modificados. Isso gera mais desenvolvimento, mais alimentos e maior produção. O mundo passa fome. Muitas pessoas não têm alimento à sua disposição, e uma das soluções vem com o avanço tecnológico. Quando comparamos com outros países, por exemplo, com a Argentina, vemos que hoje 98% da soja da Argentina é transgênica.

Aqueles do campo que nos assistem sabem muito bem o que é plantar uma soja transgênica, quanto isso facilita no combate às pragas e na limpeza da lavoura.

Quando se trata de uma planta geneticamente modificada, esta facilita e aumenta a capacidade de ganho de uma agricultura que hoje obriga o produtor a produzir cada dia mais e mais, ganhando menos.

Então somos favoráveis, sim, à manutenção do veto. Se derrubássemos o veto, não seria bom para a agricultura mineira, para o produtor mineiro, principalmente, nem para os segmentos que fazem uso dos organismos geneticamente modificados. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de comunicar a esta Casa que ontem estivemos em Fortaleza, na Assembléia Legislativa do Ceará, onde houve o lançamento para o XIII Congresso da Unale, que será realizado nos dias 28, 29 e 30 de maio. Quando vemos os Deputados aqui falarem que seguimos doutrina do governo do Estado, temos de entender que são em congressos como esse, de uma entidade que representa 1.059 Deputados em todo o Brasil, na qual são apresentados pontos de vista e discussões...

Gostaria de convidar o Deputado Padre João para fazer parte desse Congresso, para esta discussão. Ali será discutido o fortalecimento do Poder Legislativo, a independência do Poder Legislativo. Esta Casa, por mais que possa falar a Oposição, segue uma independência.

Então ontem houve o lançamento da nossa conferência anual, na qual teremos a eleição. Falo aqui como Vice-Presidente da entidade. O evento ocorrerá nos dias 28, 29 e 30 de maio, na cidade de Fortaleza, com o apoio do governo do Ceará, da Assembléia Legislativa e também de órgãos do governo federal.

Também ontem, Sr. Presidente, por meio do nosso Presidente, Deputado Alexandre Postal, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que foi colega do "padrinho", do Patrús, registramos a ausência do companheiro Agostinho Patrús. Quero deixar bem claro para esta Casa que Patrús foi um baluarte, um fundador da nossa entidade. Há 14 anos, o Deputado Agostinho Patrús mostrava justamente a necessidade de uma independência maior do Poder Legislativo. E, naquele momento, criávamos, por trabalho do Deputado Agostinho Patrús, a Unale. Temos uma entidade a que todas as Assembléias do Brasil são filiadas. Temos uma entidade cujo primeiro Presidente foi o companheiro Agostinho Patrús. Ontem, Sr. Presidente, ele foi lembrado e, se Deus quiser!, no próximo congresso, estaremos relembrando esse fato e prestando todas as homenagens. Trata-se do primeiro Presidente da entidade, que aqui já não se encontra, e assim temos de marcar essa data. O "padrinho" fez,

criou a entidade, com a ajuda de Deputados de outros Estados; com a ajuda da Assembléia de Minas, ele conseguiu criar uma entidade forte, uma entidade que mostra e valoriza o Poder Legislativo estadual.

Quero, em nome do Deputado Postal, deixar o nosso sentimento a toda a família do Deputado Agostinho Patrús, a seu filho, à Dra. Orcanda. Em meu nome e em nome da Unale, peço ao Presidente para registrar a nossa tristeza com a ausência do "padrinho". Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 27, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/2/2008

Presidência dos Deputados Doutor Viana, José Henrique e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares e Padre João; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007; discurso do Deputado Antônio Júlio - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Eros Biondini, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Vetos às Proposições de Lei nºs 18.024 e 18.073, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 89/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão de pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.677/2007 seja apreciado em penúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em Comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aproveitamos este momento para fazer uma discussão política sobre esse projeto de lei complementar, que extingue cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. Esse projeto já foi discutido nesta Casa e é um dos motivos do sistema administrativo do nosso Estado não sair do

lugar, andar só para trás. De dois anos para cá, na Advocacia-Geral do Estado, foram realizadas pelo menos 12 mudanças. Isso mostra que não há um planejamento claro para que um projeto aprovado conte com um tempo maior de duração. Muda-se cargo, nomenclatura, informa-se para lá, informa-se para cá, e o Estado dá oportunidade aos funcionários públicos, no caso a Advocacia-Geral do Estado, de reivindicar direitos nessas mudanças propostas. Com isso, vão para a justiça; o Estado não se defende; eles ganham; são feitos os precatórios. A lista de precatórios aumenta cada vez mais em nosso Estado por causa das mudanças constantes efetuadas no seu sistema administrativo e de pessoal.

Por esse motivo, a Assembléia Legislativa deveria discutir esses projetos com mais profundidade. Esses projetos aqui chegam, ninguém discute, ninguém fala nada, passam nas comissões apenas com parecer técnico, e não há uma discussão política sobre eles e suas necessidades. Vejam agora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a Secretaria de Estado de Saúde criou o tal SUS Fácil. É um SUS Fácil para as pessoas morrerem com mais facilidade. Começarei um movimento neste Estado, Getúlio Neiva, para que todas as pessoas que perderam um ente querido façam uma ocorrência policial, para que possamos mover uma ação de homicídio contra o Secretário de Saúde ou contra aqueles que manipulam o tal SUS Fácil. Nesta semana, em dois dias, houve duas mortes: uma, em Pará de Minas, e outra, em Martinho Campos. Isso porque ligavam pra lá, pra cá, tinham de enfrentar fila, o assunto era de emergência, necessitava-se de transferência para um centro maior - Divinópolis ou Belo Horizonte -, mas só conseguiram com 70 horas de atraso. É com a maior má-vontade possível dos órgãos ligados à Secretaria de Saúde que, mais uma vez, deixam a população carente sem saber o que fazer. Nós estamos aceitando o jogo imposto pela Secretaria de Saúde, em nome da moralidade, da facilidade. Mas, facilidade para não tratar das pessoas, facilidade para não criar mais ônus aos grandes centros: Belo Horizonte ou Divinópolis. Como pode, num sistema implantado "on line", um documento demorar 72 horas para chegar a Belo Horizonte? Quando isso ocorreu, e arranjou-se a vaga, a criança já havia morrido. Estamos aumentando os óbitos em Minas Gerais, e a população está calada, não está se manifestando, porque não acredita mais na classe política, não acredita na política, não acredita no sistema da Prefeitura, não acredita no sistema implantado pela Secretaria Estadual de Saúde. E estamos vendo essa inércia do nosso povo, que é nossa culpa, porque isso, também, é inércia do Parlamento, tanto municipal quanto estadual. As Câmaras Municipais, em sua maioria, estão vendo a população sofrer, principalmente aqueles que dependem do SUS, mas não querem dizer nada porque, ao se manifestar, têm de falar da Prefeitura, do Secretário de Saúde. Então, preferem se omitir a questionar esse problema sério que vivemos.

A Assembléia Legislativa tem de chamar aqui o Secretário da Saúde, para que dê explicações ou responda por seus atos, pois a decisão é dele. O Secretário decide, por meio de uns técnicos que não conhecem o Estado de Minas Gerais, que não conhecem a situação de nossos hospitais, só tendo notícias por meio de informação de internet. É pela internet que ficam sabendo que, em Divinópolis, há 10 CTIs, não sei mais onde tem. Mas não sabem como funciona, qual a distância de uma cidade para outra, porque, na internet, trabalhando com ar condicionado, tudo é muito fácil. Na verdade, esse povo está mais brincando com a internet do que estudando realmente a situação que precisa ser resolvida. Estamos vendo isso passivamente. Vemos o povo morrer. Digo o povo do SUS, porque a maioria da população, Padre João, hoje faz sacrifício, deixando de comer para pagar um plano de saúde que também engana. A maioria dos planos de saúde vendem um preço baixo e usam o sistema do SUS para atender ao conveniado. Com isso, vivemos essa balbúrdia no sistema de saúde do nosso Estado de Minas Gerais. Parece que está tudo bem porque a imprensa está amordaçada, impedida de noticiar os fatos.

Os dois filhos dessa família morreram por falta de atendimento. Discutimos aqui falta de atendimento, o que tem ocorrido diariamente no interior deste Estado. Em Nova Serrana, às vezes ocorre um acidente grave e se transferem os feridos. Mandam essas pessoas para Uberaba, mas, antes de chegarem lá, morrem. Alguns atendimentos têm de ser imediatos, o que não significa que a pessoa não morrerá. Estamos cobrando assistência na hora necessária.

Tenho chamado a atenção desta Assembléia, porque, como vivemos uma ditadura em Minas Gerais com a imprensa amordaçada e censurada, estamos aqui como prisioneiros de guerra. Não podemos nos manifestar. Se houver qualquer manifestação, o Governador é incomodado, assim como a sua irmã. Não podemos incomodar. Implantou-se esse medo nesta Casa. Com medo e ausência de manifestação, ocorrem coisas que prejudicarão o nosso Governador. Quando sair do Estado e perder o poder, ele verá o tanto de mal que algumas pessoas lhe fizeram, até nesta Assembléia, por omissão e submissão. Não existe governo sem problema, não existe Estado sem problema. E estamos vendo para a sociedade que, em Minas Gerais, não há problema, que não temos problema na segurança pública, na saúde, no transporte, na educação. Mesmo com a efetivação aprovada por nós, que ainda não foi implementada, há várias escolas sem aula por falta de professores e de autorização. E ficamos sem nos manifestar. A manifestação dos parlamentares apenas serve de alerta ao Governador, que sabe que essas informações não chegam a ele. Com certeza, se o Governador tivesse amigos e companheiros neste Parlamento, já teria tomado várias decisões. Ele tem uma visão política fantástica para tomar decisões, mas desde que sejam baseadas em fatos reais. Infelizmente, as informações não chegam a ele, mas precisam chegar.

Tenho dito, com muita clareza, que inventaram a centralização do centro administrativo. Alerto mais uma vez - até para ficar bem caracterizado o meu posicionamento - que o Aeroporto de Confins ficará nas mãos dos sindicalistas quando saírem das asas do Governador. Hoje, todos os sindicalistas estão debaixo das asas do Governador. Esta semana, meia dúzia de sindicalistas geraram uma dificuldade fantástica a Belo Horizonte, ao impedirem a circulação dos ônibus de transporte coletivo. Deputado Dalmo, isso ocorrerá com o centro administrativo, que possui apenas uma via de acesso. Qualquer grupo de dez sindicalistas poderá parar o centro administrativo, o acesso ao Aeroporto de Confins. Isso não está sendo analisado, porque a obra é importante, precisa ser feita, e custará R\$2.000.000.000,00. Não se analisam esses fatos; não se analisam as consequências do que faremos. Às vezes, cobro isso em nossas Comissões e neste Parlamento. Já temos muitas leis, mas não analisamos a consequência do que votamos. Não temos a capacidade de enxergar meio metro à nossa frente e dizer: "Se fizermos essa mudança, ocorrerá isso de bom e de ruim. Não podemos fazer isso. Não temos disponibilidade para fazer isso".

Voltou a ser aplicada nesta Casa a lógica do Governador Hélio Garcia, que diz que base de governo não discute, vota. Não concordo com essa lógica. Nós, que lutamos pela liberdade do nosso povo e pela democracia, não podemos continuar calados. Não ficarei calado.

Sei que estou sendo chato, que estou até falando demais. Entretanto, alguém tem que levantar a voz. A revolução cubana está hoje na grande mídia devido à renúncia de Fidel Castro. Ele acreditava em seu ideal. Ele e mais um fizeram a revolução cubana. E ainda ficou 49 anos. Não estou discutindo se foi bom ou ruim. Não é essa a questão, mas, sim, o fato de que um começou e depois a coisa se consolidou. O povo foi às ruas e aceitou aquela manifestação, aquele ideal de Fidel Castro. É isso que acontecerá em Minas Gerais, Deputados Getúlio Neiva e Sebastião. O povo vai reagir, o povo está adormecido, mas uma hora acorda. Vão aparecer novas lideranças que não estejam debaixo da asa do sistema implantado em Minas Gerais. Teremos, então, a manifestação do povo para discutir seus interesses nas áreas da saúde, da educação, do transporte, da segurança pública. Na minha cidade, há um ou dois assaltos à mão armada todos os dias. Não podemos nos manifestar porque o Governo diz, em sua propaganda oficial, que, em Minas Gerais, não há problemas de segurança pública, Deputado Sávio. Rio Piracicaba, Ponte Nova, Monlevade, Lafaiete - onde foram os últimos acontecimentos do sistema carcerário - talvez não estejam em Minas Gerais. O Deputado Dalmo esteve na carceragem de Contagem. Acho que Contagem também não fica em Minas Gerais. Aquela superlotação não é em Minas Gerais. Precisamos ter essa discussão.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Apesar de trazer um assunto de grande importância para esta Casa, chamo a atenção do Deputado Antônio Júlio para que cumpra o Regimento Interno. Estamos discutindo o Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, que trata da Advocacia-Geral do Estado. O senhor está fugindo do tema. Vamos cumprir o Regimento, caso contrário teremos que abrir exceção para todos os parlamentares.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, desculpe-me, mas não deve estar prestando atenção ao meu discurso, que é baseado na proposta do Executivo. O Governo está mudando o sistema da Advocacia-Geral do Estado. Quando falo de penitenciária e de saúde, estou falando da Advocacia-Geral do Estado, que manda em Minas Gerais. Nada se faz no Estado se não passar pela Advocacia-Geral. Essa é a discussão, Sr. Presidente. Não estou fugindo, talvez esteja divagando um pouco, contando histórias, para vermos como estamos inertes. Pela inércia do

Parlamento, a Advocacia-Geral do Estado também legisla em nosso nome.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, cumprimento V. Exa. pela lucidez do pronunciamento, sobretudo quando descreve a situação anômala que vivemos em Minas Gerais. Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, acompanhamos a vida pública de Minas Gerais há muito tempo. Confesso nunca ter imaginado ser possível reproduzir em Minas Gerais o cenário da Bahia de ACM. O atual Governo conseguiu trazer a Bahia de ACM para Minas Gerais. O que chamo de Bahia de ACM? A imprensa silenciada pelo uso abusivo da publicidade oficial. Esta Casa está de joelhos. Aliás, já propus que mudássemos o nome da Assembléia Legislativa para "Assembléia Homologativa". O Poder Judiciário está "docilizado". O Ministério Público está de cócoras. Está tudo dominado, como diz a música, Deputado Antônio Júlio. Está tudo dominado, Sr. Presidente. Até os partidos de oposição estão dominados.

Vivemos essa situação anômala em que o debate político em Minas Gerais, o contraditório, está extinto por força da censura e da cooptação dos Poderes. V. Exa. tem sido uma voz dissonante denunciando esse estado de coisas. Quando falo na Bahia de ACM, é preciso salientar que importamos para Minas Gerais o que havia de ruim: o domínio, o culto à personalidade. Não trouxemos o que havia de bom: um esforço enorme de carrear benefícios para a Bahia.

Não temos isso em Minas Gerais. Aqui nos contentamos com a propaganda, o anúncio dos feitos futuros. Aqui nos contentamos com um pirulito. Aqui, Sr. Presidente e Deputado Antônio Júlio, precisamos, em algum momento, estar à altura da tradição desta Casa para reinaugurar o debate e a liberdade neste Estado, que tem a vocação histórica de ser o guardião da liberdade. Aliás, o avô do atual Governador já tinha dito que liberdade é o outro nome de Minas. Precisamos lembrar desses ensinamentos para reinaugurarmos a possibilidade de divergir. Que o aliado não seja confundido com o sabujo, que o oponente não seja necessariamente aquele que é contra, mas que tenhamos direito de analisar os fatos, que Minas Gerais tenha direito de conhecer o que acontece no Estado.

O estado de coisas do sistema penitenciário é gritante; a falta de possibilidade nas carreiras do serviço público é um grande desestímulo aos servidores do Estado; ao mesmo tempo, alardeia-se, na mídia contratada com o dinheiro público, que todos têm carreira e estão muito felizes. Portanto, Deputado Antônio Júlio, há, em Minas, dois governos: um não tem nada que ver com o outro. Há o governo real, com seus méritos, avanços e problemas - este não podemos discutir -, e o governo da mídia, aquele que fala que Minas Gerais foi transformada em um oásis. Minas Gerais foi transformada em peça publicitária de campanha eleitoral antecipada, e precisamos voltar a discutir com responsabilidade nossos problemas para buscar soluções. Cumprimento V. Exa. pela coragem já histórica e conhecida do povo de Minas de abordar esses problemas. Muito obrigado, pelo aparte.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Apesar de ser de um partido que está na base do governo, V. Exa. nunca se cala diante dos desmandos. Como V. Exa. disse, plano de carreira, cargos e salários são sempre fundamentais para todas as áreas, e há erros gritantes em algumas delas, sobretudo no IMA e em todas as empresas ligadas à Secretaria de Agricultura. V. Exa. também destaca a questão da imprensa e das mordças. Faço esse aparte para trazer aqui a minha indignação. De ontem para hoje, na Penitenciária Nelson Hungria, foi executado o preso Derival Pereira Santana. Essa penitenciária recebeu a visita de vários Deputados. Tivemos também aqui o espetáculo da CPI, algo que nunca havia visto nos cinco anos em que estou nesta Casa. Houve uma tropa de choque, e me desculpem de me referir assim a alguns colegas Deputados, mas foi o que vi. Houve uma falta de respeito para com os Deputados da CPI da Câmara que formalizaram um requerimento, precisamente às 9h30min, para que transmitissem a CPI, através TV Assembléia. Só às 11h40min, ou seja, mais de duas horas depois, devido à insistência e à indignação de alguns Deputados que compunham a CPI, permitiram a transmissão de parte da reunião. Então, são coisas desse nível que ocorrem em Minas Gerais.

Mais de 20 presos foram carbonizados e mortos, em Ponte Nova. No dia 1º de janeiro, começamos 2008 com mais oito presos em Piracibaca. Temos a certeza de que houve omissão da polícia e uma expressão máxima de covardia, porque foram mortes lentas, e não como relatado, no tempo de 40 segundos apenas. Agora, de ontem para hoje, mais um preso foi executado.

Ou seja, o Estado recolhe esses cidadãos que devem, sim, pagar pelo que fizeram, mas não os recupera para fazer a inclusão deles na sociedade com a dignidade garantida e com a capacidade de relacionamento fraterno com todos aqui fora.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. Estamos consternados diante desse quadro que vimos e que, lamentavelmente muitos, a maioria, inclusive a liderança política, não conseguem enxergar. Depois pode ser tarde demais. Oxalá não seja, mas pode ser tarde demais, devido aos desdobramentos que podem ocorrer, até de forma natural, em consequência das ações e das omissões.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Padre João. Estamos discutindo um projeto de lei complementar sobre a Advocacia-Geral do Estado. Há momentos em que sou até arrogante porque não faço um discurso e tenho uma prática diferente. Na época da ditadura, quando fui Prefeito, estive detido por 8 horas devido a denúncias anônimas. O Exército esteve lá para ouvir-me durante 8 horas, como se eu fosse um financiador da guerrilha. Nem nessa época calei-me, porque tenho um comportamento que fala, Deputado Getúlio Neiva. Estou falando sobre penitenciária e sobre Advocacia-Geral do Estado. Não estou fugindo do tema, Sr. Presidente.

Na minha cidade, Pará de Minas, havia um cadeia no centro da cidade, ao lado do fórum, da Prefeitura e de um colégio. Na cadeia cabiam 24 presos, mas tínhamos 144. Rebeliões aconteciam praticamente todos os dias, havia 7 mortes por ano. Quando enfrentei a situação para bancar politicamente a instalação de uma penitenciária na minha cidade, quase fui crucificado pela classe política da época, pelo Prefeito, que hoje é Deputado, e pela Igreja Católica, que se envolveu num processo contra a penitenciária. E o mais grave - e é a isso que quero chegar - é que nenhum daqueles que foram às ruas se manifestarem contra a instalação de penitenciárias. Nem os padres da Igreja Católica - o Deputado Durval Ângelo foi lá fazer essa campanha mentirosa da Igreja - conheciam nossa cadeia. Nenhum deles teve a hombridade de ir à cadeia de Pará de Minas para ver a situação em que os presos se encontravam. Banquei isso na época das eleições, Deputado Carlos Mosconi, com a população na rua, porque tinha convicção do que estava fazendo pela minha cidade e da necessidade de construir uma penitenciária naquele momento. Queria, sim, como diziam os mais sábios, construir escolas, que era o ideal - e construímos -, mas tínhamos de construir a cadeia também. Se estamos cobrando segurança, temos que ter penitenciárias. A nossa penitenciária, Padre João, poderia ter sido citada na CPI Carcerária como modelo que está dando certo, mas a ânsia de acobertar os equívocos e os erros do governo não permite mostrar o que há de bom. Um projeto iniciado no governo Itamar Franco, por meio da Secretária Ângela Pace, foi a humanização das penitenciárias. O governo do Estado, por intermédio da Secretaria, tem cumprido esse projeto com Pará de Minas, até mesmo por exigência do Juiz de Direito. Se forem lá, verão o modelo de penitenciária que tenta regenerar os presos. Cadeias, Apacs, religião, nada disso regenera ninguém. Acontecem alguns equívocos e problemas.

Estou falando sobre a Advocacia-Geral. Há uma ordem do Ministério Público que tem trazido um mal administrativo ao Estado com a proibição de haver advogados nas penitenciárias. Se isso não for revogado, teremos problemas, porque os presos já não terão assistência judiciária num processo que estava dando certo. Lá há escola e trabalho. É um modelo que poderia servir de exemplo. Infelizmente tive que viajar e cheguei atrasado. Queria fazer este depoimento dizendo que, no sistema penitenciário de Minas Gerais, há projetos que estão dando certo, mas a ânsia de acobertar os equívocos e os erros não permite mostrar o que está bom.

Temos problemas muito mais sérios. Os Deputados que viajam e conhecem as cadeias do Estado sabem com o que nos deparamos no interior. Se V. Exas. forem a Rio Preto, perto de Juiz de Fora, verão como é o sistema carcerário ali: duas celas pequeninhas. Se forem a Bom Sucesso, no Sul de Minas, verão uma penitenciária com dois corredores pequeninhos, menores do que isto aqui. Não há superlotação. Não estou discutindo o problema, por exemplo, das carceragens da Região Metropolitana. Estou falando do interior, onde há presos condenados,

presos provisórios, mulheres, doidos, tudo junto, num desrespeito total ao ser humano. E só um policial toma conta de todos. Às 18 horas, os carcereiros distribuem a comida, vão embora, fecham a cadeia. Fica um policial na guarita. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva deve saber do que estou falando. Se houver rebelião, se houver algum problema, não há o que fazer, a não ser deixar os presos se matarem, como deixaram em Ponte Nova e em Rio Piracicaba. Aliás, acho que essas duas cidades não pertencem a Minas Gerais.

Essa é a discussão política que precisamos fazer para ajudar o governo a resolver esses problemas. Precisamos mostrar ao governo onde o sistema está dando certo e por que está dando certo. Mas, aí, os planejadores, os administradores, começam a analisar custo. Ora, segurança tem preço, segurança custa dinheiro. Sabem como quanto a Diretora do presídio de Pará de Minas pode contar para fazer gastos extras com 400 presos e 180 funcionários? Sabem qual é o recurso financeiro do fundo de caixa, que poderíamos chamar de cartão corporativo, para se gastar na penitenciária? Quando eu disser, V. Exas. dirão que é mentira. Pois bem: ela tem R\$500,00. Há quatro meses, Deputado Gustavo, houve um defeito numa bóia da penitenciária, e a Diretora não tinha dinheiro para arrumar. A penitenciária não tem crédito na cidade, porque, a toda a hora, surge um problema para resolver, e só há R\$500,00 para despesas. Então, ninguém vende fiado para a penitenciária, e vender fiado para o Estado é vender para não receber. A Diretora, tentando conseguir verba na Secretaria, ouviu que, antes, era preciso fazer leilão presencial, mais não-sei-quê. Isso, para custear algo que ficava em, mais ou menos, R\$1.800,00. Sabe qual foi o custo para resolver o problema, Deputado Getúlio Neiva? V. Exa. já foi do governo, Secretário de Estado, foi tudo na vida, um grande Prefeito em Teófilo Otôni. Gastaram-se simplesmente R\$400.000,00. É isso que me revolta. É isso que me deixa indignado. Eu pratico o que falo. Tomo decisões, às vezes equivocadas, é verdade, perante a legislação, perante os amigos, mas o Estado precisa ter agilidade para resolver as coisas, o Estado precisa ter alguém que decida. Quem decidiu que não poderia fazer aquele pequeno reparo, se, depois, teve de pagar R\$400.000,00, ou tinha interesse no superfaturamento ou não tinha interesse nenhum em resolver o problema. Certamente, as questões do Estado não lhe dizem respeito. Ele apenas administra o que lhe chega e toma decisões. Não há vontade política de resolver esse tipo de problema. E sabem por quê? Porque nem conhecem o sistema. Nunca foram a uma cadeia, a uma penitenciária nem a um presídio. Se perguntarmos às pessoas que estão no comando e dão sustentação ao Secretário para tomar decisão se conhecem uma cadeia, se sabem qual é a diferença entre uma cadeia pública, um presídio e uma penitenciária, com certeza, Deputado Carlin Moura, eles não saberão responder. Não me refiro ao Secretário. Ele, sim, tem visitado as penitenciárias, ele as conhece. Temos de enfrentar esse problema. Estou dizendo isso porque, em Pará de Minas, eu enfrentei o problema. Vários Deputados Federais, até mesmo o Deputado Durval Ângelo, foram àquela cidade fazer campanha a favor da Igreja Católica, infelizmente, defesa de alguns padres equivocados. E eu enfrentei essa situação em período eleitoral, quando disputava eleição para Deputado. E por quê? Porque eu tinha plena convicção daquilo que estava fazendo. Eu tinha de tomar um posicionamento. Jamais posso me acovardar porque meia dúzia diz que não se pode fazer. Eu costumava perguntar, Deputado Sebastião, e, às vezes, de forma até irônica: "A sociedade não quer?" E não era a sociedade toda; apenas a manipulada. "Então, que cada um pegue dois presos e leve para sua casa". Seria uma solução. Mas nós, homens públicos, precisamos ter responsabilidade por nossos atos e assumi-los. Por isso cobro.

Nesse momento em que se discute o projeto de lei complementar da Advocacia-Geral do Estado, fica evidente para nós a burocracia que tomou conta do Estado. Ninguém faz mais nada. Todo mundo tem medo de tomar decisão. Burocratizou-se para não se realizar. E, com isso, o Estado de Minas Gerais está andando para trás.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, gostaria apenas de fazer uma observação ao pronunciamento de V. Exa. no tocante ao trabalho realizado pela igrejas. Como membro e participante ativo de uma Igreja Batista, como pastor, sou testemunha de que essa Igreja tem dado excelente contribuição na recuperação de pessoas, visto que está próxima de nós a comunidade da Pedreira Prado Lopes, onde estamos realizando um trabalho com os moradores. Como membros arrolados da nossa Igreja, existem muitos jovens que cresceram e passaram boa parte de suas vidas no tráfico, mas hoje estão lá, vivendo uma vida bonita, digna e honrada.

Tenho percebido que, em todos os lugares por onde a Igreja tem empreendido suas ações, acontecem mudanças. Talvez não ocorram no nível de que gostaríamos, mas hoje temos centenas, diria, sem exagero algum, milhares de testemunhos de pessoas que passaram pela Igreja, que receberam uma boa acolhida, que tiveram um bom acompanhamento e hoje estão perfeitamente reintegradas à sociedade, são pais de famílias honradas, que, no passado, viviam correndo da polícia, sendo presos, avergonhando a própria família e a si mesmos. Hoje são pessoas muito honradas vivendo dentro de nossa sociedade.

Gostaria apenas de fazer essa observação, Deputado Antônio Júlio, para que o comentário de V. Exa, que é um comentário pertinente e inteligente, não jogue na vala comum as entidades e as igrejas que estão fazendo um trabalho sério, que estão apresentando resultados positivos e que estão contribuindo para a reintegração de pessoas que, infelizmente, tomaram caminhos outros e têm causado muitos aborrecimentos, dores de cabeça e despesas para o Estado. Pior: muitos deles, ainda bem jovens, estão perdendo a vida no tráfico, nessa vida bandida em que muitos vivem. Graças a Deus, temos dado grande contribuição por meio do trabalho que realizamos, sem nenhuma ajuda de governos, porque é um trabalho voluntário, feito com recursos dos dízimos dos membros da nossa Igreja. Ficamos alegres ao ver que os resultados são muito positivos. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Apenas para esclarecer, fiz referências à Igreja Católica da minha cidade. Os crentes, os evangélicos não fizeram nenhum tipo de manifestação. Se qualquer sentenciado não acreditar em Deus, não conseguirá recuperar-se. É importante a participação da Igreja Católica e das igrejas evangélicas, protestantes. A Igreja Católica, por meio de seus leigos, tem tentado fazer esse tipo de trabalho, mas estou muito à vontade para comentar o episódio da construção da penitenciária, até mesmo para relembra os fatos, porque o acontecimento faz parte da história de Pará de Minas. Se um dia vocês quiserem, posso passar o filme, a fim de constatarem o que aconteceu.

Hoje as pessoas criticam o governo, as pessoas falam do Prefeito, do Governador, de todo mundo, mas não tomam atitudes, ninguém tem coragem de tomar atitudes. Nos homens públicos estão faltando atitudes corajosas em prol de um bem comum. Estou discutindo aqui, Deputado Vanderlei Miranda, a importância de toda a sociedade, de todas as religiões. Por isso, faço o que falo. Por isso, gosto de bater no peito e dizer que faço sem nenhuma preocupação de agradar ou não ao Governador Aécio Neves. Disse-lhe isso pessoalmente. Falei: "Governador, o senhor gosta de quem o bajula, o senhor gosta de quem puxa saco, mas esse não é o meu estilo. Se algum dia o senhor precisar de um companheiro num momento de dificuldade - espero que isso não aconteça -, conte comigo". Quero fazer o que faço, quero continuar lutando pelo nosso povo. Sei que é uma luta um pouco inglória, Deputado Carlin Moura, mas, num determinado momento, alguém começará a acompanhar os nossos pensamentos, as nossas atitudes, o que é o mais importante.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Antônio Júlio, primeiramente devo esclarecer que não tenho procuração para fazer a defesa da Igreja Católica.

O Deputado Antônio Júlio* - Deputado, para que não haja dúvida, gostaria de esclarecer que não foram todas as Igrejas Católicas, mas alguns Padres. Deixo isso bem claro para que não pensem que me refiro a todas as Igrejas. Sou católico e freqüento a Igreja. Gostaria que isso ficasse bem esclarecido.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Perfeitamente, Deputado Antônio Júlio. Não conheço especificamente o caso de Pará de Minas e não desejo entrar nessa polêmica, porém, é importante registrar que a Igreja Católica, por intermédio da Pastoral Carcerária e do sistema Apac, tem dado uma grande contribuição a todo o povo de Minas Gerais em defesa dos direitos humanos, de uma sociedade mais justa e da vida.

Faço esse registro, mas essa não é a polêmica em questão. Gostaria de tratar do Projeto de Lei Complementar nº 37, que, em uma primeira leitura, sem dúvida nenhuma, tem um aspecto positivo, pois propõe a extinção de cargos em comissão na Advocacia-Geral do Estado. Isso seria uma mini-reforma administrativa nesse âmbito. Poderíamos pensar que se está procedendo a um enxugamento, ou seja, a uma

diminuição de cargos em comissão, o que poderia ser um avanço, mas há um outro aspecto sobre o qual precisamos refletir: a visão do funcionamento da máquina pública do Estado em seu todo.

Atualmente, prevalece em Minas Gerais algo de que V. Exa. se lembra muito bem: uma visão muito obreira. Estão sendo feitas grandes e suntuosas obras. O Tribunal de Justiça construirá um novo palácio, o Poder Executivo pretende criar um novo centro administrativo, e está sendo construído um grande sistema, a Linha Verde. Do ponto de vista da segurança pública, pensa-se que serão resolvidos os problemas com a construção de novas cadeias e presídios. Isso é de fundamental importância, mas há algo também fundamental: o servidor público.

Há pouco conversei com algumas pessoas de Turmalina sobre a questão específica de segurança pública. Deputado Antônio Júlio, há um ano essa cidade não tem Delegado de Polícia, e isso não ocorre somente com essa cidade, pois a maioria das Comarcas de Minas Gerais estão sem Delegado.

Na CPI carcerária de Brasília, um Delegado de Alvinópolis, que atendia a Rio Piracicaba, em seu depoimento, disse que um Delegado tem de atender a várias cidades ao mesmo tempo. Dos 853 Municípios, há menos de 300 Comarcas em Minas Gerais. Não há Juizes no interior do Estado. Enquanto isso, o Tribunal de Justiça está preocupado com a sua nova sede administrativa. Teria de ser realizado concurso para Juiz, para que a prestação jurisdicional chegue até o cidadão. Em Rio Piracicaba, os presos estavam sob a guarda de um pobre carcereiro cedido pela Prefeitura Municipal, que era o coveiro da cidade. Coincidentemente, esse coveiro presenciou a morte de oito presidiários, que foram assados vivos em uma carceragem. Isso aconteceu porque, neste Estado, não é realizado concurso para agente penitenciário. O preso permanece sob a jurisdição da Polícia Civil, que está sendo ocupada para tomar conta de presos, enquanto deveria proceder a inquéritos e investigações, para, com provas materiais, colocar na cadeia, em julgamento justo, culpados por crimes. Mas isso não acontece, porque a prioridade do Estado ainda não é o servidor público, ou seja, o funcionamento da máquina pública. É importante extinguir cargos em comissão da Procuradoria-Geral do Estado? Sem dúvida nenhuma isso é importante, mas investiremos em quê? Realizaremos concursos para agentes penitenciários e efetivaremos os que estão em situação de miséria e penumbra. Vários agentes penitenciários, que não são concursados, realizam o mesmo serviço de um concursado e trabalham em dobro, já que a jornada é dobrada, mas recebem a metade do salário. Precisamos corrigir essas graves distorções em Minas Gerais. Precisamos fazer concurso para Agente Penitenciário, para Delegado de Polícia. Precisamos aumentar o número de comarcas do Estado. Esse tem de ser o modelo de gestão. Se queremos um Estado moderno que seja referência para o Brasil, precisamos sinalizar de forma concreta que vamos investir no nosso servidor. A presença do Estado se dá na pessoa do seu servidor público bem remunerado, bem treinado e em condições dignas de trabalho. Isso é bom para a sociedade mineira. Não dá para simplesmente extinguir cargo e ficar juntando dinheiro para fazer as grandes obras que satisfaçam às grandes empreiteiras, que nadam de braçada neste Estado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Carlin. Eu ainda queria complementar a questão da penitenciária falando das atitudes dos homens públicos, Deputado Irani Barbosa. Quando tivemos aquele problema da penitenciária em Pará de Minas, havia uma cadeia no centro da cidade. Tentamos várias vezes, Deputado Dalmo, junto ao sistema, em Belo Horizonte, desativar a cadeia pública. Até hoje não há autorização para desativá-la. Sabe o que fizemos, eu, politicamente, dando respaldo ao Delegado, e o Juiz de Direito, dando respaldo a todos nós? Às 3 horas da tarde não havia mais um preso na cadeia pública de Pará de Minas no dia 23/12/2003. As 7 horas da tarde não havia uma cela com grade na nossa delegacia. E digo que nós desativamos, porque tive uma participação efetiva em todo o procedimento. Desativamos a nossa cadeia pública porque, se assim não acontecesse... E hoje, graças a Deus, a nossa penitenciária não tem problemas. As questões de lá são as rotineiras. Não há superlotação. Os presos vivem no sistema da Apac, - é o que todos dizem. Só que não é Apac, porque esta é só para preso bonzinho, e lá tem vagabundo e bandido. Só vão para a Apac aqueles com oportunidade de ter uma pena alternativa. Precisamos cuidar dos bandidos. Mas, em Pará de Minas, a Penitenciária Pio Canedo cuida de tudo e até dá oportunidade àqueles que querem voltar ao convívio da sociedade, é mais ou menos o sistema da Apac. Contudo, o sistema da penitenciária é um pouco mais rígido. Tomamos essa decisão e desativamos a cadeia pública de Pará de Minas. Imediatamente, alguém aqui de Belo Horizonte, da Secretaria, queria dizer que aquele ato não poderia ter ocorrido. Mas não deixamos que isso ocorresse, porque havia sido combinado com a Secretaria. Essa foi a atitude do Delegado José Nonato, que era o Regional, do Dr. Ricardo Sávio, que é o Juiz de Execuções em Pará de Minas, enfim, foi a nossa atitude. Se não fosse feito, o que estaria acontecendo, Padre João? Teríamos a penitenciária e a cadeia vivendo os mesmos problemas.

O que está faltando às nossas autoridades, àqueles que controlam o sistema é atitude e coragem para tomar decisões, para incomodar alguém. Na própria delegacia não havia ordem para fazer a reforma. Nós fizemos sem autorização, porque a planta que se mandava para cá não era aprovada: não pode, tem de fazer isso, tem de seguir essa norma, tem de ouvir a Advocacia-Geral do Estado. Está lá para ouvir até hoje. E as obras estão prontas, com a participação de todos os Prefeitos da nossa comarca, inclusive o de Pará de Minas, que muito ajudou, e de todos nós, que de alguma forma contribuimos, até financeiramente. O que falta, então, são atitudes, coragem de tomar decisão. É isso que está fugindo um pouco do nosso funcionário e daqueles que estão administrando o nosso sistema. Até compreendo tal dificuldade, Deputado Dalmo, porque hoje você tem de prestar contas de qualquer ato por causa de qualquer denúncia de bandido ao Ministério Público. O funcionário será processado ou terá problemas. A pessoa prefere não agir, opta por não tomar nenhuma providência, deixa as coisas ficarem do jeito que estão, para ver como é que fica. Quando vemos essas mudanças, isso nos causa uma preocupação muito grande. Quando há a proibição de ter advogados na penitenciária, por exigência do Ministério Público... É isso que cobra dos parlamentares. Você dá uma ordem e não vê as consequências dela, não analisa o que pode acontecer. O que pode ocorrer nesse caso, por que, por ordem do Ministério Público, não pode haver advogado "ad hoc" lá, pois não é concursado? Ou querem mandar para que os advogados do Estado, da Defensoria Pública, não tenham a mínima condição de trabalhar em presídio? Lá, há 400 presos; chega preso, sai preso. O que está faltando é coragem, atitude. Está faltando à Assembleia Legislativa, está faltando às Câmaras Municipais voltar a discutir políticas e cobrar decisões. É muito bonito falar. Ouvi parte da CPI. O Estado também tem o que mostrar de bom. Por que ele não pega o que é bom, toma uma atitude e transforma o Estado de Minas Gerais em modelo de penitenciária? Já existem modelos implantados, como o de Formiga. Não sei se está funcionando. Falo com muito orgulho do modelo de Pará de Minas, minha cidade. Vamos lá ver o que está sendo feito. É lógico que existem problemas, mas serve de modelo, aliás, para fazer essa identificação com a Apac. Na época, os padres disseram que deveria ser montada uma Apac. Apac é para presos de bom comportamento. Mas e os bandidos, onde vamos colocá-los? Deputado Padre João, quando foi criada a escola dentro do presídio, correu uma lista para saber quem queria estudar. Se não me engano, 30%, 35% não quiseram. Algumas empresas também estão levando serviço para os presos trabalharem dentro dos pavilhões, e foi passada outra lista para saber quem queria trabalhar. Quarenta por cento dos presos não querem trabalhar. E aí, eles vão para a Apac? Lógico que não, têm de ficar na cadeia. É essa discussão que temos de ter coragem de enfrentar. Há falta de atitude, de enfrentar o problema. Por que hoje o governo permite a proliferação de "crack" no Estado? Talvez Minas Gerais seja o Estado em que isso mais acontece. As coisas estão acontecendo, todo mundo sabe quem está traficando. Mas preferem pegar aquele coitadinho, que, às vezes, já está viciado pelo traficante e colocá-lo na cadeia. Deputado Sebastião Helvécio, vamos a uma penitenciária e nos entristece ver que a maioria absoluta dos detentos são jovens. Talvez estejam lá por falta de perspectiva, por falta de atuação do Estado. Então, precisamos ter coragem para enfrentar as drogas. Será que os órgãos de segurança pública do nosso Estado, o sistema de inteligência que hoje se implantou - aliás, com escutas telefônicas clandestinas da polícia -, com todo esse aparato, não sabem quem são os traficantes, não sabem como chegar as drogas nas nossas cidades? Temos de combater isso. Mas, para tanto, é necessário atitude e coragem.

Acho que o Governador do Rio - que está sendo protegido pela imprensa - tem tomado algumas atitudes, como colocar a polícia nos morros para enfrentar os bandidos, porque tem de combater a causa, ou seja, o excesso de drogas que a nossa juventude está consumindo por falta de perspectiva. Deputado Sebastião Helvécio, vejo alguns investimentos equivocados, falta de atitude. Vou dar como exemplo a minha cidade de Pará de Minas. O governo federal inventou fazer umas quadras da cidadania, que chamo de forinho de assar menino, que custam um preço absurdo. Nas cidades que visito, elas estão jogadas, a maioria delas foi quebrada. Anteriormente, no bairro considerado o mais problemático da nossa cidade, uma pequena favela, houve um tiroteio, porque sumiram 200 pedras de "crack" de um traficante. Ele torturou todo mundo, negro, família, mulher, porque queria saber onde estava a droga. Todo mundo em Pará de Minas sabe que ele é o traficante, mas a polícia não tinha conseguido pôr a mão nele. Perto desse bairro, há uma quadra onde não se pode jogar. Então, para que gastar dinheiro com isso? Por que a Prefeitura não pode pôr um funcionário para tomar conta? Ela prefere acabar do que usar em benefício dos jovens, para dar a eles uma ocupação. Hoje, quando escutava o noticiário policial da nossa cidade, ouvi falar de um assalto à mão armada praticado por um menor e um maior. É outra coisa que precisamos ter coragem de enfrentar. Eu denunciei, há 15 anos, que o Estatuto da Criança e do Adolescente só falava em direitos, não falava em deveres. Eu disse que aquelas crianças seriam os grandes bandidos do futuro, porque estariam impunes e imunes

para fazer o tráfico. A maioria das pessoas que defendem o estatuto nem filho tem. Por que um adolescente de 14 anos não pode trabalhar? Como o trabalho pode desencaminhar alguém? Quem já trabalhou e foi desencaminhado pelo trabalho? Até aqueles que não tiveram oportunidade de trabalhar viraram homens pelo trabalho. Se eles tivessem ficado soltos nas ruas, logicamente teriam ido para o crime. Começariam se drogando e, depois, não tendo dinheiro para comprar a droga, começariam a roubar. É isso que está acontecendo de forma assustadora. A sociedade nem discute isso mais, parece que já faz parte do nosso dia-a-dia. Não acho que a discussão deve ser feita apenas do ponto de vista ideológico, dos sonhos, mas do ponto de vista de atitudes, da prática. Vejo que a maioria dos que participam desses eventos não querem uma solução, querem sempre fazer apenas a discussão. Se você ler a lei, achará fantástica, mas, na prática, ela arruinou os nossos jovens. O Estado não tem condições de dar ocupação ao jovem que não pode trabalhar, mas isso poderia ser amenizado. Por que a quadra não foi feita na escola? É essa a discussão que faço. Vejam como se gasta dinheiro à-toa no nosso país. São obras que não resolvem nada, que servem apenas de palanque. Fazer um ginásio poliesportivo é um palanque, mas quero saber se a Prefeitura vai dar seqüência. Falo isso até para vangloriar-me um pouco. Nunca fui de fazer propaganda, mas, quando Prefeito, fiz 17 quadras poliesportivas. E em todas elas coloquei monitores. Eu cuidei daquilo que fiz. Não cuidei apenas do lado físico, mas do lado humano. Havia material, havia jogos de integração. Isso deu um resultado fantástico. Mas, para isso, precisamos ter atitude e vontade de fazer. Se você tem funcionários na Prefeitura e quer fazer, você faz. Nada se faz sem dinheiro; nada se faz sem gastar; o que está faltando é atitude. Infelizmente, há muito discurso: "Vou inaugurar a obra e farei uma festa". Às vezes, gasta-se mais dinheiro com a festa do que com o próprio custo da obra. Combato isso e sinto-me no direito de cobrar dos nossos companheiros políticos, dos nossos Prefeitos, mais atitudes. Tenho cobrado sistematicamente mais atitude, mais participação dos nossos Vereadores do interior. Não basta fazer oposição. Deputado Sebastião, fazer oposição é a coisa mais fácil do mundo. Digo isso até para o nosso amigo, Deputado Padre João, e para o PT, que foi especialista em denunciar fatos que nada tinham de concreto. Digo sempre aos companheiros Deputados: o que falo aqui eu vi, estive no lugar. Se alguém quiser me questionar, vamos lá para ver se não é a realidade. Fazer oposição, criticar governo, os governantes e os funcionários é a coisa mais fácil da vida pública, principalmente para os que não têm responsabilidade. Quando se faz uma crítica como as que tenho feito aqui, têm de apresentar os exemplos que citei das nossas atitudes, e, se cobrarem assumir algum papel para tomar decisão, você tem de estar disposto. E se me cobrarem, estou disposto, porque virei homem público. Tenho orgulho de ser político, não tenho vergonha. Por isso não fico cabisbaixo neste Plenário e, mexe e vira, faço meus questionamentos. Ontem, ao rever meus documentos, achei uma carta em que questionei o Governador Itamar Franco, que era do meu partido. E foram várias as lutas travadas com base nas minhas convicções. O fato de eu ser do lado do Governador não faz com que eu tenha de bajulá-lo, tenho é que lhe mostrar o caminho. Mostrei ao Governador Aécio Neves o equívoco do DER na ocupação das taxas de domínio. As contas eram as seguintes: R\$63.000,00 de taxas por ano onde a pessoa faturava R\$40.000,00, mas, para faturar esse valor, tinha de pagar R\$62.000,00. Isso era um equívoco. Avisei quando o projeto foi aprovado, mas não quiseram me ouvir.

O pessoal que trabalha com "outdoor" fez um movimento e me convidou. Fui lá e vi que eles estavam com 1.200 "outdoors" contra o Governador para soltar no Estado de Minas Gerais. Pedi-lhes um pouco de tempo, pois iria ao Governador e tentaria falar com ele. Disse-lhes que o Governador não sabia disso, e, com certeza, na hora em que soubesse, mandaria cancelar o processo. Quando cheguei para falar com o Governador, já havia os fofocueiros dizendo que eu estava incentivando as pessoas a fazerem esse movimento, coisa que não faço. O Governador me atendeu, resolveu o problema na hora e mandou suspender o processo. Esse tipo de comportamento, fofocas, falta de atitude, pessoas que querem agradar seus chefes, bajulando-os, puxando saco, não leva a lugar nenhum. Quando o homem público tem uma pessoa ao seu lado puxando muito o seu saco, bajulando-o, dizendo que seu cabelo está bonito, que o seu sapato está com um brilho fantástico nunca visto na vida, deve encostá-lo, pois ele não é seu amigo. Infelizmente, é isso que acontece com a maioria dos políticos do nosso Estado.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 17ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/12/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada, Agostinho Patrús Filho, Gilberto Abramo e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 e Projetos de Lei nºs 18, 27, 30 e 56/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.615/2007 (Deputado Inácio Franco); 755, 1.676 e 1.879/2007 (Deputada Gláucia Brandão); 73, 408, 598, 641, 700, 817, 1.602 e 1.603/2007 (Deputado Vanderlei Jangrossi); 885, 1.116, 1.377 e 1.786/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 1.584, 1.598 a 1.601/2006 (Antônio Júlio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.615/2007 (relator: Deputado Inácio Franco). A Presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Lafayette de Andrada, Agostinho Patrús Filho, Gilberto Abramo e Vanderlei Jangrossi, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 e dos Projetos de Lei nºs 18, 27, 30 e 56/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 73, 408, 598, 641, 700, 817, 1.602 e 1.603/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); 885, 1.116, 1.377 e 1.786/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho); 1.584, 1.598, 1.599, 1.600, 1.601/2006 (relator: Antônio Júlio). A Presidência suspende a Reunião. Reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Lafayette de Andrada, Agostinho Patrús e Gláucia Brandão são aprovados cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.615, 1.676, 755 e 1.879/2007 (relatora: Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária de 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/2/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, na forma do vencido no 1º turno (relatora: Deputada Cecília Ferramenta); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 712/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, (relatora: Deputada Cecília Ferramenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os

Requerimentos nºs 1.707, 1.708 e 1.750/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas da Comissão no Município de Maria da Fé e no Distrito de Monte Verde (no Município de Camanduvaia), para se discutir a implementação das medidas decorrentes da Lei nº 17.110, que reconhece tais localidades como estâncias climáticas, e no Município de Caxambu, para se discutir a implementação das medidas de recuperação do potencial turístico das estâncias hidrominerais sul-mineiras (Circuito das Águas) e em que solicita visita da Comissão à empresa Helibras, com sede no Município de Itajubá, com vistas a conhecer suas dependências e as ações promovidas para expansão de seu parque produtivo; Arlen Santiago em que solicita audiência pública, em conjunto com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a ser realizada em Montes Claros, para tratar de assuntos referentes à nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que se destina a promover soluções sócio-econômicas àquela região; e da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão na cidade de Montes Claros, para se discutirem as demissões coletivas em curso na empresa Cotenor. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Ademir Lucas - Bráulio Braz.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/2/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e João Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Padre João e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Carlos Roberto B. Mourão, Vereador da Câmara Municipal de Sabinópolis, solicitando tomada de providências concernente à violação de direitos humanos ocorrida nesse Município, principalmente no que diz respeito a carência de promotor de justiça, de policiais civis e militares; dos Funcionários do Complexo Penitenciário de Juiz de Fora, solicitando tomada de providências com relação ao mau funcionamento da Penitenciária Prof. Ariosvaldo Campos Pires, sediada em Juiz de Fora; das Sras. Keli Divina de Oliveira Carvalho, vítima de agressão dentro da 49ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Itabira, formulando apelo a esta Comissão com vistas a que tome providências com relação a esse assunto; Soraya Brasileiro Teixeira, Juíza de Direito da Comarca de Araguari, encaminhando, para conhecimento desta Comissão e providências que julgar cabíveis, cópia do requerimento do Ministério Público e da decisão dos autos do processo em que figura como vítima Agamenon Pereira do Nascimento; e Ângela Maria Catão Alves, Juíza Federal da 11ª Vara - Seção Judiciária de Minas Gerais, sugerindo a esta Comissão o agendamento de visita para tratarem de Ação Demolitória em tramitação nessa Vara; dos Srs. Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte e da Vereadora Ana Paschoal, solicitando a esta Comissão tomada de providências quanto ao preso Fábio Henrique da Silva Braga, acusado injustamente pelo crime de estupro e atentado violento ao pudor; Cristóvão Gomes Pinheiro, detento da Penitenciária de Francisco Sá, e Paulo José de Moura, detento da Penitenciária Manoel Martins Lisboa Júnior de Muriaé, pedindo ajuda a esta Comissão para o processo criminal deles; Hélio Lisse Junior, Delegado Regional de Polícia Civil de Frutal, solicitando a esta Comissão tomada de providências, quanto à designação de agentes penitenciários, pois existem facções criminosas rivais convivendo de modo acirrado e perigoso nesse estabelecimento prisional; Revista Observatório Social Dez Anos, nº 12, setembro/outubro/2007; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça (2), (20 e 21/12/2007) e Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral Adjunto Jurídico (20/12/2007); Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-Minas Gerais; Cássio Antônio Ferreira Soares, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social; Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça; Kennedy de Assis Martins, Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado (2); Guilherme Hermeto Costa, Oveidor Ambiental; Cel. PM Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional do Comando-Geral da PMMG; Alex Fernandes Santiago, Coordenador em exercício do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação - CAO-MA - do Ministério Público do Estado; e Da Sra. Janete de Sá, Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (19/1/2008); Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa; Da Sra. Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça da Comarca de Ponte Nova (2); e da Sra. Giovanna Carone Nucci Ferreira, Promotora de Justiça (31/1/2008); do Sr. Paulo de Tarso Moraes Filho, Assessor Especial do Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; e da Sra. Ana Paula Cerca, Chefe de Gabinete do Ministro da Previdência Social (9/2/2008). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Elisa Costa, em que solicita seja realizada visita desta Comissão e da de Segurança Pública à cadeia pública de Governador Valadares, para verificar as condições de funcionamento e os problemas relativos à superlotação dos presos nesse estabelecimento; e dos seguintes Deputados Padre João (2), em que solicita sejam realizadas reuniões para, em audiências públicas, debater a perseguição ao direito de manifestação e de luta por direitos trabalhistas, por parte da Cemig, no Município de Ouro Preto, debater e dar encaminhamentos à atuação das Polícias Civil e Militar nos Municípios de Ouro Preto e de Mariana; Paulo Guedes (2) em que solicita seja realizada reunião no Município de Montalvânia para, em audiência pública, debater os procedimentos necessários à apuração de denúncia de lesão corporal sofrida por Walisson Marinho Dourado; seja formulado apelo à Corregedoria-Geral da Polícia Militar e ao Ministério Público, com vistas à apuração da responsabilidade de policiais militares no espancamento de que foi vítima o Sr. Walisson Dourado; Durval Ângelo em que solicita sejam convocadas as autoridades militares que menciona, para audiência pública da Comissão a ser realizada no Município de Ouro Preto e, seja formulado convite ao Sindpol, à Aspra e à Ong Defesal Social, para que também se façam, representar na mencionada audiência; João Leite em que solicita seja realizada visita ao Secretário de Estado de Defesa Social, para tratar de questões relativas à violação de direitos humanos no Município de Ouro Preto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Padre João.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/2/2008

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fábio Avelar, Domingos Sávio e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Denilson Olivato, Chefe da Assessoria Parlamentar substituto do Banco Central do Brasil, publicado no "Diário do Legislativo", de 20/12/2007, e Adair Moreira Júnior, Superintendente da Infraero. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 973/2007, no 2º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Célio Moreira, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Fábio Avelar em que solicita seja realizada reunião com convidados para se discutir o Projeto de Lei nº 973/2007; Délio Malheiros em que solicita realizar reunião para se debaterem, em audiência pública, as recentes mudanças na telefonia celular móvel propostas pela resolução da Anatel, e Carlos Pimenta em que solicita realizar audiência pública com a finalidade de se discutir e propor encaminhamento relativo à suspensão do fornecimento de energia elétrica nos finais de semana, por falta de parâmetro da conta de consumo.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

Carlos Pimenta, Presidente - Chico Uejo - Walter Tosta.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/2/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ademir Lucas e Chico Uejo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados (15/12/2007); Carlos Alberto Pavan Alvim (2), Subsecretário da Casa Civil (20 e 21/12/2007); Marcelo Braga de Freitas, Secretário Adjunto de Cultura (15/12/2007) e Eleonora Santa Rosa (2), Secretária de Cultura (19/1/2008). Registra-se a presença do Deputado Eros Biondini. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativas nºs 217, 219, 232, 233, 234, 263, 264 e 354/2007 (relator: Carlin Moura), 310, 311, 313, 337e 339/2007 (relator: Deputado Eros Biondini), que concluem pela sua aprovação na forma de requerimentos. Registra-se a presença dos Deputado João Leite e Weliton Prado. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez as Propostas de Ação Legislativa nºs 239, 240, 247, 248, 249, 251, 320, 321, 322, 324, 325 e 352/2007 (relator: João Leite), 215, 377, 378, 374 e 375/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares), que concluem pela sua aprovação na forma de requerimentos apresentados. As Propostas de Ação Legislativas nºs 381 e 382/2007 foram redistribuídas ao Deputado Carlin Moura e têm sua discussão adiada atendendo-se requerimento do Deputado João Leite aprovado pela Comissão. Foram rejeitadas as Propostas de Ação Legislativa nºs 214/2007 (relator: Deputado André Quintão), 218, 221, 224, 229, 235 e 262/2007 (relator: Carlin Moura), 330 e 335/2007 (relator: Deputado Eros Biondini) e 323/2007 (relator: Deputado João Leite). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados: André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizado debate público para discutir funcionamento e estrutura dos Conselhos Tutelares de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - João Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 9h21min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.762/2008, 1º turno para o qual designou relator o Deputado Doutor Rinaldo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.788 a 1.796, 1.798 e 1.799/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita realização de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Transporte, para debater sobre os acidentes rodoviários e suas consequências, sob o ponto de vista dos transportes e da saúde pública; Rosângela Reis em que solicita realização de audiência pública desta Comissão e da Comissão do Trabalho, para debater, no Município de Ipatinga, a saúde pública na Região Metropolitana do Vale do Aço e a situação dos trabalhadores da área da saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado em turno único, o Projeto de Lei nº 1.551/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), que recebeu parecer por sua aprovação. Registra-se a presença do Deputado Ruy Muniz. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.669, 1.673, 1.678, 1.686, 1.706 e 1.721/2007; e 1.742, 1.745, 1.747, 1.775, 1.781, 1.797 e 1.818/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: dos Deputados Carlin Moura em que solicita, sejam formulados votos de congratulações com o Sindicato dos Professores de Minas Gerais pelos seus 75 anos de história; em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater o Programa Poupança Jovem no Estado; em que solicita seja formulado ao Plenário apelo pela realização de um ciclo de debates com o tema "100 Anos de Guimarães Rosa"; Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Fundação Caio Martins pela comemoração dos seus 60 anos de fundação; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, discutir a implementação da Lei nº 17.348, de 2008, que dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Deiró Marra, Presidente - Ana Maria Resende - Carlin Moura - Maria Lúcia Mendonça.

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Almir Paraca (substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Antônio Carlos Corrêa de Faria, Delegado de Polícia Nível Geral, em Belo Horizonte, solicitando a esta Comissão tomada de providências com relação a denúncia grave de abuso de autoridade por parte de policiais militares sobre interceptações telefônicas ilegais e sobre prisões determinadas pelos Juízes, embasadas tão-somente em ocorrências, denúncias anônimas e suspeições; Luiz Carlos Caetano Monteiro, detento da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, pedindo ajuda desta Comissão para o seu processo criminal; Paulo Antônio da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha, Borracharias, Vulcanizadoras e Recauchutadoras de Pneus no Estado de Minas Gerais - Sintibor-MG, convidando a Comissão para participar da Assembléia Judicial de Credores Trabalhistas da Unisa, que será realizada às 14 horas do dia 21/2/2008, na Praça dos Trabalhadores, nº 55, Cidade Industrial, em Contagem; da Deputada Elisa Costa, encaminhando a esta Comissão cópia de relatório sobre visita à cadeia pública de Governador Valadares, realizada em 11/2/2008, no qual consta sugestões para a melhoria da situação dos presos; e de ofício do Cel. Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, publicado no "Diário do Legislativo, em 14/2/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 961/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado João Leite, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite (7) em que solicita seja formulado apelo, ao Comando-Geral da PMMG com vistas a que envie a esta Comissão cópia das fichas funcionais dos policiais que menciona, com exercício na 8ª Cia. Independente de Ouro Preto; seja formulado apelo à Rádio Itatiaia do Município de Ouro Preto com vistas a que envie a esta Comissão cópia das declarações do Sr. Ricardo Gonçalves de Matos sobre suposta agressão praticada por policiais militares em fevereiro último; seja formulado apelo ao Delegado Felipe Cordeiro, da 28ª Delegacia Seccional de Ouro Preto, com vistas a que envie a esta Comissão cópia das fotos do Sr. Ricardo Gonçalves de Matos, tiradas dia 5 de fevereiro último, quando este era conduzido por policiais militares à delegacia local; seja formulado apelo ao Conselho Regional de Medicina - Seção Minas Gerais com vistas a que apure denúncia apresentada a esta Comissão, sobre a conduta do médico que menciona, ao emitir laudo do paciente Ricardo Gonçalves de Matos, em 6/2/2008, quando este foi atendido na Unidade de Pronto Atendimento da Prefeitura Municipal de Ouro Preto; e sejam ouvidos pelo Conselho o Delegado Felipe Cordeiro e o Sr. Ricardo Gonçalves de Matos; seja formulado apelo ao Prefeito Municipal de Ouro Preto com vistas a que tome providências para a apuração de denúncia apresentada em audiência pública, naquela localidade, sobre a conduta do médico que menciona, na emissão de laudo do paciente Ricardo Gonçalves de Matos; seja formulado apelo ao Comando-Geral da PMMG com vistas a que autorize o comparecimento dos policiais que menciona, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de violência; seja formulado apelo ao Delegado titular da 28ª Delegacia Seccional de Ouro Preto com vistas a que envie a esta Comissão cópia dos Registros de Eventos de Defesa Social - Reds -, emitidos no período de carnaval deste ano e o rol de policiais acusados da prática de atos de violência; Durval Ângelo (2); em que solicita a realização de reuniões para, em audiências públicas, debater a inclusão social do deficiente visual; e sobre o incidente envolvendo o Prefeito de Vespasiano e policiais militares, por ocasião da realização de "show" durante o carnaval. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

João Leite, Presidente - Delvito Alves - Dalmo Ribeiro Silva.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se em 4/3/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para comemoração do Dia Internacional da Mulher.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.413/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o

disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.724/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.604/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.632/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - MG - a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.817/2007, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospital do Estado de Minas Gerais o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia nervosa e bulimia e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - MG - a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 4/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.951/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.980/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.989/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.001/2008, dos Deputados Wander Borges e Antônio Júlio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.316/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 1.328/2007, do Deputado Paulo Guedes e da Deputada Elisa Costa; 1.349/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.369/2007, de iniciativa popular; 1.636/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 1.742/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.783/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.880/2007, do Deputado Wander Borges; 1.886/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.023/2008, do Deputado João Leite; 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.045 e 2.046/2008, do Governador do Estado; 2.058/2008, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.006/2008, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.007/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.017/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.021/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.025/2008, da Deputada Rosângela Reis; 2.029/2008, do Deputado Hely Tarquínio; 2.033/2008, do Deputado Wander Borges; 2.036/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; 2.037 e 2.038/2008, do Deputado Deiró Marra; 2.070/2008, do Deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 4/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.885/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.818/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Requerimentos nºs 1.858 e 1.870/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.885/2008, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 4/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.938/2007, do Deputado Juninho Araújo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 4/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Mensagem nº 140/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 4/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 7/2007, do Deputado Padre João; emendas ao Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.874/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.875/2008, do Deputado Wander Borges; 1.876/2008, do Deputado Delvito Alves; 1.877/2008, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 4/3/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 1.413/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e 1.724/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospital do Estado de Minas Gerais o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia nervosa e bulimia e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 1.604/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica; 1.631/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica; 1.632/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER - MG a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.817/2007, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica; e 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER - MG a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de março de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2008, às 10 horas, no auditório da Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de se discutirem questões relativas à segurança pública no Município e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de março de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 231/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 231/2007, de autoria da União da Juventude Socialista, solicita a criação de instituições públicas de ensino superior e de escolas técnicas na Região do Rio Doce.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta de ação legislativa em análise pretende que o Estado instale, na Região do Rio Doce, estabelecimentos de ensino médio profissionalizante e de ensino superior.

O Programa Estruturador 018 - Ensino Médio Profissionalizante - prevê a oferta de cursos profissionalizantes de nível técnico para todo o Estado. As 20 áreas de formação profissional serão oferecidas de forma concomitante e integrada, para os alunos regularmente matriculados no

ensino médio da rede estadual; e pós-médio, para alunos de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino médio. Esses cursos serão ministrados em todos os Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em todas as sedes de Superintendências Regionais de Ensino, em todos os Municípios com mais de 30 mil habitantes, em Municípios com maior nível de investimento e em todos os Municípios-sede de microrregiões.

No que concerne ao ensino superior, a Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - vêm ampliando suas ações em todo o Estado, por meio de novos câmpus ou cursos isolados. Há, no entanto, uma certa carência em relação à Região do Rio Doce.

Sendo assim, somos pelo acatamento da proposta de ação legislativa em comento, na forma de requerimentos para que sejam enviados ofícios ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e à Secretária de Estado de Educação, solicitando-lhes, respectivamente, que enviem os esforços necessários para a implantação de estabelecimentos públicos de ensino superior e de cursos profissionalizantes de nível técnico na Região do Rio Doce.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 231/2007, na forma de requerimentos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

Parecer sobre A Proposta de Ação Legislativa Nº 437/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 437/2007, de autoria de Cáritas Arquidiocesana de Juiz de Fora, sugere a criação de conselhos de pais nas escolas.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, em 31/10/2007, em Juiz de Fora, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise sugere que sejam criados conselhos de pais nas escolas, com o intuito de envolver a comunidade no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

A gestão democrática da escola é um dos princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, e sua implementação nos sistemas de ensino deve-se dar pela participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Na rede estadual, os colegiados escolares contam com a participação dos pais de alunos e há também as associações de pais e mestres vinculadas às escolas. Dessa forma, não há a necessidade de se criarem novos conselhos nas unidades escolares. É recomendável, entretanto, que a participação dos segmentos da comunidade seja estimulada, por meio de ações de divulgação e abertura da escola à discussão com a comunidade, especialmente os pais dos alunos, acerca de suas atividades.

Assim, concluímos pelo atendimento da proposta em análise na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 437/2007 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 457/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 457/2007, da Ação Social Igreja Batista Salgado Filho, solicita a promoção de ações de conscientização sobre anemia falciforme para combater a discriminação dos alunos portadores da doença.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher

sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas a esta Comissão como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A anemia falciforme é uma doença hereditária na qual os glóbulos vermelhos do sangue - hemácias -, diante de certas condições, alteram sua forma e tornam-se parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. É mais freqüente nos indivíduos de raça negra e seus descendentes, mas pode ocorrer também entre os brancos. Os pacientes com hemoglobinopatias como a anemia falciforme têm anemia crônica, dores generalizadas, icterícia, lesões ósseas e são mais suscetíveis aos acidentes vasculares cerebrais. A doença não é contagiosa e, embora não tenha cura, pode ser controlada por meio de alguns cuidados básicos de saúde.

A proposta está de acordo com a Lei nº 14.088, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 42.904, de 2002, que dispõe sobre a prestação de aconselhamento genético e assistência médica integral aos portadores de traço e de anemia falciforme e dá outras providências. O § 2º do art. 3º da lei supracitada determina que o Estado promoverá campanhas educativas que visem à prevenção da síndrome da anemia falciforme e que elaborará manuais técnicos para os profissionais da rede pública estadual de saúde e de educação, bem como manuais informativos para a população. O art. 3º-A institui o dia 20 de março como dia estadual de conscientização sobre a síndrome da anemia falciforme.

Apesar de a proposta não se referir propriamente ao PPAG, sugerimos o envio de requerimento à Secretaria de Estado de Educação solicitando a implementação da medida sugerida.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 457/2007, por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

Parecer sobre as Propostas de Ação Legislativa Nºs 459, 482 e 484/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nºs 459, 482 e 484/2007, de autoria, respectivamente, da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte e do Parlamento Jovem - PUC Minas, solicitam a criação, na rede pública de ensino, de um programa de combate aos transtornos de aprendizagem, com a utilização, sempre que possível, de equipes especializadas em psicopedagogia.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas de ação legislativa em análise pretendem que o Estado tome providências para debelar os transtornos de aprendizagem apresentadas pelos alunos da rede pública estadual. Esses transtornos poderiam ser suprimidos com a implantação de equipes especializadas em psicopedagogia na rede pública de ensino.

Diferentemente das dificuldades esporádicas apresentadas pelo aluno em seus estudos, que podem ser remediadas com aulas de reforço, os transtornos de aprendizagem compreendem vários tipos de dificuldades psicológicas estruturais, e os alunos que os apresentam obtêm resultados significativamente abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual. Basicamente existem três tipos de transtornos: o transtorno da leitura, o transtorno da matemática e o transtorno da expressão escrita. Muitas vezes esses transtornos se devem a disfunções do sistema nervoso central e podem ocorrer associados a problemas nas condutas de auto-regulação, percepção social e interação social, que não constituem por si mesmos transtornos de aprendizagem.

Atualmente, a descrição dos transtornos de aprendizagem é encontrada em vários manuais internacionais de diagnóstico, como os elaborados pela Organização Mundial de Saúde e pela Associação Psiquiátrica Americana. Ambos os manuais reconhecem a falta de exatidão do termo transtorno, justificando seu emprego para evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso das expressões doença ou enfermidade. A etiologia dos transtornos de aprendizagem não é conhecida, mas há uma suposição de que são causados principalmente por fatores biológicos, os quais podem interagir com fatores não-biológicos, agravando o quadro. Esses mesmos manuais informam que os transtornos não se originam de falta de acesso a uma educação formal, nem de descontinuidade resultante de mudanças de escola, nem de traumatismo ou doença cerebral adquirida, comprometimento na inteligência global ou comprometimentos visuais e auditivos não corrigidos.

A maioria das crianças com transtornos de aprendizagem necessitam de ter atendimento psicopedagógico ou fonoaudiológico. Independentemente desse atendimento, contudo, é importante que continuem a assistir às aulas e a participar das atividades escolares normais.

Trata-se, portanto, de assunto de mais alta relevância para o sistema educacional do Estado, mas, infelizmente, não é pertinente ao PPAG. Essa é a razão pela qual acolhemos as propostas de ação legislativa em análise na forma de requerimento solicitando o envio de ofício à Secretária de Estado de Educação, para que tome todas as providências necessárias para promover o combate aos transtornos de aprendizagem, por meio da criação de um programa específico que seja consolidado no trabalho de equipes especializadas em psicopedagogia.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 459, 482 e 484/2007, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer sobre As Propostas de Ação Legislativa Nºs 470 e 479/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nºs 470/2007, de autoria do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Minas Gerais - CAE-MG -, e 479/2007, de autoria do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Uberaba, sugerem que o governo estadual complemente os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas em análise sugerem que os recursos do PNAE sejam complementados pelo governo estadual a título de contrapartida em pelo menos 50% relativamente ao valor "*per capita*" de cada nível e modalidade de ensino beneficiada.

No Ciclo de Debates "Alimentação Escolar como Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional", realizado nesta Casa Legislativa nos dias 18 e 19/10/2007, ficou evidenciada a necessidade de se promoverem diversas melhorias na gestão estadual do programa de alimentação escolar. Os repasses da União à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - têm caráter suplementar, e a necessidade de o Estado complementar os recursos do programa foi apontada como uma das prioridades pelos participantes do evento.

Devido ao contingenciamento dos recursos para elevação das dotações orçamentárias por emendas populares, o atendimento da proposta em análise pode ser viabilizado na forma de requerimento, solicitando à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação, que procedam a estudos de viabilidade de incremento das dotações orçamentárias destinadas ao Programa 234 - Alimentação Escolar.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 470 e 479/2007, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Eros Biondini.

Parecer sobre as Propostas de Ação Legislativa Nºs 474, 476 e 478/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nºs 474 e 476, de autoria do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - Consea-MG -, e 478/2007, de autoria do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN-Regional Triângulo Mineiro -, solicitam a aquisição, diretamente dos produtores da agricultura familiar, dos produtos básicos da alimentação escolar do Estado. A Proposta de Ação Legislativa nº 476/2007 reivindica, ainda, a ampliação e a melhoria do Programa de Alimentação Escolar - PAE-MG -, por meio de ação articulada com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater -, com o Conselho de Alimentação Escolar de Minas Gerais - Caes-MG - e com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas de ação legislativa em análise pretendem que o Estado invista na ampliação e melhoria do Programa de Alimentação Escolar e na compra de produtos originários da agricultura na composição da chamada "merenda escolar".

No Ciclo de Debates "Alimentação Escolar como Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional", promovido em outubro de 2007 pela Assembléia Legislativa, a agricultura familiar foi tema recorrente.

Em que pese à louvável intenção das propostas em análise, elas não são passíveis de emendas ao PPAG, por não dizerem respeito diretamente

às metas físicas e financeiras das ações relacionadas ao PAE-MG e, sim, à gestão do programa.

O Estado pode criar uma normatização própria para organizar a gestão estadual do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae -, a partir das diretrizes contidas na Portaria Interministerial nº 1.010/2006, dos Ministérios da Saúde e da Educação, e nas demais normas federais do programa, já que a legislação estadual existente, além de defasada, não traz complementação significativa do Estado ao ordenamento jurídico federal.

Parece-nos, pois, que as propostas de ação legislativa em comento devem ser acatadas na forma de requerimento, solicitando o envio de ofício à Secretária de Estado de Educação, para que elabore uma normatização estadual para atualizar e organizar a gestão estadual do Pnae, incluídas nessa normatização formas de ampliação e melhoria do PAE-MG, ações articuladas com órgãos públicos federais e estaduais, e, na medida do possível, priorização de produtos advindos da agricultura familiar na elaboração da alimentação escolar.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 474, 476 e 478/2007, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Eros Biondini.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 475/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 475/2007, de autoria do Conselho de Alimentação Escolar de Minas Gerais - Cae MG -, solicita a criação de fóruns locais, a partir das Secretarias de Estado de Educação e de Saúde, para determinar as responsabilidades das partes no intuito de construir um programa estadual com vistas a alcançar uma alimentação saudável e adequada no ambiente escolar.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas a esta Comissão como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em estudo sugere a criação de fóruns locais, pelas Secretarias de Estado de Educação e de Saúde, para determinar as responsabilidades das partes no intuito de construir um programa estadual com vistas a proporcionar uma alimentação saudável e adequada no ambiente escolar.

A proposta está de acordo com a Portaria Interministerial nº 1.010, de 8/5/2006, dos Ministérios da Saúde e da Educação, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, e de níveis fundamental e médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. O art. 7º da portaria supracitada estabelece que as competências das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e de Educação, dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Educação e Alimentação Escolar sejam pactuadas em fóruns locais de acordo com as especificidades identificadas.

Apesar de relacionada ao Programa 234 - Alimentação Escolar -, a proposta não se refere propriamente ao PPAG. Assim sendo, sugerimos o envio de requerimento às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde solicitando a implementação da medida sugerida.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 475/2007, por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer sobre as Propostas de Ação Legislativa Nºs 491 e 492/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nºs 491 e 492/2007, de autoria da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - Adepolc -, solicitam a ampliação das metas financeiras das Ações 2031 e 2032 do Programa Especial 719 - Ensino Fundamental e Médio - Escola Estadual Ordem e Progresso -, para que se promova a equiparação do valor "per capita" dos alunos dos ensinos fundamental e médio destinado às instituições congêneres do Estado.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas de ação legislativa em análise pretendem que o Estado invista, proporcionalmente, no ensino fundamental e médio da Escola Estadual Ordem e Progresso os mesmos valores destinados às instituições congêneres do Estado.

As instituições educacionais vinculadas ao sistema estadual de defesa social são reconhecidas pela excelência de seu ensino, e os resultados obtidos nos exames nacional e estadual de aferição colocam seus alunos entre os melhores do País.

Ainda que justas as reivindicações, parece-nos que a matéria em análise deve ser acatada na forma de requerimento solicitando o envio de ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, para que busque, quando da elaboração do Orçamento do Estado, a ampliação dos valores destinados à Escola Estadual Ordem e Progresso, para alcançar as equiparações pretendidas.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 491 e 492/2007, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer sobre A Proposta de Ação Legislativa Nº 493/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 493/2007, de autoria da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, sugere a abertura das escolas municipais nos finais de semana.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, em 31/10/2007, em Juiz de Fora, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise sugere que as escolas municipais sejam abertas nos finais de semana.

Na rede estadual, a abertura de escolas públicas nos finais de semana é uma experiência desenvolvida com êxito desde 2004, no âmbito do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. Nas escolas que integram o projeto são oferecidas ou incrementadas oficinas identificadas com as comunidades, além das atividades de esportes, cultura e lazer. Há, portanto, maior aproximação da escola com a comunidade e expansão das experiências pedagógicas dos alunos. Os Municípios, por sua vez, têm autonomia para administrar suas próprias redes.

O atendimento da proposta em análise pode ser viabilizado na forma de requerimento, solicitando à União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais que divulgue nos Municípios a importância de se desenvolverem, nas redes municipais, projetos semelhantes ao Projeto Abrindo Espaços, vinculado ao Programa Escola Viva, Comunidade Ativa.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 493/2007, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 516/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 516/2007, de autoria de Tânia Cristina de Castro Gómez Dominguez, objetiva o fornecimento, aos alunos beneficiados pelo ProUni em Minas Gerais, bolsa-transporte equivalente a 50% do valor das tarifas.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta sugere que seja concedida bolsa-transporte de equivalente a 50% do valor da tarifa aos bolsistas do Programa Universidade para Todos, do governo federal.

O gerenciamento do sistema de transporte público é competência dos Municípios (quando urbano), do Estado (quando intermunicipal) e da União (quando interestadual). Essa estrutura de gerenciamento traz grande complexidade para concessão universal de descontos em tarifas de transporte público. Por outro lado, a reivindicação de bolsa-transporte é antiga e de todos os segmentos estudantis, não tendo sido até o momento viabilizada, em especial por causa da dinâmica deficitária que esse serviço tem experimentado ao longo do tempo.

Contudo, a proposta é pertinente ao PPAG e entendemos que seu acolhimento deve se dar na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 516/2007, por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 525/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 525/2007, do Centro Público de Promoção do Trabalho - CPPT -, objetiva a destinação de recursos para a entidade autora, com o fim de financiar atividades de inclusão digital, cursos de capacitação, cursos para geração de emprego e renda, intermediação de mão-de-obra, realização de reuniões, palestras e outras ações.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 31/10/2007, em Juiz de Fora, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise solicita a alocação de recursos para os CPPTs. Atividades de inclusão digital, cursos de capacitação, intermediação de mão-de-obra, realização de reuniões, palestras, entre outras ações, são citadas como exemplos de aplicação a ser dada para os recursos públicos solicitados.

Os CPPTs são entidades públicas criadas a partir de convênios da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - e parcerias com empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor. Têm como objetivo articular oportunidades de inserção produtiva do trabalhador, em especial de educação profissional aliada à prestação de serviços. O objetivo prioritário desses centros é o de promover o acesso ao primeiro emprego. Existem hoje 16 CPPTs e outros nove estão em implantação.

O Programa 117 - Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda -, sob responsabilidade da Sedese, tem por objetivo "promover o desenvolvimento integrado das ações que compõem a política pública de trabalho, emprego e renda, visando à ampliação do acesso do trabalhador a esses serviços e à sua inserção cidadã no mundo do trabalho em todo o Estado de Minas Gerais". O conjunto de ações que compõem esse programa dispõe de recursos regionalizados e os CPPTs são claramente o destino de parcela significativa do montante planejado.

Entendemos, portanto, que, apesar da pertinência da proposta, não há justificativa para acatá-la uma vez que já se encontra atendida.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 525/2007.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/2/2008

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, cidadãos que nos acompanham pelas galerias e

telespectadores da TV Assembléia.

Trago aqui uma notícia importante: pela primeira vez na história, o Brasil passa a ser credor externo. Essa notícia nos foi passada hoje, pela manhã, pelo Banco Central.

O Banco Central estima que o Brasil tenha passado à categoria de credor externo desde o mês de janeiro, quando os ativos do País no exterior superaram os passivos em US\$4.000.000.000,00. Essa projeção ainda será relatada em maiores detalhes, mas, a partir de hoje, pela manhã, vários desses detalhes já nos foram apresentados. O Banco Central nos deverá detalhar ainda mais essa conquista.

A dívida externa líquida, que somava mais de US\$160.000.000.000,00 no final de 2003, ao longo desses últimos anos, com o fortalecimento das reservas internacionais, com o programa de recompra da dívida externa e de antecipação de pagamentos, resultou na redução desse montante.

Nobres colegas Deputados, é importante destacar que esperávamos, sim, que o governo avançasse ainda mais nas questões social, de educação e das políticas agrícolas e agrárias, mas, ao mesmo tempo, temos a consciência e a convicção de que essa autonomia maior do Brasil, isto é, essa ruptura não comprometeu a raiz do desenvolvimento do nosso país, porque avançamos, apesar de que poderíamos ter avançado mais. É verdade que essa conquista coloca o Brasil em condições de poder avançar mais, por isso ele é tão importante.

Está claro que tivemos avanços na agricultura, posto que saltamos da casa dos R\$2.000.000.000,00 para R\$12.000.000.000,00, sobretudo no caso da agricultura familiar. Da mesma forma em relação ao setor de agronegócio, que não pode reclamar, uma vez que seus ganhos ultrapassaram o valor de R\$60.000.000.000,00 por ano. Só para o Bolsa-Família, para essa transferência de renda, que não considero ser caso de assistencialismo, são R\$2.000.000,00 por ano, que chegam aqui, só para Minas Gerais. Sem contar os recursos que saem do MDS para a geração de trabalho e renda, porque muitos ignoram as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem à frente o Ministro Patrus Ananias, companheiro e irmão nosso.

O Ministro Patrus Ananias é uma pessoa competente, que tem a sua vida pautada pela ética, por compromisso político e cristão invejável. Digo, sem medo de errar, que ele é o maior patrimônio que o PT possui em nível nacional.

Como estava dizendo, muitos ignoram ou mesmo restringem as ações do MDS, que têm a sua frente o Ministro Patrus Ananias, ao Bolsa-Família, o que não é verdade, pois existem inúmeras entidades que têm projetos de geração de trabalho e renda. Na verdade, os primeiros recursos que tivemos aqui foram como um ensaio para o Minas sem Fome e vieram justamente desse Ministério.

Foram emendas parlamentares, mas que saíram do MDS, com financiamento por meio do Consea. Na verdade, transferiram-se vários recursos de geração de trabalho e renda, seja para associações comunitárias, seja para a agroindústria. Agora, foi intensificado. Os recursos passam para as entidades, desde que apresentem um projeto viável. São padarias comunitárias, lavouras comunitárias.

O Ministro Patrus Ananias sempre discorda quando lhe interrogam qual é a porta de saída do Bolsa-Família. Concordo com ele. Na verdade, precisamos ter porta de entrada, nunca de saída. E os projetos de geração de trabalho e renda, com recursos do MDS, têm sido essas portas de entrada para a dignidade, para a autonomia econômica dos pobres deste país e, de modo muito carinhoso, dos nossos pobres de Minas Gerais.

Se o Brasil avança rumo à autonomia econômica, terá crédito, e não mais dívida. Tivemos avanços na questão social e na agricultura. Sabemos que precisamos avançar ainda na questão agrária, na reforma agrária. Mas o que amarra o avanço na questão agrária é o modelo. E, para mudar o sistema, é preciso unir as forças políticas. Lamentavelmente, há forças políticas que puxam para trás. São aqueles do tipo "quanto pior, melhor", porque não têm compromisso com o povo, mas com o poder. O "quanto pior" é que dá as condições para determinadas pessoas ascenderem ao poder. Lamentavelmente. Portanto, não são políticos, pois política é o compromisso com o bem comum, e nunca consigo mesmo ou com determinado grupo.

Então, tivemos avanços na questão agrícola. Infelizmente, não tivemos o mesmo avanço na questão agrária, por falta de comprometimento de outras forças para renovar o modelo. Enquanto não houver comprometimento dos governos, nas instâncias nacional, estadual e municipal, não teremos como avançar. Enquanto não houver abertura maior para a participação do povo, dos sem-terras; enquanto não mudarmos essa idéia de que, para ter desenvolvimento industrial, vale sacrificar os agricultores familiares, não vamos avançar.

Como esta Casa pode ver na visita ao projeto da usina hidrelétrica de Murta, que não saiu. Ainda bem, porque, inicialmente, iriam desapropriar mil agricultores familiares. Foi uma visita desta Casa que forçou uma revisão do projeto. Mas, ainda, por mais que muitos defendam a questão da energia, é uma forma de pressionar e levar a sociedade a ter uma idéia de que, de fato, falta energia. Mas a própria Minas Gerais está exportando energia. Esse apagão é conversa fiada.

É uma maneira de a sociedade abrir as portas para que os grandes empresários invistam nesse "filé", como podemos chamar a produção de energia, mas muito mais na perspectiva da venda e ainda, como tem sempre ressaltado o nobre colega Deputado Weliton Prado, mantendo-a como a energia mais cara do Brasil, ainda que seja Minas um Estado que tanto produz e transmite energia elétrica.

Outro avanço que temos de destacar é o da área da educação, nas universidades federais, com vários câmpus. Só em Minas Gerais, foram contemplados o Triângulo, o Jequitinhonha; tivemos ainda a extensão do câmpus da Universidade Federal de São João del-Rei para o Alto Paraopeba, contemplando sobretudo Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete. Ou seja, tivemos avanços na educação. Com a ampliação de universidades, as novas universidades e o ProUni, milhões de jovens hoje têm acesso ao curso superior, de que antes estavam excluídos. Até há pouco tempo, um curso superior era, lamentavelmente, para quem tinha dinheiro, e as universidades federais eram para os ricos, que, com uma formação em colégios particulares, eram os que tinham condições de ser bem-sucedidos no vestibular e ingressar nessas universidades federais.

O Brasil, então, avança. Passa a ser credor externo sem comprometer as políticas públicas no âmbito social, sobretudo, como destaque, na educação nas universidades federais, com o ProUni facilitando a formação superior.

Isso sem contar, nobres colegas Deputados, Deputado Paulo Guedes, o avanço que tivemos na formação técnica nos Cefets, sucateados nos governos anteriores. Só em Minas Gerais foram abertas inúmeras unidades nesses últimos anos, com a proposta de avançarmos ainda mais neste ano - Ouro Branco é um exemplo; também a extensão do Cefet a Montes Claros, que estamos discutindo; e à região de Muriaé.

Ou seja, estamos avançando. Esse é um governo que vai demarcando espaço e garantindo a dignidade do ser humano, no seu interior, e libertando-se das unhas da grande águia norte-americana. Para nós, é motivo de orgulho poder reafirmar o jeito de governar do PT. Ele tem de avançar mais e rever a sua prática partidária e o jeito de governar e legislar, mas não é igual aos outros. Já fez a diferença. Precisamos, sim, ter a humildade de reconhecer as nossas falhas, mas é inegável o avanço que conseguimos dar ao nosso país. Aliás, avanços que conseguimos fazer no âmbito do País, assim como em Belo Horizonte, Ipatinga, Ouro Branco, Lafaiete, Congonhas, Varginha e outros Municípios. Ou seja,

onde o PT governou, ele mostrou a diferença. E onde as lideranças do PT, com mandatos, conseguiram implantar o Orçamento Participativo e um sistema de maior transparência e participação popular, o avanço foi ainda maior. Quem não foi ousado, lamentavelmente, não permitiu os avanços.

De qualquer forma, queremos parabenizar o Presidente Lula por mais essa conquista do seu governo, e os Ministros que não abriram mão da questão social e da qualidade de vida. Poderíamos destacar os inúmeros avanços que tivemos na área habitacional, mas, para encerrar, Presidente, quero apenas ressaltar que o Ministro Patrus Ananias foi um dos grandes responsáveis para que houvesse um avanço na questão econômica sem retrocesso na área social.

Mais que isso, permitiu, na mesma celeridade, um avanço na questão social, na qualidade de vida para todo o nosso povo, sobretudo para os mais pobres. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia, o primeiro assunto que nos traz aqui é uma informação. Esta Casa, por meio da Comissão do Trabalho, estaria se reunindo numa audiência pública amanhã, às 10 horas, em Montes Claros, para discutir os efeitos, os impactos sociais e as questões resultantes das demissões de funcionários do grupo Coteminas. Em virtude da internação do Vice-Presidente José Alencar, que aconteceu ontem, a Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão, comunicou ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, a suspensão da audiência pública, deixando em aberto para que seja escolhida uma nova data, que poderá ser na próxima semana. Compreendemos a situação, e gostaria de aproveitar este espaço para tornar público e comunicar a todos os servidores da Coteminas, às autoridades de Montes Claros e às centrais sindicais que estavam mobilizadas para a audiência que ela foi suspensa temporariamente e que, na próxima semana, divulgaremos a nova data em que será realizada.

Outro motivo que nos traz a esta tribuna é novamente para relatar as dificuldades imensas em que vive a região Norte do Estado devido à seca castigadora, que já dura mais de um ano. Estivemos, na terça-feira, com o Vice-Presidente José Alencar, quando conseguimos levar todos os Deputados Federais e Estaduais votados no Norte de Minas. Estiveram presentes também a Secretária de Estado Elbe Brandão; o Athos Avelino, Prefeito de Montes Claros, que organizou a caravana; o Valmir Moraes, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams -; o Abelardo Pimenta, Presidente da Associação dos Vereadores da Área Mineira da Sudene; e representantes de classes do Sindicato dos Produtores Rurais daquela região. Entregamos uma série de reivindicações para o Vice-Presidente levar ao Presidente Lula, a fim de que ele tome uma medida urgente para que a região consiga respirar e o caos não se instale de vez no Norte de Minas.

Entre os pedidos que levamos ao Presidente da República, podemos destacar cinco pontos. O primeiro é a suspensão imediata de todas as execuções que estão sendo feitas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste contra os produtores que devem aos bancos naquela região. Com 12 meses de seca consecutiva, é impossível que qualquer produtor consiga honrar seus compromissos com as instituições financeiras.

A segunda reivindicação é que o governo autorize os Bancos do Brasil e do Nordeste a renegociar as dívidas vincendas e vencidas, dando prorrogação de dois anos imediatamente, para que os produtores de pequeno, médio e grande portes da agricultura familiar da nossa região tenham condições de recuperar as suas propriedades.

Sr. Presidente, tivemos uma perda de 70% do pasto da nossa região. Os produtores estão sem saber o que fazer com o rebanho. Até para vender está difícil, pois os impostos cobrados pelo Estado inviabilizam a venda do gado.

Precisamos urgentemente - aí, vem a terceira reivindicação que entregamos ao Vice-Presidente José Alencar - da abertura de linhas de crédito para que imediatamente esses produtores tenham condições de formar outras pastagens a fim de chegarem ao período mais crítico - junho, julho, agosto e setembro - com o seu rebanho ainda vivo.

Solicitamos ainda ao Vice-Presidente que interfira junto ao Ministério da Integração Nacional para que sejam liberados imediatamente os recursos orçamentários do DNOCS e da Codevasf como um socorro às comunidades rurais que estão sem água para beber.

Por último, solicitamos a ele que interceda junto à Aneel para que autorize a Cemig disponibilizar para a nossa região os benefícios da tarifa noturna para os sábados, domingos e feriados - dias da semana que não têm utilização da energia, ou seja, há energia sobrando. A região poderia utilizá-la para irrigar nos feriados e nos finais de semana, tendo condições de frear um pouco os grandes prejuízos que a classe vem tendo na região.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, gostaria de parabenizá-lo pela luta em defesa do Norte de Minas, pelo Deputado combativo que está demonstrando ser nesta Casa, pela defesa junto aos órgãos federais no Estado de políticas públicas de combate a seca, pela iniciativa, pela atuação em todo o Norte de Minas e pela representação digna no Estado e na região.

Aproveito a oportunidade para hipotecar a minha solidariedade a Montes Claros, às famílias de todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras da Coteminas. Por meio do sindicato dos tecelões e do Vice-Prefeito Sued, chegou à Bancada do PT a reivindicação dessa audiência pública em Montes Claros. De fato, é importante avaliar com a própria Coteminas, os órgãos públicos, a Prefeitura, a Câmara, enfim, as lideranças de Montes Claros a busca de alternativas de desenvolvimento, para que as famílias, que, aliás, são muitas, não fiquem desamparadas. O impacto social e econômico é muito alto para uma cidade como Montes Claros. Portanto, haver, de uma vez, mais de 800 famílias com pais de família desempregados merece uma reflexão e um comprometimento de todas as forças.

V. Exa. já tem realizado um trabalho para se pensarem alternativas não somente de combate à seca, mas também para gerar emprego, trabalho e dignidade para o Norte de Minas. Um abraço solidário a Montes Claros e a todas as famílias. Espero que haja alternativas de desenvolvimento. Sabemos que a modernização das empresas, ou seja, o progresso, jamais pode trazer prejuízo às famílias e à população sem que haja efetivamente construção de alternativas. Parabéns pelo trabalho e pela luta. Obrigada.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputada Elisa Costa. Todos esses esforços que fazemos junto ao governo federal precisamos intensificá-los para que o governo de Minas Gerais verifique o que pode ser feito para socorrer, Deputado Almir Paraca, a nossa região, que passa por uma situação muito difícil.

Em dezembro estivemos, a bancada dos Deputados votados no Norte de Minas e várias autoridades, com o Governador Aécio Neves, que anunciou uma série de medidas que iria, de certa forma, amenizar a situação. Mas isso ficou somente no anúncio, Deputada Elisa Costa, pois essas medidas ainda não chegaram de forma efetiva à região. O Governador anunciou naquela ocasião uma linha de crédito de R\$20.000.000,00 para os produtores recuperarem suas pastagens. Aliás, um valor quase insignificante, pois, se dividirmos a quantia para os mais de 200 mil produtores na região, não serão nem R\$100,00 para cada um. Mesmo assim, já seria alguma coisa. Esses R\$20.000.000,00 também não saíram - seria por meio do BDMG, que não possui agência na região -, e ficou quase que somente no anúncio. Outras medidas

anunciadas, como a compra de uma patrulha mecanizada para ajudar na recuperação das nascentes, nos pequenos barramentos; as caixas - d'água; as tubulações e os poços artesanais, também não chegaram.

Da mesma forma, naquele dia, Deputada Elisa Costa, o Governador determinou ao Presidente da Cemig, que se encontrava na região, que fizesse a energização dos poços artesanais, já perfurados e equipados. A maioria deles, há três anos, foram perfurados nas comunidades pelo DNOCS, que os equipou, fez caixa-d'água, a redistribuição da energia, e muitos estão ao lado, a 30m, porém a Cemig recusa-se a ligar esses poços artesanais. Nós não entendemos o motivo disso. O Governador determinou ao Presidente da Cemig, mas até agora a ordem não foi cumprida.

Aliás, Deputado Almir Paraca, solicitaremos uma nova audiência com o Governador para saber por que as medidas anunciadas por ele não foram implementadas pelas secretarias competentes, pela Cemig e pela Copasa.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Nobre Deputado Paulo Guedes, queremos parabenizá-lo por sua atuação, pela gestão dedicada e incisiva em defesa dos interesses da população, das comunidades do Norte de Minas. Sou testemunha do seu trabalho. Em algumas ocasiões, encontramos com o Deputado percorrendo os Municípios.

Vou ao Norte de Minas com bem menos freqüência que o Deputado Paulo Guedes, porque o foco da sua atuação é na região. Costumo dizer que somos de uma região que é prima-irmã do Norte, o Noroeste de Minas, porque possui uma cultura similar e problemas muito parecidos. E temos acompanhado com dedicação a seca no Norte de Minas, que está muito mais intensa que no Noroeste. Fazemos votos de que, efetivamente, o seu esforço seja coroado de sucesso e que encontremos possibilidades de amenizar as dificuldades da população no Norte de Minas.

Não fossem, nobre Deputado - V. Exa. sabe muito bem disso, e a Deputada Elisa Costa também -, os recursos do programa Fome Zero, a maioria deles oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social, aportados em grande volume no Norte de Minas por meio do Idene, não poderíamos nem avaliar a situação daquela região neste momento. Apesar de toda a assistência dos diversos programas desenvolvidos pelo Idene, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, do governo Lula, a situação ainda é muito grave. Portanto apoiamos o trabalho do Deputado e esse apelo ao governo do Estado para que, de fato, se associe aos esforços já empreendidos pelo governo federal a fim de conseguirmos solucionar a calamidade no Norte de Minas. Parabéns pelo trabalho e sucesso.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Almir Paraca. Isso é verdade. Se não fossem os programas sociais do Bolsa-Família, do Pronaf, que está financiando a agricultura familiar em nossa região, do Programa Leite pela Vida, e tantos outros programas do nosso governo, a situação seria muito pior.

Há uma agravante, Deputada Elisa Costa: hoje muita gente reclama que o dinheiro que recebe do Bolsa-Família - infelizmente há famílias que não estão podendo comprar alimento - está sendo usado para pagar a conta da Cemig, que triplicou de valor nos últimos anos.

Precisamos fazer com que o governo do Estado e a Companhia Energética de Minas Gerais façam um estudo para diminuir o valor da conta de energia, pois ela está inviabilizando a vida de muitos em nossa região.

Por último, quero, mais uma vez, chamar a atenção da Copasa, do governo do Estado e das Prefeituras de Belo Horizonte e dos Municípios da Região Metropolitana, a fim de que façam um esforço imediato para realizarem obras de infra-estrutura para o tratamento de esgoto sanitário da Grande BH.

Choveu muito menos neste ano que no ano passado. E, no ano passado, tivemos um sério problema no Rio São Francisco, o qual tende a se agravar neste ano. A coleta de esgoto que está sendo feita precisa ser direcionada para as estações de tratamento - o que não está ocorrendo -, pois está sendo jogado sem nenhum tratamento no Rio das Velhas. Isso precisa ser resolvido imediatamente, com o risco de chegarmos no mês de maio e os ribeirinhos se sentirem proibidos de tomar banho no rio, de beber água e pescar, atingindo mais de 500 mil habitantes daquela região.

Portanto deixo aqui um alerta ao governo do Estado, às Prefeituras da região e à Copasa de que o Norte de Minas se está organizando e de que não vamos permitir que isso continue acontecendo.

A Deputada Rosângela Reis - Cumprimento o Sr. Presidente os meus nobres pares, a imprensa, os telespectadores da TV Assembléia e o nosso amigo e companheiro Deputado Estadual de Rondônia. É um prazer recebê-lo aqui. Primeiramente, agradeço à Deputada Elisa Costa por me dar a oportunidade de me pronunciar, ao mudar a ordem da fala.

Sr. Presidente, neste momento, quero reafirmar o meu compromisso com Minas Gerais. Já estamos no segundo ano de mandato, e, na minha avaliação, esse primeiro ano de trabalho foi exitoso nesta Casa, pois pudemos contar com os nossos companheiros de trabalho.

Represento as regiões do Leste de Minas e do Vale do Aço, para as quais obtivemos grandes resultados, desde reforma de escolas, construção de quadras, construções de policlínicas e várias obras e atividades. Essas ações só ampliaram o trabalho que já vem sendo realizado ao longo dos anos pelo nosso Governador Aécio Neves.

Sabemos que ainda há muito que fazer. Na discussão do veto sobre os alimentos transgênicos, ouvimos o Deputado Antônio Júlio dizer que os Deputados estão inertes numa situação por causa da conjuntura em que se encontra a corrupção no País. Hoje, o conceito de político para o povo muitas vezes é baixo.

Quando se faz política pelo ideal, pela vontade de trabalhar em prol da população e pela luta, o entusiasmo nunca pára. Nesta Casa, Sr. Presidente, sabemos que há muitos Deputados que estão com esta vontade e com este sonho de contribuir para o seu Município. Sabemos que a representação de cada um se faz presente pelo compromisso, pela atuação e pelo trabalho que tem feito nesta Casa.

Gostaria de falar também sobre o trabalho do Ceter, um Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas gerais. Trata-se de um Conselho importante, que vem desenvolvendo um trabalho sério, com uma comissão composta por membros da Secretaria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Agricultura, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Turismo, da Superintendência Regional do Trabalho; com representantes dos empregadores do Sebrae, da Faemg, da Fetaemg, da Fiemg, do Senai, da Fecomércio, da Ocemg; e representantes dos trabalhadores da CUT, da Força Sindical, da CGT, da Fetaemg, da Social Democracia Sindical - SDS - e da Fettominas. Esse Conselho tem feito um trabalho importante e sério na busca de políticas públicas de fomento e apoio à geração de trabalho e renda e à qualificação profissional no Estado.

Gostaria de registrar o nome do Dr. Antônio Amábile, que recentemente assumiu a Presidência do Ceter e está dando os primeiros passos de

atuação, de trabalho no Estado de Minas Gerais. O Conselho está indo até as regiões, fazendo com que haja a interação dos conselhos de Estado e dos conselhos municipais de trabalho e emprego. Foi detectado que os conselhos são poucos no Estado, que os Municípios precisam fomentar ainda mais os conselhos municipais, para que haja qualificação do trabalhador e inserção das pessoas no mercado de trabalho.

A Secretaria de Estado tem feito um trabalho brilhante no que tange à qualificação dos trabalhadores por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. A qualificação profissional desses profissionais tem sido feita hoje, em vários Municípios, por meio das Prefeituras e de várias entidades sérias, que têm realizado essa qualificação profissional. Trata-se de um serviço que tem dado certo.

Quero reafirmar aqui a disposição da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para fazer esse trabalho em conjunto com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda.

A discussão da política de emprego e renda sempre será discutida com muito vigor e com muito interesse pelos Deputados desta Casa. Temos acompanhado, no Estado e no País, um crescimento industrial muito grande. Há necessidade de se investir na qualificação.

O grande gargalo, hoje, é a falta de qualificação de pessoas para ocupar uma vaga no mercado de trabalho. Quero ressaltar um trabalho belíssimo, do qual participamos, lançado pelo nosso Governador no ano passado. Refiro-me ao Programa de Educação Profissionalizante - PEP -, do governo do Estado, que tem como meta a qualificação de 110 mil técnicos no ano de 2008. A primeira remessa vai qualificar 30 mil alunos. O não-investimento por parte do governo federal na educação técnica deixou uma lacuna muito grande. Houve um incentivo para os cursos superiores, mas abriu-se essa lacuna nas empresas. Existem as vagas nas empresas para técnicos, mas não existem pessoas qualificadas para ocupar essas vagas; por isso o governo do Estado está fazendo esse investimento.

Quero aqui parabenizar a Secretária Vanessa Guimarães pelo sucesso desse programa. O objetivo do PEP é oferecer educação de qualidade e oportunidades reais de trabalho aos jovens. O programa usa a estrutura das escolas que oferecem ensino médio e das instituições filantrópicas e privadas, compondo a Rede Mineira de Formação Profissional. Isso faz chegar o serviço à população com mais rapidez. Vejo que agora há uma nova perspectiva para esses jovens mineiros em nosso Estado. Aquele jovem que não tem condição de pagar por um curso técnico poderá fazê-lo gratuitamente, sendo o curso pago pelo governo do Estado. Além de beneficiar alunos que estão cursando o 2º e o 3º ano do 2º grau, beneficia também jovens com idade entre 18 e 24 anos que já tenham diploma de ensino médio. Esses jovens têm agora mais uma forma de voltar às salas de aula para profissionalizarem-se e disputarem em melhores condições uma vaga no mercado de trabalho.

Por fim, quero lembrar e convocar os Deputados que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381 para a manifestação a ser realizada na próxima terça-feira, dia 26, às 9 horas, em frente ao posto da Polícia Rodoviária Federal, no trecho próximo ao Município de Santa Luzia. Quero citar o nome de V. Exa., Sr. Presidente. Sei que mais de 70 Deputados assinaram a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381, mas buscamos formar um grupo de Deputados da região para fazermos uma manifestação em prol da vida. Os Deputados José Henrique, Rosângela Reis, Juninho Araújo, Elisa Costa, Wander Borges, Vanderlei Miranda, Ronaldo Magalhães, Durval Ângelo e Vanderlei Jangrossi, no dia 26, às 9 horas, estaremos em frente ao posto da Polícia Rodoviária Federal, no trecho próximo ao Município de Santa Luzia, conscientizando aqueles motoristas que trafegam por lá, porque várias vidas já foram ceifadas naquela BR.

É inadmissível que fiquemos aguardando uma ação do governo federal sem fazer nada nesta Casa. Essa Frente é o primeiro passo para que possamos chegar ao governo federal, dialogar e fazer com que o recurso existente de R\$1.600.000.000,00 seja investido na duplicação da BR-381.

O Deputado Juninho Araújo (em aparte) - Deputada Rosângela Reis, solicitei um aparte apenas para parabenizá-la pelo pronunciamento e por seu trabalho em prol de Minas Gerais e do nosso Vale do Aço.

Reafirmo aqui o nosso apoio à Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Na terça-feira, estaremos lá, às 9 horas da manhã. Aproveitamos, inclusive, para convocar os demais Deputados que puderem estar conosco nessa data. Como Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, estivemos em Brasília, com o Ministro, que garantiu essa verba para a duplicação da BR-381. Temos, então, de acelerar esse processo, unir forças, como V. Exa. está fazendo muito bem com sua liderança, com o seu trabalho, bem como de outros Deputados desta Casa, para que essa verba, já separada pelo governo federal, seja aplicada mais rapidamente.

Essa demora está ocasionando perdas de vidas. Como V. Exa. disse muito bem, é a rodovia da morte. Nós, que passamos muitas vezes por semana nesse trecho da BR-381, vemos momentos de tristeza, famílias que perdem parentes queridos em acidentes graves.

Acreditamos que está na hora de darmos um basta nessa situação. Já passou da hora de essa BR ser duplicada. É o momento de esta Assembléia, de os Deputados cobrarem não só do governo federal mas de todos nós. Todo cidadão que passa por essa estrada, em Minas Gerais, tem o dever de brigar e defender a duplicação dela.

Parabéns, Deputada Rosângela Reis. Continue com sua liderança na defesa de Minas Gerais.

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada, Deputado Juninho Araújo.

O Deputado Ronaldo Magalhães (em aparte)* - Rosângela, quero apenas parabenizá-la pelo trabalho na Liderança da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Desde o primeiro dia em que tomamos posse, V. Exa. vem liderando e fazendo um esforço muito grande para que realmente possamos ter, em breve, um resultado positivo nessa empreitada.

Esteja certa, Deputada, de que estaremos juntos nessa luta. Conheço bem essa estrada. Passo cotidianamente por ela e vejo o perigo que ela nos traz, com mortes e acidentes. Entendo que, se há boa-vontade do governo federal, temos de estar juntos, governos federal e estadual e parlamento, para alcançarmos o resultado e para que essa obra fique pronta dentro do cronograma estabelecido, a fim de que o Brasil possa se desenvolver. Essa estrada não é só de Minas, mas do Brasil, pois liga São Paulo ao Nordeste brasileiro, cortando todos os Estados.

Trago, então, o meu apoio a V. Exa. No dia 26, às 9 horas da manhã, estaremos lá, fazendo um manifesto, somando esforços, inclusive da imprensa, para transformar esse projeto numa realidade. Parabéns, Deputada.

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada, Deputados Ronaldo Magalhães, que também é daquela região, da cidade de Itabira, e Juninho Araújo, que é do Vale do Aço.

Essa força de vocês, junto com a nossa, possibilitará uma ação concreta, por meio da qual haja uma repercussão em todo o Estado, chegando ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral do DNIT, para que aconteça, o mais rápido possível, o início das obras da BR-381.

Como vocês disseram, várias vidas foram ceifadas, pois, em diversos horários, muitos trafegam naquela rodovia. Com o crescimento industrial que haverá naquela região, ficará inviável deixar tudo da forma como está, pois haverá uma intensificação de trânsito muito maior.

Assim, precisamos trazer, o mais rápido possível, tranqüilidade àquele povo, a todos que trafegam por aquela BR, bem como às empresas que necessitam fazer o transporte de passageiros, enfim, aos Municípios. Esperamos alcançar um grande êxito neste ano de 2008, qual seja dar início a essa obra.

Não podemos deixar esse assunto no esquecimento. Devemos cobrar diariamente dos governos a completa duplicação, e o objetivo da Frente é acompanhar todas as etapas da obra de duplicação.

Novamente peço o apoio valioso de cada um dos senhores. Precisamos estar atentos e engajados nessa luta. Cada um de nós tem de dar sua contribuição. Essa é uma importante obra para todas as regiões de Minas Gerais e para o nosso país. Muito obrigada, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias e da TV Assembléia, estamos aqui, nesta tarde, fazendo uso da tribuna, para expor-lhes uma preocupação que entendemos ser de todo Estado.

É do conhecimento de todos que o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica, que ficou popularmente conhecido como Luz para Todos, foi lançado pelo governo federal em 2004 e tinha como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, universalizando o acesso a essa energia no Brasil, uma demanda histórica, um sonho antigo. Todos nós que temos vínculos com a área rural de Minas Gerais sabemos da importância desse programa.

A ligação da energia elétrica até os domicílios, prevista no programa, é gratuita, e as famílias sem acesso à energia estão, majoritariamente, nas localidades de menor IDH. São as famílias de baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a três salários mínimos, e 80% estão no meio rural.

Por essas informações, ficam claras a dimensão e a importância do programa Luz para Todos, e estamos aflitos porque a nossa região, o Noroeste de Minas, assim como o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri, exatamente as regiões mais empobrecidas do Estado, as regiões de menor IDH do Estado, ainda não foram plenamente atendidas pelo Luz para Todos.

Estamos acompanhando tudo de perto. Propusemos e realizamos diversas audiências públicas em várias regiões, em várias cidades de Minas. Particularmente participei das audiências no Noroeste e no Norte do Estado. Desde junho do ano passado, após o vencimento do último contrato com as concessionárias, particularmente com a Cemig, estamos assistindo a uma lengalenga, a um disse-que-disse, e o programa está paralisado.

O mais grave de tudo é sabermos que não faltam recursos. Os recursos do governo federal estão disponíveis, e há recursos do governo do Estado, como os aplicados até então pela Cemig, que obteve lucros, como anunciado recentemente. Então, não é também por falta de recursos da Cemig que o programa está paralisado.

Queremos, publicamente, solicitar o apoio do nobre Presidente, dos Deputados presentes, das Lideranças desta Casa e do governo, de modo a sensibilizarmos o Governador do Estado a fim de que ele oriente a Cemig na resolução das questões contratuais, das dificuldades referentes à formalização desse contrato, tendo em vista a retomada do programa Luz para Todos em Minas Gerais. Esse programa foi lançado em 2004, e seu encerramento está previsto para 31/12/2008.

De acordo com o último levantamento anunciado pela Cemig, havia 140 mil ligações a serem executadas em nosso Estado. Conforme a última negociação veiculada pela imprensa, a Cemig apresentava um contrato em que se propunha realizar 70 mil ligações. Os jornais de hoje noticiam que, na última proposta efetivamente apresentada pela Cemig, as ligações estão sendo reduzidas para 55 mil. Portanto, a Cemig apresenta 140 mil ligações no primeiro momento; quando se abre a negociação do terceiro e último contrato, vem reduzindo para 70 mil, talvez em virtude do calendário apertado; e agora apresenta 55 mil ligações. Diante disso, não admitiremos que o Noroeste, o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri sejam atingidos dessa maneira.

Os Deputados do Norte de Minas vêm a esta tribuna apresentar as dificuldades da região - conhecemos e entendemos a situação do Norte de Minas e somos solidários com todas as suas causas -, e sabemos que, se o Luz para Todos não chegar à referida região, as dificuldades dos produtores, que já têm tantos problemas, serão intensificadas. Essa é a situação também do Noroeste, do Jequitinhonha e do Mucuri. É imprescindível que o governo do Estado tome uma decisão, oriente a Cemig, intervenha, se necessário, para efetivar a formalização do último contrato.

Segundo os jornais de hoje, Minas Gerais e Goiás vão solicitar a prorrogação do Luz para Todos. É triste perceber que outras unidades da Federação que têm menos capacidade de execução, que não detêm empresas com o porte, a qualidade, a extensão e a capacidade operacional da Cemig, já realizaram plenamente suas atividades, zerando praticamente a demanda do Luz para Todos, enquanto Minas Gerais fica para trás. Ou seja, nosso Estado vai ter de solicitar a prorrogação de um programa nacional para atender a suas necessidades, uma vez que ficou para trás na execução do programa.

É importante dizer que outras empresas mineiras que também operam com o Luz para Todos praticamente concluíram seu programa. Tenho em mão o jornal "Diário do Comércio" de hoje, segundo o qual a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, a empresa elétrica Bragantina S.A. e a Companhia Luz e Força de Mococa praticamente zeraram a demanda nas áreas de atuação, no que se refere ao Luz para Todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos um apelo insistente e veemente à Liderança do Governo nesta Casa, a fim de resolvermos essa questão, ou seja, para que o Luz para Todos seja retomado. Todas as empresas contratadas, terceirizadas pela Cemig, desativaram seus parques no interior. Como sabemos, uma vez assinado o contrato, haverá uma demora de meses, visto que as empresas terão, novamente, de promover suas instalações, montar sua estrutura, a fim de levarem o Luz para Todos ao meio rural.

Para finalizar, Sr. Presidente, registro que ontem participei de uma audiência na Aneel com os parlamentares Weliton Prado e Carlin Moura, desta Casa, e com vários Deputados Federais, entre eles o Deputado Elismar Prado e a Deputada Maria do Carmo, e com o Presidente estadual do PT.

Ficou acertado, entre outras coisas, que a audiência pública que será realizada aqui, em Minas Gerais, no dia 28, para tratar da equalização da tarifa de energia elétrica do Estado, mudou de lugar, passando para o Minascentro, exatamente para acolher um número maior de pessoas.

Estamos aproveitando este momento para convidar todas as lideranças das localidades de Minas Gerais onde o programa Luz para Todos também não foi plenamente executado que participem dessa audiência pública. Tragam suas demandas, suas necessidades e suas aflições, porque a Aneel precisa ter conhecimento. Com o sabor da emoção daqueles que estão na ponta e estão aguardando há anos. Já entraram em listas de cadastramento, mas até agora não foram atendidos pelo Luz para Todos.

Sabemos que essa revisão tarifária é um processo normal. Não precisa virar um cavalo-de-batalha aqui entre nós. Não precisamos tensionar tanto, mas é fundamental que a população participe e use do seu espaço manifestando-se, procurando compreender um pouco mais como se constrói a definição do valor da tarifa de energia elétrica, e participe desse processo, até ajudando a sensibilizar a câmara técnica da Aneel que deliberará sobre a tarifa da energia elétrica da Cemig em Minas Gerais.

Renovamos o convite para a participação da população, no dia 28, da audiência pública da Aneel, que discutirá e ouvirá a população, para definir o valor exato da tarifa da energia elétrica em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente, agradecemos a todos.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos a utilização do art. 70 exatamente para fazer um registro que consideramos de grande importância.

Queremos fazer uma homenagem a um lutador, a uma pessoa que deixou a sua marca na história brasileira e que continua presente e atuante. Homenageamos D. Pedro Casaldáliga.

No dia 16 último, comemoraram-se, sem muito estardalhaço, como é do feitio do homenageado, os 80 anos de vida de D. Pedro Casaldáliga, ex-Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, adepto da Teologia da Libertação - importante escola na teologia da Igreja Católica e de outras igrejas cristãs, que se propagou após a realização do Concílio Vaticano II -, que se tornou um dos seus ícones, ao lado de Gustavo Gutierrez, de Leonardo Boff, de Cornell West e de tantos outros teólogos latino-americanos.

Intransigente defensor dos índios, dos posseiros, dos negros e dos peões, combateu ardorosamente as injustiças sociais e políticas. Sua profética caminhada nesses 80 anos tornou-se um incômodo para muita gente, desde integrantes do governo brasileiro em seu período autoritário até a Santa Sé, passando por fazendeiros e latifundiários que, em diversas ocasiões, colocaram sua vida a prêmio.

Do Vaticano, recebeu repúdio e intolerância pelas suas incursões em causas contra as estruturas existentes, chegando a ser ameaçado da punição do "silêncio obsequioso", aplicado ao teólogo Leonardo Boff.

Para nossa homenagem, respeitosamente nos sentimos no direito de resgatar um texto do frei dominicano e escritor Frei Betto, grande companheiro de tantas missões e lutas, que traduz com esmero o nosso apreço, respeito, admiração e vontade de seguir os passos deste, apesar de nascido em Barcelona, grande brasileiro e defensor das mais nobres e das mais essenciais causas da Nação que o acolheu.

"D. Pedro Casaldáliga, santo e herói", por Frei Betto, Adital, Brasil, 29/3/2005.

"O Brasil é um país de santos e heróis, embora poucos alcancem reconhecimento público. Talvez seja efeito de nossa baixa auto-estima, tão evidente que hoje induz o governo federal a promover campanha publicitária para que nosso povo sinta orgulho do que é e do que faz.

Durante séculos, de costas para a América Latina, miramos no espelho dos brancos europeus e norte-americanos. O que víamos não era o nosso rosto indígena, negro, mestiço. Era a imagem paradigmática do colonizador a nos convencer de que somos atrasados, feios, improdutivos e inferiores. Por isso nossos avós almejavam purificar-se dessa fétida brasilidade, contraindo matrimônio com imigrantes brancos, exterminando povos indígenas em nome da civilização e mantendo os negros escravos na senzala e, após a abolição da escravatura, em 1888, na miséria e na pobreza.

Quantos brancos casados com negras? Quantos negros das classes "a" e "b" casados com negras? Impedidas, pelo preconceito e pela pobreza, de freqüentar escola, as negras servem para trabalhos domésticos, onde a chibata é substituída, em geral, por um salário ínfimo. E as mestiças, identificadas às mulas, tratadas de mulatas, tornaram-se símbolos do hedonismo carnavalesco e dos atrativos turísticos voltados à prostituição farta e barata.

Abrigamos no Brasil o mais longo período de escravidão das três Américas - 358 anos - e ainda culminamos o processo da abolição com a exclusão dos negros libertos do direito de acesso à terra, entregue aos colonos europeus que aqui aportaram empurrados pelo desemprego causado pela Revolução Industrial do século XIX e a acelerada urbanização do continente europeu.

Os povos indígenas, calculados numa população de cinco milhões no século XVI e hoje reduzidos a 700 mil, foram massacrados, exterminados em suas aldeias, contaminados pelas doenças dos brancos, pela cachaça dos brancos, pela voracidade mercantil dos brancos, pela ambição de minérios e madeiras dos brancos. Expulsos de seu ambiente natural e dos livros didáticos, tornaram-se sinônimos de primitivos e selvagens, não no sentido de primeiros habitantes desta terra ou de moradores da selva, mas sim de atrasados e brutais.

Restrita a Nação ao convés da primeira classe, perdemos de vista nossos santos e heróis, embora proliferem entre nós tantos artistas, atletas, intelectuais e também inventores como Santos Dumont. Porém, as coisas não existem a partir do momento em que as conhecemos. Independem, felizmente, de nossa ignorância. A realidade não é o que pensamos dela. Transcende nossas limitações.

Não tão conhecido como mereceria, há no Brasil um santo e herói: Pedro Maria Casaldáliga. Santo por sua fidelidade radical - no sentido etimológico de ir às raízes, ao Evangelho -, e herói pelos riscos de vida enfrentados e pelas adversidades sofridas. Catalão de Barcelona, onde nasceu em 16/2/1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada às missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. Impregnado da espiritualidade dos Cursinhos de Crisandade, veio para o Brasil e, em 1968, mergulhou na Amazônia. Em 1971, nomearam-no bispo de uma prelazia amazônica, à beira do suntuoso Rio Araguaia: São Félix do Araguaia. Adotou como divisa princípios que haveriam de nortear literalmente sua atividade pastoral: 'Nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar'. No dedo, como insígnia episcopal, um anel de tucum, que se tornou símbolo da espiritualidade dos adeptos da Teologia da Libertação.

São Félix é um Município amazônico do Mato Grosso, situado em frente à Ilha do Bananal, numa área de 36.643km². Na década de 1970, a ditadura militar - 1964-1985 - ampliou a ferro e fogo as fronteiras agropecuárias do Brasil, devastando parte da Amazônia e atraindo para ali empresas latifundiárias empenhadas em derrubar árvores para abrir pastos ao rebanho bovino.

Casaldáliga, pastor de um povo sem rumo e ameaçado pelo trabalho escravo, tomou-lhe a defesa, entrando em choque com os grandes fazendeiros, as empresas agropecuárias, mineradoras e madeireiras e os políticos que, em troca de apoio financeiro e votos, acobertavam a degradação do meio ambiente e legalizavam a dilatação fundiária sem exigir respeito às leis trabalhistas.

D. Pedro tem sido alvo de inúmeras ameaças de morte. A mais grave, em 1976, em Ribeirão Bonito, no dia 12 de outubro - festa da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Ao chegar àquela localidade em companhia do missionário e indigenista jesuíta João Bosco Penido Burnier, souberam que na delegacia duas mulheres estavam sendo torturadas. Foram até lá e travaram forte discussão com os policiais militares. Quando o Pe. Burnier ameaçou denunciar às autoridades o que ali ocorria, um dos Soldados o esbofeteou, deu-lhe uma coronhada e, em seguida, um tiro na nuca. Em poucas horas, o mártir de Ribeirão Bonito faleceu. Nove dias depois, o povo invadiu a delegacia, soltou os presos, quebrou tudo, derrubou as paredes e pôs fogo. No local, ergue-se hoje uma igreja.

Cinco vezes réu em processos de expulsão do Brasil, Casaldáliga mora em São Félix num casebre simples, sem outro esquema de segurança senão o que lhe asseguram três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Calçando apenas sandálias de dedo e uma roupa tão vulgar como a dos peões que circulam pela cidade, Casaldáliga amplia sua irradiação apostólica através de intensa atividade literária. Poeta renomado, traz a alma sintonizada com as grandes conquistas populares na pátria grande latino-americana. Ergue sua pena e sua voz em protestos contra o FMI, a ingerência da Casa Branca nos países do continente, a defesa da Revolução Cubana e, anos atrás, em solidariedade à Revolução Sandinista ou para denunciar os crimes dos militares de El Salvador e da Guatemala. Hoje, inquietam-no a demora do governo Lula em realizar a reforma agrária e o lastro de miséria e destruição que o agronegócio deixa em terras de Mato Grosso.

D. Pedro tornou-se também pastor dos negros e dos indígenas, introduzindo suas riquezas culturais nas liturgias que celebra. Em sua prelazia habitam os índios tapirapés, salvos da extinção graças aos cuidados tomados pelo Bispo.

Convocado às visitas periódicas que todos os Bispos devem fazer ao Vaticano para prestar contas, Casaldáliga faltou a inúmeras, por considerar os gastos de viagem incompatíveis com a pobreza de sua gente. No entanto, remeteu aos Papas cartas proféticas exortando-os à opção pelos pobres e ao compromisso com a libertação dos oprimidos.

Certa ocasião fez uma longa viagem a cavalo para visitar a família de um posseiro que se encontrava preso. Chegou sem aviso prévio. Diante de um prato de arroz branco e outro de bananas, a filha mais velha, constrangida, desculpou-se à hora do almoço: "Se soubéssemos que viria o Bispo, teríamos feito outra comida". A pequena Eva, de 7 anos, reagiu: "Ué, Bispo não é mais melhor que nós!". Esta é uma lição que ele guardou e sempre praticou, evitando privilégios e mordomias.

Fundador da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, Casaldáliga admite que a sabedoria popular tem sido a sua grande mestra. Indagou de um posseiro o que ele esperava para seus filhos. O homem respondeu: "Quero apenas o mais ou menos para todos". Pedro guardou a lição, lutando por um mundo em que todos tenham direito ao "mais ou menos". Nem de mais, nem de menos.

Em setembro de 1985, viajei a Cuba com os irmãos e teólogos Leonardo e Clodovis Boff. Falamos com Fidel que D. Pedro se encontrava em Manáguá, participando da Jornada de Oração pela Paz, e o líder cubano insistiu em que o trouxéssemos a Havana. Tão logo desembarcou na Capital de Cuba, a 11 de setembro, o Bispo foi conduzido diretamente ao gabinete de Fidel. Este se mostrava interessado na literatura sobre a Teologia da Libertação. D. Pedro observou, com a sua fina ironia: "Para a direita, é preferível ter o Papa contra a Teologia da Libertação do que Fidel a favor".

Na mesma noite, Casaldáliga discursou na abertura de um congresso mundial juvenil sobre a dívida externa: "Não é só imoral cobrar a dívida externa, também é imoral pagá-la, porque, fatalmente, significa endividar progressivamente os nossos povos".

Ao reparar que os sapatos do prelado estavam em péssimo estado, o secretário de Fidel ofereceu-lhe um par novo de botas. "Deixo os meus sapatos ao Museu da Revolução", brincou D. Pedro.

Fomos juntos para a Nicarágua no dia 13. Ali D. Pedro participou de inúmeros atos contra a agressão do governo dos EUA à obra sandinista e batizou o quarto filho de Daniel Ortega, Maurice Facundo. Em sua segunda viagem a Cuba, em fevereiro de 1999, Casaldáliga declarou em público, em Pinar del Rio: "O capitalismo é um pecado capital. O socialismo pode ser uma virtude cardeal. Somos irmãos e irmãs, a terra é para todos e, como repetia Jesus de Nazaré, não se pode servir a dois senhores, e o outro senhor é precisamente o capital. Quando o capital é neoliberal, de lucro imenso, de mercado total, de exclusão de grandes majorias, o pecado capital é abertamente mortal". E enfatizou: "Não haverá paz na terra, não haverá democracia que mereça resgatar esse nome profanado, se não houver socialização da terra no campo e do solo na cidade, da saúde e da educação, da comunicação e da ciência".

Concluindo, Sr. Presidente, em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o Papa. Só agora, em 2005, o Vaticano nomeou-lhe um sucessor. Antes, porém, enviou-lhe um Bispo que, em nome de Roma, pediu que ele se afastasse da prelazia, de modo a não constranger o novo prelado. D. Pedro não gostou do apelo e, coerente com o seu esforço de tornar mais democrático e transparente o processo de escolha de Bispos, recusou-se a atendê-lo. O novo Bispo, Frei Leonardo Ulrich Steiner, pôs fim ao impasse, ao declarar que D. Pedro é bem-vindo a São Félix.

Hoje, ao completar 80 anos, D. Pedro Casaldáliga, Bispo dos pobres, dos índios, dos peões e dos sem-terras, prelado do "Anel de Tucum", seja sempre bem-vindo a qualquer lugar de nosso país, que lhe pertence, que lhe deve tanto.

Que ecoem sempre aos ouvidos de nosso povo suas palavras em "O Anel de Tucum". (- Lê:)

"Chamar-me-ão de subversivo/Eu responderei incisivo:/O sou. Pelo meu povo que luta,/Pelo meu povo que trilha apressado/Caminhos de sofrimento./Eu tenho fé de guerrilheiro/E amor de revolução. E entre Evangelho e canção/Penso, e digo o que sei./Se escandalizo, primeiro/Eu me abrasei de Paixão/Na cruz do meu Senhor!"

Parabéns, D. Pedro! Saúde e paz!! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, queridos telespectadores da TV Assembléia. Ilustre Deputado Almir Paraca, antes de entrar no tema propriamente dito que me trouxe a esta tribuna, não poderia deixar de registrar a nossa solidariedade e imensa alegria de poder comemorar o aniversário do grande guerreiro D. Pedro Casaldáliga, nos seus 80 anos de luta em defesa da cidadania, dos direitos humanos, da liberdade de auto-determinação dos povos e dos pobres. Ele é um exemplo daqueles homens que lutam toda uma vida, exemplo que também poderia ser representado na figura de Oscar Niemeyer, de Fidel Castro, que, mesmo tendo passado dos seus 80 anos, têm colaborado e contribuirão muito para o futuro da humanidade. D. Pedro Casaldáliga sempre alertou, por exemplo, para o grande sofrimento do povo cubano, que viveu e vive sob um embargo econômico de mais de 40 anos.

Quando se fala dos 81 anos de Fidel Castro e da sua renúncia, toda a mídia divulga, mas, infelizmente, pouco se fala do embargo econômico imposto pela potência imperialista americana ao povo de Cuba. D. Pedro Casaldáliga nunca se esqueceu desse fato. Precisamos sempre nos lembrar de que estão querendo impor a fome e o isolamento a um povo e a uma nação. Isso vai contra os princípios da humanidade. É importante fazermos esse alerta. Em vez da renúncia do Fidel, de D. Pedro e do bispado, devemos falar dos valores que esses homens representam e do sofrimento do povo, vítimas de um sistema imperialista dominado pelo lucro e pela ganância dos ricos sobre os mais pobres.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para dizer que estávamos na expectativa de ser realizada amanhã, sexta-feira, uma audiência pública da Comissão do Trabalho e Assistência Social, no Município de Montes Claros, a qual foi convocada e solicitada pelo ilustre Deputado Paulo Guedes, cujo objetivo é a discussão referente à situação dos trabalhadores demitidos das empresas Coteminas e Cotenor. Cheguei ao Plenário desta Casa e tive a informação de que a audiência foi suspensa. Não consegui ainda informação suficiente do real motivo, e não tive a oportunidade de verificar. Estão dizendo que a razão é o estado de saúde do Vice-Presidente da República.

Portanto, estou comunicando ao pessoal, aos trabalhadores de Montes Claros e à Câmara Municipal de Montes Claros que a audiência não será realizada amanhã. Estaremos atentos. Procurarei depois a Comissão do Trabalho para verificar o motivo do adiamento. Estive conversando com o Deputado Paulo Guedes, que também foi pego de surpresa por essa decisão da Comissão. Devo reafirmar o nosso compromisso com os trabalhadores das empresas Cotenor e Coteminas. Não compactuaremos com a demissão deles. Não podemos permitir que, em nome da modernização da empresa - que, aliás, vem crescendo, expandindo-se, com perspectiva de abertura de novos mercados, até fora do Brasil -, sejam demitidos 800 trabalhadores. Estamos atentos a essa situação. Certamente, a Comissão do Trabalho, mesmo não indo amanhã a Montes Claros, deve agendar para o mais breve possível uma nova ida a essa querida cidade para debater o assunto.

Quero dar esclarecimentos àquela população e pedir-lhe desculpas. Estava agendado para irmos lá amanhã. Estou também preocupado com a situação. Em breve, haveremos de marcar uma nova audiência.

Sr. Presidente, gostaria de comunicar que estivemos hoje durante toda a manhã, desde as 8 horas, com o Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e a Deputada Elisa Costa, nossa Líder, acompanhando a visita a Belo Horizonte da CPI do Sistema Carcerário do Congresso Nacional, da Câmara Federal. A CPI chegou hoje pela manhã e continua na Capital fazendo visitas às dependências carcerárias da RMBH. Além disso, ela realizará uma audiência pública no Plenário desta Casa, onde terá oportunidade de debater a situação. Tive a oportunidade de lá comparecer com o Deputado Domingos Sávio e outros Deputados desta Casa. Fomos à Delegacia de Mulheres, na região da Pampulha, e, posteriormente, ao 2º Distrito Policial da cidade de Contagem.

Neste exato momento, a CPI está visitando a Delegacia de Tóxicos e, posteriormente, visitarão o sistema penitenciário de Ribeirão das Neves.

Mas o que me traz a esta tribuna é a preocupação com o 2º Distrito Policial de Contagem. No ano passado, eu e o Deputado Durval Ângelo tivemos oportunidade de visitar esse distrito policial, localizado na Praça da Cemig, em Contagem. É uma pequena casa incrustada no meio de uma área industrial, próximo a várias indústrias. Em frente à delegacia está a entrada da Magnesita, que possui um grande número de trabalhadores que, em seus turnos de trabalho, entram e saem três, quatro vezes por dia.

Na visita que fizemos a esse distrito em 2007, encontramos uma situação de verdadeira calamidade pública, de verdadeiro desrespeito aos princípios básicos da nossa Constituição: uma superlotação, uma quantidade infima de Agentes Penitenciários para cuidar dos presos, Agentes em desvio de função, pois estão cuidando de presos por falta de carceragem, presos superacumulados nas celas e com doenças. Da visita que fizemos, a Comissão de Direitos Humanos fez um relatório substanciado, comunicou a todas as autoridades do Estado, à Secretaria de Defesa Social, e, à época, havia um compromisso por parte do governo do Estado: a imediata desativação daquele depósito de presos, que, além de ferir os direitos humanos, coloca em risco a vida da comunidade do entorno, dos trabalhadores vizinhos da delegacia, dos Agentes Penitenciários e da população.

Falamos, divulgamos e nada foi feito. Hoje, quando chegamos novamente lá com a CPI, a situação era ainda assustadora. Os Deputados da Câmara Federal, que viram a situação do 2º Distrito, ficaram estarecidos. Chamamos a atenção dos Deputados Federais para a quantidade de presos que ali se encontram hoje, aliás inferior à que havia no ano passado: quando chegamos lá havia 122 presos, e na última visita que fizemos havia mais de 160.

A delegacia passou por uma pequena reforma: pintaram as paredes, reformularam as celas, colocaram algumas grades novas, mas a situação ainda é arrepiante. Segundo os Deputados, que amanhã deverão dar os seus depoimentos, aquilo é um verdadeiro inferno na terra.

Quando saímos de lá, pudemos perceber que há consenso nos comentários dos Deputados de que é necessária a imediata desativação daquele distrito policial. Da forma como funciona, o distrito está em completo desrespeito a todos os princípios básicos de segurança, de direitos humanos e de execução de pena. Há um acúmulo de presos, que estão em cubículos, uma situação muito preocupante, que deixa as pessoas que vão lá em estado de choque.

Hoje a média de presos nas celas é de 47. São celas sem ventilação, onde a temperatura ambiente é superior a 50°C, e muitos presos têm doenças de pele. Há presos já condenados que aguardam transferência para os presídios, e uma quantidade pequena de policiais para vigiar. Não há policiais suficientes, não há concursos, e a delegacia continua funcionando. É um espaço do Estado em uma área industrial. Se houvesse vontade política de resolver, já se teria solucionado aquela situação.

Acreditamos que, com essa visita da CPI Carcerária a Minas Gerais, aliás fruto de requerimento de minha autoria solicitando que a CPI visitasse o 2º Distrito Policial, possamos esperar uma imediata atitude em relação ao distrito em questão.

Repito: esperamos que o governo do Estado tome uma atitude imediata e urgente para corrigir aquela situação. Este país nos mostra a nossa grande dívida social. Lá a maioria dos presos são jovens com menos de 25 anos, afro-brasileiros, ou seja, negros, o que confirma velho ditado: "Neste país injusto, são os pobres e os negros que geralmente vão para a cadeia".

A situação é muito preocupante e difícil, portanto é fundamental estarmos atentos a ela.

Por fim, quero esclarecer aos telespectadores da TV Assembléia que ontem acompanhei o Deputado Weliton Prado, nosso grande guerreiro na luta pela conta de luz mais barata, e o Deputado Almir Paraca a uma audiência na Aneel. Lá nos reunimos com a relatora do processo que julgará os preços da conta de luz da Cemig.

Ela realizará uma audiência pública para ouvir a população, no dia 28, quinta-feira da semana que vem, a partir das 9 horas. Ela nos pediu que nós, Deputados, a ajudemos a divulgar essa audiência, que anteriormente estava marcada para acontecer no Sesc e foi transferida para o Minascentro, ao lado do Mercado Central, para facilitar a presença dos trabalhadores e das donas de casa. É fundamental que as pessoas compareçam a essa audiência pública e mostrem a indignação do povo mineiro contra pagar a conta de luz mais cara do País. Minas Gerais não pode compactuar com esse tipo de coisas.

Precisamos exigir que haja uma revisão tarifária, uma modificação do valor da conta de luz que seja significativa. No primeiro momento, a proposta da Aneel era de redução de 14,5% no valor da conta de luz. A Cemig já levantou uma dívida de repasse feito no passado e já propôs tirar 4%. Assim, a redução sobre o valor da conta de luz ficaria em torno de 9,75%.

Queremos discutir esses números. Consideramos que a redução de 9,75% ainda é muito inferior, deveria haver um desconto maior, tendo em

vista os aumentos abusivos que a empresa Cemig tem cobrado dos consumidores de energia elétrica em Minas Gerais, conforme denunciou o Ministério Público.

Quero esclarecer à população de Minas, principalmente a da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que a sua participação nessa audiência pública é fundamental. Precisamos demonstrar a indignação do povo de Minas Gerais, das donas de casa, dos consumidores, contra os preços abusivos da conta de luz em Minas Gerais, para termos uma redução que possibilite que o valor das contas de luz esteja dentro do nosso orçamento familiar.

Não podemos permitir que uma empresa que tem recorde em lucro, eficiente, não repasse esses benefícios à população. A Cemig não é uma empresa privada, que vive em vista de lucro, ela é pública, patrimônio do povo brasileiro, e seus ganhos e dividendos têm de ser repartidos com o povo de Minas Gerais.

Então, na quinta-feira da semana que vem, às 9 horas, convoco você, consumidor, consumidora e dona de casa, que está indignado contra a conta de luz, a lá comparecer para fazer valer a sua voz. Obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo mineiro que nos acompanha das galerias ou pela TV Assembléia, quero, nesta tarde, discorrer sobre alguns programas importantes do governo do Estado; de modo especial, sobre os programas na área de habitação, cuja realidade ainda é de uma carência muito grande de moradias para atender a toda a população. Sabemos que Governador Aécio Neves tem feito um grande esforço, assim como o Presidente da Cohab, Sr. Teodoro Lamounier, e agora com o apoio fundamental do Deputado Dilzon Melo, hoje Secretário de Desenvolvimento Regional. Antes, porém, não poderia deixar de fazer alguns comentários sobre o tema que o Deputado Carlin Moura acaba de abordar.

Também estive, pela manhã, acompanhando os trabalhos da CPI do Sistema Carcerário, que veio visitar Minas Gerais. Primeiro, participamos de uma reunião na Secretaria de Defesa Social. Em seguida, fizemos visitas a algumas delegacias, a presídios, enfim, fomos "in loco".

É óbvio que todos sabemos que o problema penitenciário, o problema da segurança pública, é um problema nacional, um problema que afeta todos os Estados. Trata-se de um problema que tem de ser enfrentado de forma integrada pelo Município, pelo Estado, pelo governo federal. A própria sociedade deve comprometer-se, de alguma maneira, a compartilhar a busca de soluções, a reintegração de presos - daqueles que possam cumprir sentenças em regime aberto -, e também contribuir, junto com as forças de segurança, para o combate à violência, especialmente a partir da prevenção, da educação.

Hoje há os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps. Começa-se a desenvolver a mentalidade de que se trata de algo para o qual não podemos fechar os olhos, fingir que tal situação não existe e ser surpreendidos quando a violência bater às nossas portas ou, pior, arrombar as nossas portas e invadir a nossa vida. Trata-se de um problema de todos nós, e, do ponto de vista público, é um problema de todos os entes federados. Tenho em mãos alguns dados importantes que mostram esse problema, principalmente no que diz respeito ao problema do sistema prisional, do sistema carcerário.

É curioso que a CPI esteja aqui, em Minas, hoje, e ainda não tenha havido uma explicação sobre as prioridades de visitas aos Estados. A coincidência de várias manchetes em jornais paulistas, prejudicando a imagem de Minas no contexto nacional, leva-nos a pensar se não há uma intenção de prejudicar o nosso Governador Aécio Neves. Trata-se de um problema nacional e deve ser tratado como tal, e não um problema só de Minas Gerais. Deputado Ademir Lucas, citarei alguns dados e concederei o aparte a V. Exa.

A "Folha de S. Paulo", em edição recente, publicou dados do próprio sistema, mostrando a relação de lotação de presos, de número de presos em cada Estado da Federação, por vaga existente, justamente para apresentar a gravidade da superlotação, da falta de vagas. O que deveria haver era, no máximo, um preso por vaga. O ideal seria haver um sistema com uma margem de reserva, para que a sociedade tivesse a tranqüilidade de que, quando o infrator cometesse o crime, a polícia não só o prenderia, mas teria onde colocá-lo. Então, o ideal seria um por vaga.

A reportagem apresenta todos os Estados, começando por Rondônia, onde a situação é alarmante: 14 por vaga. Depois decresce bruscamente para o Acre, com 2,5 por vaga. Minas Gerais encontra-se no 20º lugar. Há 19 Estados da Federação com uma situação bem pior do que Minas Gerais, com mais presos por vaga. Mas aqui também temos problemas: temos 1,2 por vaga, portanto um pouco mais do que seria o razoável, que seria um por vaga, para não haver nenhuma superlotação. Entre os Estados apresentados, aparece São Paulo, com 1,5 por vaga. Portanto isso significa que se trata de um problema nacional.

De qualquer maneira, é muito bom que venham aqui. É preciso que haja compartilhamento para financiar e enfrentar o problema.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Espero subsidiar o discurso de V. Exa., ao dizer algumas verdades que não têm sido ditas neste Plenário e que, pelo que vejo, não têm sido observadas pela chamada CPI do Sistema Carcerário, que mirou seu foco em Minas Gerais. Não existe um monopólio dos direitos humanos. Basta sermos cristãos para, evidentemente, defendermos os direitos humanos e não concordarmos com a situação degradante existente em várias delegacias deste país.

Como disse V. Exa., não só em Minas Gerais, mas em todo o País, existem verdadeiras masmorras. Isso é verdadeiro, e nós concordamos. Mas algumas verdades também têm de ser ditas, Deputado Domingos Sávio. Primeiro, o Governador Aécio Neves não é autor do 2º Distrito de Contagem, ele não criou o 2º Distrito de Contagem, mas é herdeiro daquela situação. Em segundo lugar, nunca um governo investiu tanto nesse setor como o governo Aécio Neves. A situação já foi muito pior.

Tenho a certeza de que V. Exa. sabe, que todos os mineiros sabem, que a situação carcerária melhorou muito no governo Aécio Neves. Há dificuldades, mas a herança maldita que o Aécio recebeu traz como consequência essa situação. E aí vem a verdade que não é dita. Como V. Exa. vai participar do debate de amanhã, leve para a CPI do Sistema Carcerário a mensagem de que temos de dividir responsabilidades, para sabermos, por exemplo, que, no Complexo Penitenciário Néelson Hungria, de Contagem, existe um pavilhão inteiro, se não me engano com mais de 100 vagas, mas que estão ocupadas por quem, Deputado Domingos Sávio? Pelo preso que cometeu falha contra a sociedade em Minas Gerais, que é de responsabilidade do governo estadual? Não. Trata-se de presos de responsabilidade do governo federal, traficantes de drogas, presos condenados por crimes contra o sistema financeiro e por diversos outros crimes de responsabilidade do governo federal. Então, esses presos estão ocupando mais de 100 vagas que poderiam resolver o problema do 2º Distrito de Contagem do 6º Distrito de Contagem, e de vários outros.

O Governador Aécio Neves, homem bom, do povo, e simples que é, não quer falar, mas temos o dever de dizer a verdade, e não meias verdades como são ditas aqui. Existem 100 vagas sendo ocupadas por presos federais no Complexo de Nova Contagem, porque o governo federal não construiu uma penitenciária para os condenados da Justiça Federal em Minas Gerais. Assim acolhemos esses presos, enquanto os

Distritos enfrentam dificuldades.

Se o Governador Aécio Neves fosse como Roberto Requião, mandaria colocar esses 800 presos federais na porta da Justiça Federal, que abriria imediatamente mais de 100 vagas, para esvaziar os Distritos da Polícia Civil de Minas Gerais. Essa é a verdade. Temos de dividir responsabilidades. É muito fácil falar aqui, levar pessoas ao Distrito de Contagem e mostrar. Essa é a realidade.

Há pouco tempo, tivemos um problema com o Juiz de Contagem que mandou soltar presos. Sabemos que isso vem acontecendo, e o Governador Aécio Neves tem tomado providências sérias, tem melhorado muito o sistema penitenciário de Minas frente à omissão do governo federal.

A verdade tem de ser dita. O governo federal que construa uma penitenciária federal em Minas Gerais e devolva aquele pavilhão de Nova Contagem, que poderá ajustar todo o nosso sistema penitenciário. Muitas vezes o Governador Aécio não fala para não causar constrangimento ao governo federal. Muitas vezes o Secretário de Defesa Social não fala para não constranger o governo federal, em função da boa convivência que têm. Mas a verdade é que lá, em Contagem, há um pavilhão inteiro, na Penitenciária Néelson Hungria, para receber os presos da Justiça Federal. Se eles construíssem a penitenciária federal, o governo Aécio Neves acertaria toda a questão do sistema penitenciário estadual.

É bom que se diga que as responsabilidades têm de ser compartilhadas. A responsabilidade pela segurança pública não pode ser apenas do Estado, mas sim de todos. O governo Aécio Neves tem feito muito, mas o governo federal não tem feito nada. Droga e armas são crimes federais. É o governo federal que autoriza as fábricas de armas, bem como os registros delas, e é o responsável pelo Estatuto do Desarmamento. Grande parte dos crimes ocorrem por uso de drogas e de armas. E a responsabilidade pelo controle e combate à droga é do governo federal, que se omite nas fronteiras. Repito, é o governo federal que autoriza a fábrica de armas e é o responsável pelo registro delas. Ele tem-se omitido, inclusive na parte final, pois não tem penitenciárias para colocar os presos condenados pela Justiça Federal. Ocupa as vagas das penitenciárias estaduais, deixando a culpa recair no Governador.

Não é verdade que a culpa é do Governador. Há situações dramáticas no sistema penitenciário do País, mas há muita omissão e, nesse caso, do governo federal por não cumprir o seu dever. Esvazie o pavilhão da Néelson Hungria, em Nova Contagem, com os presos federais, e V. Exa. verá quantas vagas estão reservadas para resolver o problema do 2º Distrito de Contagem e de vários outros, que nos incomodam sim, mas não podemos desviar a responsabilidade.

Diga isso à CPI do Sistema Carcerário, que em Nova Contagem há um pavilhão atendendo a presos da Justiça Federal pela omissão do governo federal. Obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao nobre Deputado Ademir Lucas. É exatamente a linha de raciocínio que vínhamos desenvolvendo, quando falávamos da importância de compartilhar responsabilidades.

O governo federal não constrói os presídios para os presos de responsabilidade da esfera federal, com crimes previstos pelo Código Penal, para responderem à estrutura penitenciária federal, como disse o Deputado Ademir Lucas, os hediondos, tráfico de drogas e armas.

A questão é pior, Deputado Ademir Lucas. O governo federal poder até dizer que não tem a estrutura, porém tem o Orçamento. Agora, ele não repassa o dinheiro do Fundo Penitenciário, pois contingencia boa parte desse dinheiro e, mesmo quando o coloca no Orçamento, não repassa para o governo do Estado. Ainda assim o governo Aécio Neves, nesses cinco anos de trabalho, já fez mais que os dois, os três ou os quatro governos anteriores, em termos de número de vagas. Na verdade, triplicou-se o número de vagas, mas, ainda assim, não foi o suficiente.

Então imagine, Deputado Getúlio Neiva, se não tivéssemos o Aécio. Estaríamos em situação de calamidade absoluta, pois temos hoje milhares de novas vagas entregues pelo Governador Aécio Neves, e que possibilitaram que a Polícia pudesse agir e prender. Agora é preciso também esclarecer que, mesmo assim, ainda temos problemas a serem resolvidos.

Visitamos hoje duas delegacias que nos preocupam em termos de lotação. Uma delas é a 16ª Delegacia, das Mulheres, na Pampulha. Em que pese à superlotação, que precisa ser resolvida, verificamos um tratamento digno, humano, responsável e condições que os próprios membros da CPI disseram não estar acostumados a ver em nenhum lugar que visitam. Vejam que lá não é presídio, mas uma situação transitória.

Porém achei uma situação curiosa. O relator saía perguntando se a comida era ruim ou boa. Fiz questão de ficar ao lado dele. Ele perguntou à primeira presa se a comida era ruim. Ela respondeu que era boa. Perguntou, então, à segunda ao lado, e ela disse, também, que era boa. Então ele começou a perder a paciência, pois queria que alguém falasse que a comida era ruim, Presidente. Começou a dizer que as presas tinham de ter liberdade para falar. A turma riu, pois disse que lá não havia problemas nesse sentido. São bem tratadas, disseram.

Havia três detentas, como pude verificar, que já possuíam sentença, as quais me pediram que fizesse com que elas não fossem transferidas. Mesmo havendo superlotação, vieram pedir-me isso. Não quero, com essas minhas palavras, amenizar o fato de que existe superlotação. Todavia se nota que há ali um tratamento digno.

Sem dúvida, a 2ª Delegacia, em Contagem, é uma calamidade, e o governo já está planejando sua desativação, está-se empenhando nisso. É preciso esclarecer o porquê das coisas, porque quem está acompanhando os fatos pode considerar absurdo deixar aquela turma toda amontoada. A situação é desumana e não pode continuar a ocorrer, mas é preciso vir ajuda do governo federal.

Concluirei, Sr. Presidente, mas estou tratando de um assunto extremamente importante. Como dizia, Deputado Zé Maia, ali a situação é de preso em flagrante. O Deputado Carlin Moura disse que existe preso condenado lá, o que não é verdade. Há casos de presos condenados, que conseguiram licença para cumprir pena em liberdade, mas que foram pegos em flagrante, de novo. Só existem lá casos de flagrante. Não há nenhum preso com mais de três meses preso lá dentro.

A rotatividade é muito alta porque a polícia mineira trabalha e prende. Quando um Juiz mandou soltar presos, recentemente, a sociedade ficou pasma. Queremos respeitar o direito do preso, mas temos também de respeitar o direito do cidadão de bem. Vamos deixar o preso solto? A polícia mineira prende, mas é preciso que o governo federal ajude-nos a construir mais presídios para haver lugar para todos. Não posso aceitar essa teoria de parar de prender ou de soltar o preso à toa. O cidadão de bem não pode aceitar pagar impostos e ter uma polícia que solta o preso, pura e simplesmente. É claro que o governo federal tem de ajudar a construir mais presídios, porque não se pode deixar um preso em condições desumanas.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Deputado Domingos Sávio, quero agradecer-lhe o aparte. Ouvi V. Exa., como ouvi o Deputado Ademir Lucas, e queria participar também dessa discussão.

Por dois anos, estive na Presidência da Comissão de Segurança Pública desta Casa, quando pude acompanhar os enormes avanços que o

governo Aécio Neves proporcionou a Minas, sobretudo na questão carcerária do Estado. Ele desativou as unidades de Venda Nova, de Furtos e Roubos, de Furto de Veículos, Delegacias que eram realmente deprimentes. A Divisão de Tóxicos possuía 400 presos, hoje são só 60.

Realmente falta resolver a situação de Contagem, mas, como o Deputado Ademir Lucas dizia bem, trata-se de uma herança pesada que o Governador Aécio Neves recebeu. Nenhum governo da história deste país, parafraseando nosso Presidente, investiu tanto na abertura de vagas no sistema carcerário de um Estado como o Governador Aécio Neves.

Há números a serem apresentados, e os integrantes da CPI amanhã poderão fazer este debate aqui. Visitaram, o que é certo, a pior carceragem do Estado, mas deviam também buscar os bons exemplos de Minas. Deputado Domingos Sávio, como V. Exa. bem sabe, em cinco anos o Governador Aécio Neves abriu 12 mil novas vagas no sistema carcerário de Minas Gerais. Antes de ele assumir, em toda a história de Minas Gerais tínhamos apenas 5 mil vagas. Ele, em cinco anos, abriu 12 mil vagas.

A polícia de Minas está agindo e reduzindo em quase 50% a criminalidade no Estado, o que faz com que as cadeias fiquem superlotadas, o que é melhor que certas pessoas fiquem em meio à sociedade, trazendo problemas para o cidadão de bem, para o trabalhador mineiro.

Há também os Agentes Penitenciários, outro avanço enorme relativo à questão carcerária de Minas, o que possibilita haver pessoas treinadas para aquele mister, liberando os policiais civis e militares para cumprirem seu real papel, que é fazer o policiamento e a segurança de Minas Gerais.

Os avanços são inquestionáveis, todavia sempre há alguém que quer ver apenas o lado ruim, um ou outro caso. Realmente não se consegue resolver todos os problemas em apenas quatro, cinco, oito anos. O Deputado Ademir Lucas disse bem, assim como V. Exa., que a herança foi enorme. No entanto nenhum governo deste país investiu tanto na área de segurança, sobretudo na questão carcerária, quanto o Governador Aécio Neves. Estão aí os números, os presídios, as penitenciárias, o trabalho que o governo vem fazendo.

Quereria agradecer a V. Exa. e cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, assim como o Deputado Ademir Lucas, que foi muito claro em suas posições. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sou eu quem lhe agradeço.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Serei breve. Só para ficar bem claro, Deputado Domingos Sávio. Sou contra a situação em que se encontra o 2º Distrito. É um absurdo. Gostaria de fazer uma pergunta: onde estão os presos condenados da Justiça Federal em Minas Gerais? Era só isso.

O Deputado Domingos Sávio - O Deputado foi muito feliz em sua ponderação, pois mais de 60% dos presos estão lá por crimes de tráfico de drogas. O mesmo se diz em relação a todo o sistema penitenciário mineiro. Manter esses presos é responsabilidade do governo federal. De qualquer forma, sabemos que, com essa visita, pode-se obter um saldo positivo. Nós, da Assembléia, estamos acompanhando a situação. Tudo bem que venham, até por uma questão de justiça.

Fiz essa referência ao relator, um Deputado que não é de Minas, mas vi os Deputados mineiros Paulo Abi-Ackel e Alexandre Silveira acompanhando com seriedade, competência, buscando solução, como o fez o próprio Presidente da CPI. No entanto, percebi, em alguns momentos, nesse tipo de condução, que há quem queira fazer politicagem, sensacionalismo. É verdade que há problemas naquela carceragem, mas o governo de Minas nunca escondeu isso. O governo vai resolver esses problemas, sim. Porém, é triste ver que o governo federal não tem feito sua parte. A CPI federal deveria fazer uma cobrança ao Lula, qual seja a de colocar dinheiro no Fundo Penitenciário para ajudar a resolver o problema prisional em Minas e no Brasil. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, antes de começar a minha fala, quero corrigir um número apresentado pelo nobre Deputado Domingos Sávio: não são apenas 60%, mas 64% de todos os presos de Minas Gerais são presos federais. Vamos mandar esse pessoal para o Lula tomar conta, e o problema do nosso Estado estará resolvido. É preciso pensarmos bem sobre o que está acontecendo nos últimos dias, neste Estado, que tem sido continuamente prejudicado pela imprensa paulista, por meio de um trabalho político orquestrado, numa tentativa de fazer com que Minas seja menor que São Paulo. Como mostrou o Deputado Domingos Sávio, no que se refere ao problema carcerário, São Paulo está muito pior que Minas Gerais.

Não dou boas-vindas aos colegas Deputados Federais, visto que estão fazendo a visita errada. A primeira visita deveria ser feita a São Paulo, e a segunda, ao Rio de Janeiro, onde, por incrível que pareça, a relação de vagas é de 1,1. No Rio de Janeiro ninguém prende ninguém. Aliás, prendem-se Soldados bandidos do Rio, mas, em 24 horas, já estão soltos. Colegas Deputados Federais que estão em Minas Gerais, estive lá uma vez com vocês, mas devo dizer-lhes, com todo o respeito que lhes tenho, que Minas não merece esse tratamento.

Lembrei-me, Deputado Rêmoló Aloise, que ia começar minha fala de forma diferenciada, com uma aliteração, com um poema: "Vozes veladas, veludas vozes/ volúpias de violões, vozes veladas/ vagam nos velhos vórtices velozes/ dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas". São as vozes dos paulistas que querem subjugar Minas em mais um futuro mandato presidencial, sem lhe dar sequer a chance de disputar as eleições. É bom fazermos essa reflexão.

Ao tocar neste assunto, quero fazer um agradecimento ao Deputado Federal Ademir Camilo, que, com muita luta e determinação, conseguiu colocar na pauta da Câmara dos Deputados o assunto das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Quero ainda agradecer, de forma bastante contundente, a Tasso Jereissati, que, no Senado, comandou o processo de aprovação da ZPE de Teófilo Otôni.

Para todos os mineiros que estão me ouvindo neste momento, são 18 Zonas de Processamento de Exportação aprovadas para o Brasil. O Leste do Brasil só tem uma, que foi aprovada para Teófilo Otôni, minha terra natal.

Mas, no meio desse caminho, Deputado Rêmoló Aloise, o Senador Aloízio Mercadante ficou o tempo todo tentando atrapalhar. Ora, São Paulo tentando atrapalhar porque não queria ZPE em Minas Gerais. Estou falando em São Paulo atrapalhar, obliterar ou não querer que Minas caminhe. Por que isso acontece? Agora vem o esclarecimento. Minas Gerais cresceu o dobro do que cresceu o Brasil nos últimos cinco anos.

São Paulo tinha 60% do PIB nacional, e agora caiu para 46%. São Paulo está com medo de Minas Gerais. Estamos fortalecendo a nossa economia, crescendo. E eles têm medo de perder o poder político. Onde fica o comando do PT? Em São Paulo. Onde fica o comando do PSDB? Em São Paulo. Todos os grandes partidos nacionais, inclusive o meu partido, têm o comando em São Paulo. É de lá que eles dirigem o Brasil e dão as ordens para os brasileiros. É de lá que tentam atrapalhar o crescimento da Pátria como um todo.

O que é uma ZPE? Já dei uma entrevista ao João Carlos sobre o assunto. É interessante mostrar a explosão dos Tigres Asiáticos na década de 80, com aquele formidável crescimento, acima de 10%; todos eles, Singapura, Tailândia, etc. cresceram em virtude da Zona de Processamento de Exportação. A maior economia capitalista do mundo - os Estados Unidos da América - trabalha em cima de 262 ZPEs. Por que a China assustou o mundo? Porque tem 521 ZPEs. Por que a Índia começou a acelerar o seu desenvolvimento com mais de um bilhão de habitantes? Porque tem mais de 200 ZPEs já formadas e trabalhando

Minas tem apenas uma. E o Brasil, pela primeira vez, tem 18 ZPEs. A Zona de Processamento de Exportação não é igual à Zona Franca de Manaus. É diferente. Só temos a Zona Franca de Manaus. Noutro dia, falava sobre isso, e uma pessoa contestava, dizendo que tínhamos a Zona Franca de Manaus. É diferente. Não é o mesmo. As ZPEs certamente marcarão o destino do Brasil, independentemente de o governo ter ou não condição de dar sustentação à infra-estrutura.

Noutro dia, fiz um pronunciamento aqui, dizendo que qualquer pessoa menos avisada que avaliasse a atitude que o Presidente toma e a dos líderes latino-americanos ou europeus, verificaria que não existe no mundo um homem tão determinado e absolutamente consciente como o nosso Presidente, em relação ao futuro da Pátria. S. Exa. está convicto de que o Brasil não pode crescer a mais de 5%, porque, se isso acontecer, faltará porto, como já faltam estradas de rodagem. Faltará aeroporto, como já houve apagão. Faltará energia elétrica, porque não houve investimento em infra-estrutura. Ele é um grande estadista que entendeu a cronologia dos acontecimentos e o que teria de fazer para que o Brasil em sua infra-estrutura não explodisse em suas próprias mãos. Explodirá em 2010. Mas as contas não foram bem-feitas. E os técnicos já começam a ficar alvoraçados, preocupados porque o apagão elétrico que estava previsto para 2010 já foi antecipado para 2009, com o perigo de acontecer em 2008. Se São Pedro não ajudar, estamos fritos.

Nesta conjuntura, não se pode imaginar que Minas continue subalterna e não levante a sua voz para discutir em pé de igualdade. Queremos crescer. E cresceremos.

A culpa não é nossa. Minas trabalhou e ainda está trabalhando; os mineiros estão trabalhando, portanto não podemos ser penalizados por isso.

A orquestração política da imprensa que aponta em Minas Gerais numa CPI carcerária, para colocar a culpa do Presidente da República sobre os mineiros, é um absurdo. Esse pessoal não pode fazer isso conosco. Temos de nos rebelar e mostrar que temos orgulho próprio e que não estamos aqui para ser achinchalhados, apesar das mazelas existentes.

Poderia muito bem referir-me a dois presídios novos que estão para ser inaugurados agora, no mês de março, especialmente o que será inaugurado na minha terra, em Teófilo Ottoni, que disporá de 300 vagas, para dizer que o governo tem feito a sua parte. A herança é que é maldita. Dispúnhamos de 5 mil vagas, e o governo Aécio trouxe mais 12 mil novas vagas, e, ainda este ano, haverá o acréscimo de outras 2 mil vagas no sistema carcerário.

É preciso entender que ginástica é essa, já que o tema é muito importante. Preso passando necessidade e passando aperto é mais importante que você, cidadão, que tem de colocar cerca elétrica e alarme na sua casa, ficando preso na sua própria casa. O Brasil está caminhando para isso, porque o governo federal não repassa aos Estados o dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional. Na verdade, ele está fazendo caixa, mostrando que temos divisas lá fora, isto é, que estamos cheios de dólares lá fora, enquanto aqui dentro as necessidades são maiores do que se pode imaginar.

Não se pode dizer que carceragem não faz parte de infra-estrutura. É claro que faz. Carceragem é questão de infra-estrutura social. Se tivéssemos carceragens suficientes, não viveríamos esse drama. Na minha cidade, por exemplo, vamos inaugurar um presídio com 300 vagas, mas temos 7 mil mandados de prisão para cumprir. Onde isso vai parar? Isso não é caso de infra-estrutura? Não é responsabilidade nacional?

Deputado Rêmoló Aloise, este é o momento de se verificar se há uma orquestração contra Minas Gerais a partir de São Paulo. Além disso, é preciso rechaçar, de todas as formas, esse tipo de comportamento dos paulistas, dos partidos políticos sediados em São Paulo e da imprensa paulista. Não podemos aceitar isso. E mais, devemos desafiar a imprensa mineira a ser altaneira e mostrar os avanços que Minas Gerais conquistou.

As pessoas que conhecem São Paulo, como o Deputado Vanderlei Jangrossi, a quem vou conceder a palavra, sabem muito bem que não estou falando nenhuma heresia, apenas estou mostrando o que de fato está acontecendo.

Num belo dia, no mês de abril, eu, como Deputado Federal, conversando com o Presidente Collor, disse a ele que, apesar de ele ter 400 Deputados, amanhã não teria 40, se continuasse com aquela roubalheira. Fato é que, um ano e dois meses depois, ele foi cassado. Não quero dizer que o que estou falando vai acontecer, apenas estou alertando e pedindo, pelo amor de Deus, que isso não aconteça.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Nobre Deputado Getúlio Neiva, obrigado pelo aparte. Com certeza, temos de aprender entender e compreender os limites existentes em cada um de nós.

Já que V. Exa. está falando de imprensa, de palavras, quero aproveitar para dizer que, nesta semana, mais precisamente no dia 19 de fevereiro, terça-feira, uma repórter da "Folha de S. Paulo" fez uma pergunta ao nosso Presidente Lula a respeito de liberdade de atuação, liberdade de imprensa, sobre o que ele achava de algum segmento religioso que estava movendo inúmeras ações contra a "Folha", e o Presidente Lula deu a seguinte resposta: "Liberdade de imprensa pressupõe uma mistura de liberdade e responsabilidade. As pessoas escrevem o que querem e depois ouvem o que não querem".

É preciso tomarmos muito cuidado com isso. Acho que ela foi muito infeliz nessa sua posição, já que falou o que quis e escutou o que não quis. A liberdade de imprensa está aí, mas temos de tomar cuidado com o que falamos.

Falamos o que queremos, o que achamos, o que pensamos, mas devemos estar preparados para ouvir o que não queremos em resposta ao que falamos. Estava ouvindo, na Rádio CBN, que houve uma discussão no Senado em que o Senador subiu e falou o que quis, mas, quando desceu, ouviu o que não quis. Precisamos estar preparados para isso. Parabéns por suas palavras, e que todos estejam ouvindo atentos e preocupados em saber. Vamos falar, mas vamos estar preparados para ouvir.

O Deputado Getúlio Neiva - Entendi perfeitamente o que quis dizer meu nobre colega em relação a esse artigo no jornal, mas não em relação ao que estou falando, pois estou disposto a ouvir o retruque agora mesmo, em qualquer circunstância.

Obrigado. Para encerrar, quero dizer ao povo do Vale do Mucuri que a ZPE já está na sua reta final para funcionar. Isso depende ainda de duas portarias, de um decreto e da discussão de uma medida provisória que está no Plenário por mais 30 dias. A partir daí vamos relatar ao longo dos próximos meses e anos, se Deus quiser, os investimentos que serão feitos naquela região. Temos mais de 50 consultas de empresas internacionais para se instalarem em Teófilo Ottoni. O beneficiado será o Município, o Nordeste mineiro, mas, certamente, os resultados ocorrerão em toda Minas Gerais. Basta citar o exemplo da ZPE de Barcelona, que tinha apenas 5ha, e hoje tem 2.400ha e responde por 50%

do PIB da Espanha.

A ZPE é um instrumento importante, a respeito do qual falaremos ao longo destes meses e deste ano, esclarecendo a população de Minas Gerais a respeito de uma luta que se iniciou em 1978, há 30 anos. E o Senador Mercadante queria obliterá-la no Senado. Em homenagem ao Mercadante, gostaria de lembrar que o tratamento que meu amigo Rêmoló Aloise poderia sugerir seria um aborto para tirar o rei da barriga, ou fazer uma cesariana. São Paulo precisa entender que não é mais dono do Brasil.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/3/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando Daniel Martins de Carvalho do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando Edilberto Fernandes Pinto do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Flavia Stela Gonçalves Vieira do cargo de Secretário .

de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Geraldo da Silva Macêdo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Lilian Assunção Torres do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando Marcos Josealdo Lemos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Raquel Castro Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Ronaldo dos Reis Claudino Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Ana Caroline Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Daniel Martins de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Edilberto Fernandes Pinto para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Flavia Stela Gonçalves Vieira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Geraldo da Silva Macêdo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Lilian Assunção Torres para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

nomeando Raquel Castro Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Marilda do Perpétuo Socorro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Silvana Nogueira Vieira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Rodrigo Marzano Antunes Miranda para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

nomeando Joaquim Procópio de Mesquita para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Rosângela de Fátima Lima Reis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Geovander Roberto Mendes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Francisco Meijon Campolina do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Clézia Eunice Caitano para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando, a partir de 1º/3/08, Leonardo Castro Diniz Portela do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda

exonerando Renata Drummond Renault do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Sandrini Mari Gonçalves Pujol Carone para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (Doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (Donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Bueno Brandão. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: Dispensa, art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.